

Alvaro de Souza Carneiro Salles
Gustavo Moraes Loureiro
Kleanne Rocha Sartorio
Luiza de Almeida Carminati (Orgs.)

a Uberaba, Minas Gerais. Costureiro de renome internacional, Markito morreu no último sábado, vítima de uma doença conhecida como o "cânc-

II EPGHIS

ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA - UFES

Iniciação Científica e
Comunicações Livres

PPGHIS
UFES
PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA

APÓIO:
ANPUH UFES
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
ESPIRITO SANTO

UFES
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

Alvaro de Souza Carneiro Salles
Gustavo Moraes Loureiro
Kleanne Rocha Sartorio
Luiza de Almeida Carminati (Orgs.)

*II Encontro de Pós-Graduação em
História da UFES*

Iniciação Científica e Comunicações Livres



Serra, 2025.



Identidade Editorial

Rua Gonçalves Dias, Praia da Baleia, Serra - ES. CEP: 29172-694.

www.identidadeeditorial.com.br

Conselho Editorial: Dr. Alexander Martins Vianna (UFRRJ), Dr.^a Cilene da Silva Gomes (PUC-PR), Dr.^a Eliane Morelli Abrahão (Unicamp), Dr.^a Fabiana Kraemer (UERJ), Dr. Fernando Santa Clara Viana Jr. (UFBA), Dr. Jadir Rostoldo Peçanha (UFES), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dr.^a Juliana Sabino Simonato (UFES), Dr.^a Maria Cecília Pilla (PUC/Paraná), Dr.^a Mônica Chaves Abdala (UFU), Dr.^a Patrícia Maria da Silva Merlo (UFES), Dr.^a Raquel Bello Vázquez (UniRitter), Dr. Renato da Silva Dias (Unimontes), Dr.^a Rita de Cassia Aquino (USJT), Dr. Sébastião Pimentel Franco (UFES).

Editoração e projeto gráfico: Lucas Onorato Braga

Revisão textual e padronização: De responsabilidade exclusiva dos autores.

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui violação da LDA nº 9.610/98.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E56 II Encontro de Pós-Graduação em História da UFES: Iniciação Científica e Comunicações Livres / Alvaro de Souza Carneiro Salles, Gustavo Moraes Loureiro, Kleanne Rocha Sartório e Luiza de Almeida Carminati. Serra: Identidade Editorial, 2025.

202 p.: il.

ISBN: 978-65-83537-19-5

1. História. 2. Pós-graduação. 3. Encontro. I. Salles, Alvaro de Souza Carneiro. II. Loureiro, Gustavo Moraes. III. Sartório, Kleanne Rocha. IV. Carminati, Luiza de Almeida. V. Título.

CDU: 94(063)

Sumário

Iniciação Científica

Violência no campo maranhense relativa a quilombolas (2000-2010) | 07

Ana Lívia Melo Sanromã

Corpos Decolonizados: uma interpretação da subjetividade no curta Recife frio de Kleber Mendonça Filho | 26

Emanuely Mirely Buarque Araújo

Entre o passado e o presente: manifestações racistas no contexto bolsonarista (2019-2022) | 41

Maria Eduarda do Nascimento Lousada

Por ausências e presenças: o lugar da Educação Básica nos Relatórios das Comissões da Verdade no Brasil | 53

Thaiza Pessanha Medeiros

Comunicações Livres

A Reorientação da China: Implicações da Nova Rota da Seda | 72

Larissa Nuvens Guimarães

Novas autoridades na capitania do Espírito Santo: a atuação dos ouvidores na comarca do Espírito Santo (1741-1752) | 90

Felipe de Souza Fernandez

História, tradição, mito e revolução na obra musical de Chico Science | 107

Stelio Machado Broseghini

"Una triste caricatura de liberación humana": debates sobre a situação dos homossexuais em Cuba em revistas LGBT+ | 127

Alvaro de Souza Carneiro Salles

O solitário e suas Cartas: Pensamento político de Tavares Bastos no início da década de 1860 | 145

Sávio Medeiros Liittig

Banda São Benedito do Rosário de Vila do Riacho: Patrimônio de uma Comunidade | 158

Queila dos Santos de Meneses Souza

A virgindade consagrada de Demétrias em meio à polêmica entre Agostinho de Hipona e Pelágio (410-418) | 171

Raphael Leite Reis

Iniciação Científica

Violência no campo maranhense relativa a quilombolas (2000-2010)

Ana Lívia Melo Sanromã¹

1. Introdução

A violência no campo brasileiro atinge índices alarmantes desde meados do século XX e ganha visibilidade e maior disponibilidade de fontes a partir dos anos 1980, quando o processo de redemocratização do país, as discussões do Plano de Reforma Agraria, a emergência de movimentos sociais no campo e a organização do patronato rural como classe tornam ainda mais acirradas as disputas e conflitos em torno da terra.

Nas últimas décadas, a violência contra indígenas e quilombolas vem ganhando contorno ainda mais alarmantes. O avanço do agronegócio e a chegada de grandes empreendimentos no campo tornam ainda mais vulneráveis os territórios indígenas e quilombolas. Em torno da defesa dos seus territórios estes grupos criam estratégias de mobilização e de luta e são ameaçados e agredidos, chegando a figurar também com realce nas listas de assassinatos no campo.

Buscamos a partir dos dados da CPT (Comissão Pastoral

¹ Granduando de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão.

da Terra), em seus cadernos sobre Conflitos no Campo Brasil, e de notícias veiculadas na imprensa ludovicense mapear diversas formas de violência envolvendo quilombolas no campo maranhense, tecendo, sempre que possível comparação com demais sujeitos vítimas da violência no campo (trabalhadores rurais, indígenas, trabalho escravo contemporâneo).

Uma vez que, segundo Almeida, “os quilombos negavam a dimensão mercantil dos produtos agrícolas e os avanços tecnológicos incorporados ao processo produtivo intrínseco às *“plantations”*, atualmente, os quilombolas são vistos como uma das comunidades tradicionais que supostamente impedem a modernização, pois o uso coletivo dos recursos naturais e os acordos internos das comunidades inviabilizam os territórios como mercadorias, ou seja, como bens sujeitos a compra e venda. De acordo com o Projeto Vida de Negro (2002, p.101) esses territórios não ingressam no mercado e permanecem imobilizados pelos laços de coesão social que historicamente unem as famílias locais. O progresso, na lógica dominante, está associado ao desenvolvimento do agro-negócio modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. É uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias (Fernandes, 2004 *apud* Canuto, 2004).

Trabalhar-se-ão, pois, os conflitos envolvendo quilom-

bolas do meio rural dentro do conceito de “fronteira”, reelaborado por José de Sousa Martins, que o define como um lugar em que a frente de expansão da sociedade nacional avança sobre os territórios tradicionais. Nesse sentido, a fronteira se apresenta como “um cenário altamente conflitivo de humanidades, [...] um cenário de intolerância, ambição e morte” (Martins, 2009, p.9). Sob esse viés, os interesses de agentes conservadores, em nome do desenvolvimento capitalista, sobrepõem-se aos de comunidades tradicionais e seus territórios, tornando esses espaços de fronteira suscetíveis a invasões, expropriações, ameaças, tentativas de assassinato e diversas outras formas de violência. Promessas de desenvolvimento e melhorias são feitas às populações para viabilizar a desterritorialização. Tais promessas, no entanto, não resultam em melhorias para essas comunidades; pelo contrário, inviabilizam suas práticas cotidianas — como o cultivo de roças, a pescaria, a coleta de cocos nos babaçuais —, comprometendo sua economia, organização social e preservação do meio ambiente.

2. Objetivos

Objetivo Geral: Mapear, a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra, os diversos tipos de violência que os quilombolas sofreram de 2000 a 2010 no Maranhão, tecendo comparação com demais vítimas da violência no campo.

Objetivos Específicos:

- Consultar acervos que permitam inferir formas de

visibilidade e denúncia da violência no campo do Maranhão especialmente os salvaguardados e/ou instituídos pelos escritórios da CPT.

- Discutir a partir da bibliografia disponível na área de História e Ciências Sociais as transformações ocorridas no campo brasileiro e maranhense ao longo da década de 2000, com ênfase em conflitos e formas de violência envolvendo quilombolas.
- Realizar um levantamento buscando mapear violências sofridas por quilombolas entre 2000-2010, indicando sempre que possível as comunidades de ocorrência e o comparativo com a violência sofrida por outros sujeitos do meio rural (indígenas, trabalhadores rurais, trabalhadores escravizados).

3. Metodologia

Utilizaremos pesquisa bibliográfica e documental disponíveis em fontes produzidas ou catalogadas e disponibilizadas em acervos da CPT, na Hemeroteca da Biblioteca Benedito Leite e na SMDH. Serão consultados e discutidos livros, teses, dissertações, artigos que abordem as transformações no campo no Brasil e no Maranhão nos anos 2000, com ênfase na violência contra quilombolas no tempo presente em reuniões quinzenais realizadas no NEHISLIN (Núcleo de Estudos em Historiografia e Linguagens). Nestas reuniões, além da discussão da bibliografia, são apresentados o levantamento documental feito nos cadernos da CPT e na Hemeroteca

da Biblioteca Pública Benedito Leite.

Paralelamente às leituras e discussões bibliográficas, consultamos dados referente à violência contra quilombolas nos *Cadernos Conflitos no Campo Brasil*, disponibilizados na Biblioteca Virtual da CPT e notícias veiculadas na imprensa de São Luís entre 2000 e 2005.

Neste Plano de trabalho será priorizado o levantamento de dados quantitativos a fim de mapear o curso da violência praticada contra quilombolas entre 2001-2010. No mês de janeiro e fevereiro, priorizamos a escrita do relatório parcial, após 05 meses do início da bolsa de pesquisa, e após 11 meses, elaboraremos o relatório final baseados nos resultados obtidos.

4. Resultados e discussões

4.1. Aspectos históricos

Mesmo após a abolição da escravidão no Brasil em 1888, tardia referente aos outros países da América, traços que marcavam a sociedade colonial não desapareceram em detrimento da Lei Áurea, uma vez que os egressos da escravidão não contaram com medidas compensatórias pelos anos de sujeição à violência, como políticas públicas de inserção na educação e ou preparo para atuar em outras frentes de trabalho no final do Império e no início da República no Brasil. Racismo, evangelização, extermínio e violência contra povos tradicionais, como quilombolas e indígenas, são ações que persistem na atualidade, apesar do mais de quinhentos

anos que separam o Brasil da Conquista dos anos 2000.

Portanto, a violência a que comunidades quilombolas são submetidas e sua consequente marginalização é fruto de um cenário conflitivo de humanidades em diferentes tempos históricos, como descrito pelo sociólogo José de Sousa Martins (2009, p.133), é um lugar de “[...] desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado em diversamente no tempo da história”. Ou seja, os conflitos são gerados pelo choque entre as diferentes ideologias dos agentes que se inserem nos espaços de fronteira no decorrer dos anos. Práticas de modernização de territórios tidos como “espaços vazios” ou “atrasados”, desde a Conquista, afetam as vivências e costumes das comunidades tradicionais e reverberam até a atualidade.

Alfredo Wagner Berno de Almeida, doutor em Antropologia Social, em “Quilombos e Novas Etnias” traz um panorama sobre os aspectos históricos do conceito de “quilombo” que, no primeiro momento, “envolvem o que estaria ‘fora’ do sistema escravocrata característico do modelo de ‘plantation’ e o que estaria idealmente além de seus domínios territoriais.[...] os elementos constitutivos da conceituação de quilombo abrangeiam ações em grupo, que deliberadamente negariam a disciplina do trabalho[...].” (Almeida, 2011, p. 38). Tal designação estaria ligada à fuga, em ações coletivas, representava resistência às inúmeras violências que os escravizados sofriam e um meio para alcançar a liberdade. Essa que foi postergada por anos através de um processo lento e gradual de manutenção da dominação e escravidão, desde

1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, até 1888, com a Lei Áurea. Assim, as fugas para os quilombos configuravam a negação aos papéis impostos pela sociedade escravista aos cativeiros, que eram obrigados a empregar sua força de trabalho e precisavam ser penalizados pelo crime de fuga. Entretanto, não apenas o quilombo configurou forma de resistência ao sistema de escravidão, como também “Registrhou-se abortos provocados pelas escravas para não verem seus filhos submetidos ao jugo dos senhores, bem como suicídios: maneiras desesperadas para fugir das torturas” (Projeto Vida de Negro, 2002, p. 94).

Cem anos após a abolição da escravidão, o quilombo emerge em um contexto legal durante a escrita da Constituição Federal de 1988, em que o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) dispõe que “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Almeida, 2011, p. 42). Apenas a partir desse momento, “quilombo” começa a adquirir um significado diferente do anterior que remetia a “desordem, indisciplina no trabalho, autoconsumo, cultura marginal e periférica, tem neste sentido que ser reinterpretado criticamente e através desta reinterpretação ser assimilado pela mobilização política para ser positivado” (Almeida, 2011, p. 44). A atualização da definição “quilombos contemporâneos” ou “novos quilombos” iniciou após a promulgação da Constituição, para que assim pudesse haver uma abrangência quanto às origens dos quilombos, já que muitos constituintes consideravam apenas os forma-

dos por descendentes de escravos fugidos. Almeida (2008) explica que a maioria das comunidades quilombolas não se originaram apenas pela fuga de escravizados e por isso não seriam beneficiadas pelo artigo 1168 do ADT. Se considerassem o quilombo apenas como as comunidades de escravos fugidos, estariam excluídas “as Terras de Santo, Legados por Testamento, Terras e Posseiros e outras. Portanto, essas comunidades que não eram poucas, ficariam novamente marginalizadas” (Fiabani, 2008, p.37).

4.3. Segmentos da luta no campo maranhense

Na década de 70 o debate sobre violência contra quilombolas no meio rural começa a entrar em pauta devido aos estudos de Mundinha Araújo, historiadora e militante do movimento negro, que através de sua curiosidade buscou realizar pesquisas em quilombos no Maranhão. Sendo assim, houve a criação do Centro de Cultura Negra em 1978 e foi fundamental pois com ele “ocorre a centralização das demandas das comunidades quilombolas em uma entidade sediada em São Luís, dando destaque as situações de privação, conflitos agrários e as necessidades específicas dessas comunidades” (Sousa, 2019). Devido às ações de Mundinha Araújo junto ao Centro de Cultura Negra, em 1988 é criado o Projeto Vida de Negro, que vigorou em parceria com a SMDH (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos) e que buscava fazer vigorar o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, e que “dedicou-se ao mapeamento das comunidades negras rurais e ao levantamento das formas de uso e posse da terra, às ma-

nifestações culturais e religiosas, valendo-se da memória oral das chamadas ‘terras de preto’ sobre o período escravista e momentos pós-Abolição” (Fabiani, 2009).

Assim, surge em 1997 a ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), a fim de substituir a Coordenação Estadual Provisória dos Quilombolas Maranhenses (CEPQM) de 1995, que organizava as demandas das comunidades quilombolas. A ACONERUQ seria uma representação formal das comunidades quilombolas junto ao Estado e que “lida com políticas de titulação e regularização fundiária que são realizadas por órgãos federais e estaduais [...] bem como acesso a políticas públicas como de educação, moradia, infraestrutura, água potável, insumos agrícolas” (Sousa, 2019) e vigora desde então. Outro segmento importante na trajetória das comunidades quilombolas no estado é o Movimento Quilombola do Maranhão

se apresentava com um setor radical, realizando uma das primeiras greves de fome em ocupações quilombolas, junto a protestos públicos e caminhadas, denunciado assassinatos no campo e a impunidade no caso da morte da liderança Fláviano Pinto, liderança da comunidade quilombola de Charco, alvejado por tiros em 2008 (Sousa, 2019).

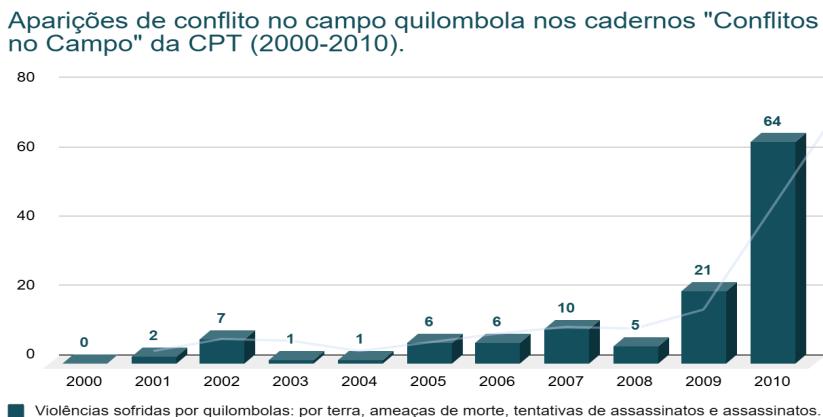
Assim, a ACONERUQ e o MOQUIBOM lutam contra as diversas formas de violência sofrida por quilombolas e que são importantes para a mobilização em busca de direitos prescritos em lei: demarcação de suas terras, acesso à educação, à saúde e à segurança.

4.4. Mapeando a violência no campo referente a quilombola

Os cadernos “Conflito no Campo Brasil” da Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975, tem por objetivo “uma forma de registro e denúncia das violências de campo sofridas, principalmente após a ditadura militar, relações de trabalho e produção” (Ribeiro, 2020). Logo, durante o período ditatorial no Brasil “os casos de violência no campo cresceram devido ao processo de concentração fundiária que deu abertamente acesso ao capital estrangeiro às nossas terras e riquezas” (Ribeiro, 2020). No contexto em que surge a CPT, torna-se imprescindível o registro por parte da instituição das violências e denúncias de comunidades vulneráveis a despejo, expulsões de terra e escravidão contemporânea, como os povos originários, posseiros, quilombolas.

Portanto, o trabalho busca levantar e analisar de forma quantitativa e qualitativa os inúmeros tipos de violência contra a comunidade quilombola em sua luta de permanência, resistência pela terra e sua identidade. Os dados apresentados abaixo são retirados dos cadernos “Conflitos no Campo Brasil”, da CPT, em que foi observado principalmente a visibilidade dos conflitos envolvendo quilombolas no Maranhão nos quadros *Conflitos por Terra, Assassinatos no Campo, Tentativa de Assassinato e Ameaçados de Morte*, entre os anos 2000 e 2010.

Figura 1- Gráfico acerca das aparições de conflitos no campo quilombola encontrados nos cadernos “Conflitos no Campo da CPT”.



Fonte: Autoral (2025).

Em análise dos cadernos de “Conflitos no campo” da CPT, pode-se observar que na primeira metade da década a aparição dos termos “quilombolas” e “quilombo” é escassa. No ano 2000 não houve nenhuma menção às terminologias.

No Caderno de 2001 apenas dois casos apareceram no quadro de *Conflitos por Terra*, categorizados dentre tipos de conflitos como “remanescentes de quilombola”, nas cidades de Cajari - Povoado de Camapatuia e Santa Helena - Pau Pombo dos Pretos, nos meses de outubro e novembro.

Já em 2002, ao total houve sete menções, dentre elas seis ocorrências apareceram no quadro de *Conflitos por Ter-*

ra como “remanescente quilombos”, em Alcântara² - Base Espacial, Barreirinhas - Fazenda Santa Cruz, Cajari - Povoado de Camaputiua, duas vezes em Santa Helena - Mocambo dos Pretos e Povoado Pau Pombo dos Pretos e em Vargem Grande - Povoado Bacuri dos Pires, conflitos nos meses de janeiro e outubro. E um caso no quadro *Ameaça de Morte* como “quilombola”, D. Genoína é o nome da vítima ameaçada de morte em Barreirinhas na data 27 de abril de 2002.

Tanto em 2003 quanto 2004, foi registrado apenas um caso nos respectivos anos, aparecendo no quadro de *Conflito por Terra* como os conflitos por terras quilombolas devido a instalação da Base Espacial no município de Alcântara, datados em 13/01/2003 e 02/02/2004, no qual 372 famílias foram afetadas.

Assim como em 2005, seis conflitos foram totalizados. Dois casos no quadro *Conflito por Terra* nos municípios de Alcântara - Base De Lançamento e Codó - Comunidade Quilombola Matões Moreira, conflitos datados respectivamente nos dias 06 de março e 30 de agosto. Mais quatro casos apareceram no quadro de *Ameaçados de Morte*. As vítimas

2 As comunidades quilombolas do município de Alcântara sofrem com a instalação do Centro de Lançamento e “seu projeto desenvolvimentista de caráter tecnológico e militar em seus territórios” (Almeida, 2006). Desde 1980 “oito mil e setecentos hectares já desocupados para instalação da primeira fase do Programa Nacional de Atividades Espaciais, onde está o CLA, correspondem a parte significativa das terras tradicionais das comunidades quilombolas do município de Alcântara. Dali foram retiradas 32 comunidades, realocadas em sete agrovilas, num formato que tem comprometido a lógica tradicional a partir da qual estruturaram suas relações sociais, produtivas e ambientais e, por consequência, as relações entre as comunidades realocadas e as demais, com as quais mantêm laços de parentesco e forte relação de interdependência” (Almeida, 2006).

Maria Antônia, José Raimundo e Edinaldo apareceram como ameaçadas no município de Cajari, respectivamente, de Camapatiua, Engenho e Tramaíba, no dia 01 de agosto. Da Comunidade Quilombola Matões Moreira, em Codó, Ana Emilia Moreira Santos foi a quilombola ameaçada de morte no dia 30 de agosto.

Durante esses primeiros seis anos, percebe-se a escassa catalogação das violências sofridas por quilombolas nos cadernos da CPT. Os municípios de Alcântara e Cajari somam, respectivamente, quatro e cinco ocorrências que apontam a incidência de violência contra os quilombos. Conquanto, vale ressaltar que a pouca aparição de conflitos relativos a quilombolas nos cadernos da CPT durante tais anos não confirma uma inexistência de números superiores de conflitos.

A falta de visibilidade sobre violência no campo quilombola é também observada nas reportagens de jornais, quase escassa de 2000 a 2005, nos jornais “O Imparcial” e “Jornal Pequeno”. O município de Alcântara, e os casos de desapropriação de terras quilombolas, foi o que mais teve visibilidade devido à instalação da Base Espacial, visto que

A comunidade quilombola de Alcântara tem seu conflito em virtude de uma luta contra o centro de lançamento espacial e pelo seu direito de ficar na terra [...] veio acompanhada de desapropriações e expulsões dos quilombolas que ocupavam a região, além de sua remoção para vilas construídas pela Aeronáutica sem estrutura (Silva e Sousa, 2022, p. 183).

Contudo, comunidades quilombolas tiveram que ser “remanejadas”, desde 1986, pois impossibilitavam a imple-

mentação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Das poucas reportagens que citam as situações dos quilombolas em frente a CLA, algumas demonstram as situações que os quilombolas passaram – e passam até hoje, como na reportagem do “Jornal Pequeno”, no dia 06 de maio de 2002, intitulada “Para o Governo, moradores do Maranhão não são ex-quilombolas”, no qual

As famílias remanejadas para agrovilas durante a construção do CLA não estão associadas aos remanescentes de quilombos, de acordo com a Agência Espacial Brasileira, ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia. [...] Mas, segundo a Fundação Palmares, que atende esses grupos, pelo menos 18 comunidades remanescentes de quilombos já foram identificadas no município (Jornal Pequeno, 2002, p. 10).

O cenário geral no início dos anos 2000, havia no Maranhão um número avultante de conflitos por terra, enfrentado em muitos municípios por diversas comunidades, tanto quilombolas quanto indígenas e posseiras. Na reportagem intitulada “O mapa do terror e da Morte”, publicada em 14 de janeiro de 2000 no Jornal Pequeno, há mais uma tentativa de desmentir o Governo do Estado de que havia sim conflitos por terra e disserta que

Enquanto o Governo do Estado insiste em afirmar que acabou os conflitos de terra no Maranhão a reportagem do JP partindo de um relatório sobre a situação das áreas de conflitos, extraído do seminário feito pela FETAEMA nos dias 29 e 30 de março de 1999, procurou a Diretoria da entidade e deparou com um quadro grotesco de corrupção, violência, prisões arbitrárias, grilagem, incêndios e assassinatos que permeiam pelo menos 300 conflitos de terra já localizados

(Jornal Pequeno, 15 jan 2000, p. 02).

Em 2006 os casos que apareceram foram da mesma quantidade de 2005, totalizando seis no caderno *Conflitos no Campo*: três casos nas cidades de Alcântara – referentes ao Centro de Lançamento na Comunidade Manival, Comunidade Pepital e Povoado Trajano, respectivamente nas datas junho, julho e março; em Arari - Comunidade Quilombola Cedro na data de 16 de novembro; Codó - Comunidade Quilombola Todos os Santos, em novembro; e Vargem Grande - Comunidade Quilombola Santa Maria, em março.

Já em 2007, os casos começam a superar os dos anos anteriores, com um total de dez casos no quadro de *Conflitos por Terra*, em que todos foram no município de Alcântara, nas comunidades quilombolas de Cauiaiu, Águas Belas, Baracatatiua, Barbosa, Brito, Itapera, Mamona, Muninha, Pacoval e São Francisco, na data de 10 de agosto. Todos os casos referentes ao Centro de Lançamento de Alcântara.

No ano de 2008 houve a diminuição de casos catalogados nos cadernos da CPT, com a aparição de cinco casos no quadro de *Conflitos por Terra*, três casos em Alcântara (Comunidade Quilombola Baracatatiuaua, Comunidade Quilombola Brito e Comunidade Quilombola Mamuna), todos referentes ao Centro de Lançamento. Um em Chapadinha (Comunidade Quilombola Barro Vermelho) e um Santa Quitéria do Maranhão, (Comunidade Quilombola Santa Helena) nos meses de janeiro e novembro.

Só 2009 apresentou o número de casos superior a soma

dos anos de 2000 a 2005, totalizando 21 aparições. 20 no quadro *Conflitos por Terra*. No município de Alcântara foram dez casos referentes ao Centro de Lançamento, envolvendo as Comunidades Quilombolas: Águas Belas, Barbosa, Caiuauá, Itapera, Muninha, Pacoval, São Francisco, Mamuna, Brito e Baracatiua, em 31 de dezembro. Mais dois casos em Alto Alegre do Maranhão (Comunidade Quilombola Maramona e na Comunidade Quilombola Boa Hora 3), Chapadinha (em Barro Vermelho), Codó (Cipal dos Pretos), em Mirinzal (Comunidade de Frechal), Rosário (Salva Terra), Santa Quitéria do Maranhão (Comunidade de Santa Helena), São Luís Gonzaga do Maranhão (Santarém) e São Vicente de Ferrer (Charco) e Serrano do Maranhão (Santa Filomena). Ademais, um caso foi localizado em *Assassinatos no Campo*. Agenor de Sousa Pereira, da Comunidade Quilombola de Santarém, localizada no município de São Luís Gonzaga do Maranhão, foi o primeiro quilombola a aparecer no quadro de Assasinatos no Campo desde 2000, morto no dia 07 de agosto de 2009, sem idade identificada. A liderança do quilombo Charco em São Vicente de Ferrer, Flaviano Pinto Neto, aparece no quadro *Assassinatos no Campo*, identificado como “liderança”.

Por fim, com 64 casos catalogados, 2010 foi o ano em que mais houve a aparição de quilombolas nos cadernos “Conflitos no Campo” lidos para o trabalho. 54 casos no quadro *Conflitos por Terra*, nos municípios de Alcântara, Alto Alegre do Maranhão, Anajatuba, Bequimão, Chapadinha, Brejo, Cedral, Central do Maranhão, Codó, Cururupu, Itapecuru, Mirinzal, Palmeirândia, Rosário, Santa Helena, São

Benedito do Rio Preto, São Bento, São Luis Gonzaga do Maranhão, São Vicente de Ferrer, Serrano do Maranhão e Urbano Santos. Um caso foi encontrado do quadro de *Tentativa de Assassinato* e oito em *Ameaçados de Morte*.

Dessa forma, observa-se que a partir da segunda metade da primeira década dos anos 2000, aumentou o número de casos das aparições de “quilombolas” nos cadernos. Alcântara e Codó foram os municípios que mais apareceram nos cadernos, respectivamente com 29 e 16 casos. Ou seja, a partir de 2006 houve uma maior visibilidade quanto a violência no campo sofrida por quilombolas por parte também das mídias.

Em reportagem do jornal “O Estado do Maranhão”, publicado em 07 de outubro de 2010, intitulado “Quilombolas e MPF/MA discutem nova área do Centro de Lançamento” discute principalmente acerca de uma proposta de aumento do Centro de lançamento que acabaria por realocar diversas comunidades

Segundo os representantes das comunidades quilombolas, a Agência Espacial Brasileira (AEB) quer ampliar mais 20 mil hectares a área destinada à construção de um corredor de lançamentos de foguetes e equipamentos espaciais, contrariando o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID -, elaborado pelo INCRA, que dizia que a área seria tradicionalmente ocupada por quilombolas [...]. O realocamento vai atingir cerca de 250 famílias [...]” (O Estado do Maranhão, 07 out 2010, p.08).

Observa-se que o município que mais possui visibilidade é Alcântara devido a Base de Lançamento ser de interesse

Estadual, Federal e global. Na esfera nacional, durante esse período, o presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) buscou realizar ações que mediassem e mitigassem os conflitos agrários, apresentando medidas de conciliações e programas de apoio e fortalecimento das comunidades tradicionais. Entretanto, “mesmo com governos mais considerados populistas e progressistas, e a criação de políticas voltadas a proteger tais comunidades e Reforma Agrária, não se mitiga por inteiros tais violências” (RIBEIRO, 2020).

Considera-se, pois, a relevância do mapeamento da violência quilombola no campo maranhense na primeira década dos anos 2000. O cenário de conflitos no campo maranhense foi altamente conflitivo entre 2000 e 2010. De acordo com as análises das fontes primárias e secundárias, múltiplas formas de violências foram registradas, entre elas: agressões e ameaças de jagunços e pistoleiros, matança de animais, queimada de roças, como também assassinatos. Tais acontecimentos justificados pela lógica capitalista da sociedade nacional de desenvolvimento e progresso, que acabam por modificar as formas de vida das comunidades tradicionais e suas relações com os seus territórios.

Referências

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Goiânia). *Conflitos no Campo Brasil 2000-2010*. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br>

PARA O GOVERNO, moradores do Maranhão não são ex-quilombolas. Jornal Pequeno. São Luís, Maranhão. 06

- maio 2002, p. 10.
- O MAPA do terror e da Morte.* Jornal Pequeno. São Luís, Maranhão. 15 jan 2000, p. 02.
- QUILOMBOLAS e MPF/MA discutem nova área do Centro de Lançamento.* O Estado do Maranhão. São Luís, Maranhão. 07 out 2010, p.08.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombos e novas etnias.* Manaus: UEA Edições. Manaus, 2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico.* Edições Ibama. Brasília, 2006.
- CANUTO, Antônio. Agronegócio: A modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. *REVISTA NERA*, [S. I.], n. 5, p. 1–12, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i5.1466. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1466>. Acesso em: 25 nov 2024.
- FIABANI, Adelmir. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. *Estudos Históricos*, v. 2, p. 1-18, 2009.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.* São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- RIBEIRO, A. M. M. et al. Os Cadernos de Conflitos no Campo da CPT. *Revista Trabalho Necessário*, v. 18, n. 36, p. 404–429, 2020.

Corpos Decolonizados: uma interpretação da subjetividade no curta Recife frio de Kleber Mendonça Filho

Emanuely Mirely Buarque Araújo¹

Introdução

A história da modernidade ocidental está profundamente marcada pelos processos de dominação estruturados sob a violência colonial. Essa violência não se restringe à repressão física ou ao controle direto das populações, mas manifesta-se também por meio de mecanismos mais sutis de poder, como a produção de subjetividades precarizadas, a exclusão espacial, a invisibilização simbólica e a imposição de normas que estabelecem quais corpos são reconhecidos como legítimos e quais são desvalorizados ou descartados.

Recife Frio parte de uma premissa fictícia onde uma mudança climática drástica transforma Recife em uma cidade fria. Para revelar como essa reconfiguração ambiental agrava problemas sociais preexistentes. Enquanto a elite se adapta ao novo clima e ressignifica os espaços urbanos conforme seus interesses, as camadas mais pobres da sociedade en-

¹ Licencianda em História pela AEMASUL - Autarquia Educacional da Mata Sul do Estado de Pernambuco (AEMASUL) – Bolsista pelo programa educacional PROUPE - Email: emanuelybuarque.histo@gmail.com

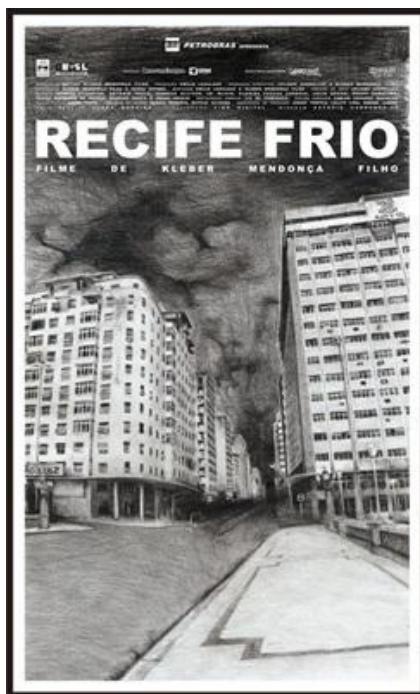
frentam uma precarização ainda maior, incluindo a perda de identidade cultural e a ausência de políticas públicas eficazes. Esse fenômeno reflete os processos reais de revitalização urbana, nos quais os espaços são transformados para atender a determinados grupos, excluindo aqueles que não se encaixam em tal lógica.

O cenário fictício de Recife Frio, que imagina uma transformação climática radical na cidade, exemplifica como essas estruturas colonialistas se manifestam na contemporaneidade. É nesse contexto que a colonialidade do poder, conceito desenvolvido por Aníbal Quijano, refere-se às estruturas de dominação que emergiram com a colonização europeia e que continuam a organizar as relações sociais, econômicas e culturais nas sociedades contemporâneas.

Como visto acima, essa persistência manifesta-se não apenas na repressão física, mas também em mecanismos sutis de exclusão e invisibilização, que produzem subjetividades e definem quais corpos e identidades são valorizados ou marginalizados.

Dessa forma, esta reflexão propõe analisar as relações entre colonialidade, poder e exclusão social na organização dos espaços urbanos, utilizando o exemplo de Recife Frio para evidenciar como transformações ambientais e urbanas podem intensificar processos de marginalização e exclusão, reforçando a urgência de políticas públicas inclusivas e de uma abordagem crítica que desnaturalize as desigualdades históricas presentes nas cidades latino-americana.

Figura 1: Captura de tela da página do pôster do filme disponibilizado no site do diretor do filme



Fonte: Cinemascópio (2025). Disponível em: <https://www.cinemascopio.com/produto/poster-recife-frio/>.

Colonialidade do saber, anomalia urbana e dicotomia de classe: o controle simbólico sobre a crise climática

Com uma drástica mudança climática sobre a cidade do Recife, sem explicação científica convincente, transformando a paisagem e o cotidiano da capital. A crise do clima tropical, ao ser narrada com aparente objetividade jornalística e científica, evidencia como o discurso autorizado da mídia e da ciência se torna um dispositivo de controle simbólico sobre

o real. A ausência de explicação não é apenas um detalhe da trama: ela simboliza a impotência da razão moderna aquela mesma que, segundo Walter Mignolo (2007), se impôs como universal no contexto da modernidade Colonial.

Nesse sentido, a crise não é vivida de forma igualitária. A primeira reação à mudança parte dos setores altos e médios da sociedade, bem como da imprensa. As elites aparecem debatendo o impacto do frio no turismo, no comércio e nos hábitos culturais. Enquanto isso, as populações periféricas, já submetidas historicamente a condições de exclusão e vulnerabilidade não têm espaço de fala ou representação ativa no processo de resposta à crise.

Essa assimetria expõe a dicotomia de classes no contexto urbano, onde a elite é produtora e mediadora da narrativa da cidade, e a população empobrecida são apenas corpos atravessados por ela. A mudança, assim, serve como alegoria das anomalias sociais preexistentes, que são naturalizadas quando recaem sobre os corpos pobres e racializados, e só ganham atenção quando afetam os padrões de conforto das classes dominantes. Por meio de rótulos genéricos e despersonalizados: “um sem-teto”, “uma mãe”, “um artesão”, “um homem do tempo”, “uma empregada”.

Figura 2. Documentário Recife Frio (2009).

ELENCO	
ANDRÉS SCHAFFER um narrador
GILVAN SOARES um sem teto
CRISTIANE SANTOS uma sem teto
ANTÔNIO PAULO um papai noel
ENIO um pastor
PINTO E PATATIVA dois repentistas
YANNICK OLLIVIER um francês do sol

Fonte: Cinemascópio (2025). Disponível em: <https://www.cinemascopio.com/produto/poster-recife-frio/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

Aníbal Quijano (2005) já denominava de colonialidade do saber a naturalização de um regime epistêmico que hierarquiza o conhecimento científico eurocêntrico como instância de verdade e apagamento dos saberes locais, destacando que: “A colonialidade do poder não é apenas uma questão de dominação econômica, mas também de controle social e simbólico, que define as hierarquias de raça, classe e gênero” (Quijano, 2005, p. 536).

Assim, a cidade torna-se um território onde o poder decide quem merece viver com dignidade e quem deve ser mantido à margem, reproduzindo a colonialidade do poder em sua dimensão espacial e simbólica. Compreender essas dinâmicas exige um olhar crítico que vá além do visível, reco-

nhecendo as formas sutis de violência estrutural que inundam os territórios urbanos contemporâneos, fazendo com que a crise não seja vivida de forma igual.

Em Recife Frio, a morte dos moradores de rua pelo frio é o exemplo concreto dessa articulação: eles não recebem nome, luto, nem resistência — são coletados como resíduos. Essa invisibilidade está conectada ao que Michel Foucault (1988) identifica como biopolítica.

“O que caracteriza o poder moderno é, em grande parte, o fato de que ele toma a vida como seu objeto. [...] A biopolítica introduz a vida e seus mecanismos no campo das técnicas de poder”. (FOUCAULT, 1988, p. 134).

A racionalidade biopolítica se manifesta de forma contundente na maneira como os corpos marginalizados são tratados no curta-metragem. Os moradores de rua, por exemplo, são recolhidos como resíduos descartáveis e, em seguida, lançados no Instituto Médico Legal (IML) como entulhos — sem nome, sem história, sem direito à memória ou passíveis de reconhecimento. Essa cena exemplifica o funcionamento do poder biopolítico, que regula a vida das populações ao decidir quais corpos são valorizados e protegidos e quais são expostos à morte social.

Figura 3. Documentário Recife Frio (2009).



Fonte: Cinemascópio (2025). Disponível em: <https://www.cinemascopio.com/produto/poster-recife-frio/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

Foucault (1988) define a biopolítica como o momento em que o poder passa a gerenciar a vida como objeto, operando por meio de técnicas que visam, otimizar ou descartar existências conforme sua utilidade para a ordem social. Essa lógica é radicalizada ao afirmar que certas vidas sequer entram no campo do reconhecimento, sendo tratadas como não dignas até mesmo de luto.

Ao refletir sobre a precarização da vida percebe-se que a biopolítica opera justamente na delimitação de quais vidas são valorizadas e protegidas pelo estado e pela sociedade onde são expostos à morte social e material. Assim, a lógica delineada por Foucault é evidenciar que o poder no tempo presente não apenas distribui a vida de forma hierárquica, mas também define quais vidas são dignas ou não.

O contexto nos leva a perceber, que a não é um acidente climático, mas sim o resultado direto de um cálculo político que já naturalizou sua invisibilidade e indiferença social. Slavoj Žižek (2009) se torna fundamental para a discussão, o autor mostra como a violência mais perigosa não é aquela visível e espetacular, mas a violência cômica e simbólica que se oculta nas estruturas da linguagem e da normalidade social.

Ele ressalta uma perspectiva crítica sobre a violência, sugerindo que a forma mais insidiosa de violência não se manifesta apenas em atos explícitos de agressão, mas também nas sutilezas da linguagem e nas estruturas sociais que parecem

neutras, provocando uma reflexão sobre como as normas, convenções e discursos cotidianos podem perpetuar desigualdades e injustiças.

Nesse modo, a obra nos leva a examinar como a morte é tratada: como um evento banal, administrativo — um problema de saúde pública, não uma tragédia. Trata-se de uma violência objetiva, invisível porque incorporada à maneira como a cidade funciona. A cidade, então, torna-se o cenário de uma política do descaso, em que o sofrimento de alguns já está contabilizado como parte do seu destino social.

A reflexão de Frantz Fanon (2015) é igualmente crucial, ao afirmar que “a violência é a única resposta que o colonizado pode dar ao colonizador, que o despojou de sua identidade e o reduziu a um corpo sem valor” (Fanon, 2015, p. 65).

Portanto, essa violência emerge como reação à desumanização e ao apagamento sofridos pelos sujeitos coloni-

zados, que são tratados como vidas descartáveis dentro das dinâmicas biopolíticas e coloniais da modernidade. Assim, a colonialidade não se limita à ocupação de territórios, mas à imposição de uma lógica que define quem merece existir e quem pode ser descartado.

Marx, ao tratar do materialismo histórico-dialético, evidencia que as condições materiais de existência moldam a consciência, e que a superestrutura ideológica serve para manter a dominação das classes proprietárias sobre os corpos. A figura do “francês do sol” encarna a elite estrangeira que reproduz a lógica colonial ao transformar Recife em uma mercadoria exótica. Sua pousada, voltada para a “venda do sol”, representa uma ironia aguda que permite discutir criticamente a presença histórica de uma elite estrangeira que se apropria dos territórios periféricos sob uma lógica exploratória.

O francês, como um agente do capital, apropria-se do território sem se integrar às suas condições materiais, revelando a alienação inerente a uma economia baseada na exploração simbólica e na exclusão dos corpos locais. A narrativa explicita o colapso de uma economia que depende da exploração do imaginário colonial sobre o Brasil. O “francês do sol” pode ser compreendido pelo materialismo histórico-dialético, que aponta que o modo de produção capitalista tende a moldar a relação entre os sujeitos e o território de forma alienada. A crise da pousada revela que a cidade não sustenta mais essa lógica de representação

Corpos invisíveis, espaços delimitados: colonialidade e biopolítica na arquitetura social de recife frio

A figura tropical do Papai Noel, vestido em suas roupas tradicionais de inverno sob o sol infernal do Recife, funciona como uma alegoria cômica e trágica dos efeitos duradouros da colonialidade cultural. Enquanto a população sofre com as temperaturas extremas, seja o calor histórico da região, o Papai Noel Recifense é o único personagem que celebra a chegada do frio com entusiasmo irônico.

Sua alegria revela uma internalização profunda de normas culturais alheias ao seu contexto, relacionando o que Aníbal Quijano (2000) define como a colonialidade do poder. Em seu trabalho ele faz uma análise de como a perspectiva eurocêntrica molda a produção de conhecimento e as relações sociais em todo o mundo. Argumentando como a cultura europeia não é apenas uma forma de conhecimento, mas uma estrutura de poder que se impõe como universal, marginalizando outras formas de saber que não se alinham com a sua visão. Quijano também destaca que o eurocentrismo se apresenta como uma verdade universal, desconsiderando a pluralidade de culturas e saberes que existem globalmente. Essa imposição resulta na desvalorização de conhecimentos, criando uma hierarquia de saberes, onde o conhecimento europeu é visto como superior.

Para Fanon (2015), a dominação colonial não se limita à exploração material, mas opera também na esfera psíquica: “O colonizado é perseguido pelo desejo de se tornar o outro, mesmo que isso signifique a morte de si mesmo” (FANON,

2015, p. 90). Nessa lógica, o frio transforma-se em um símbolo de prestígio e civilização, refletindo a maneira como as culturas colonizadoras impõem seus valores e modos de vida sobre as culturas colonizadas. Assim o frio, que pode ser visto como uma condição climática natural, é reinterpretado como um marcador de status social e civilizacional.

Essa análise faz crítica à forma como a cultura colonial molda percepções e desejos e como esses são fundamentais para entender as dinâmicas de poder e identidade nas sociedades pós-coloniais. Quando o Papai Noel tropical sorri ao vestir um casaco de neve em pleno Centro do Recife, ele performa o que Žižek (2009) chama de fantasia ideológica. A ilusão de que a adesão a padrões culturais hegemônicos trará inclusão, ainda que o resultado concreto seja sua própria marginalização. A felicidade do personagem mascara a violência simbólica de uma ordem global que naturaliza a Europa como centro de referência até para fenômenos climáticos.

A cena de inversão simbólica, onde o filho da elite passa a dormir no quarto da empregada doméstica, por ser mais aquecido, e ela ocupa o quarto “nobre”, funciona e performa com o que Foucault (1988) afirma ser um dispositivo biopolítico, que expõe como o corpo da empregada doméstica funciona como fronteira simbólica da casa. Assim, o espaço se torna um lugar da cidade neoliberal, onde a distribuição do calor e frio reflete a gestão dos corpos racializados e pobres. Decidindo até quem merece conforto.

Seu deslocamento para o quarto nobre não subverte a ordem vigente, muito pelo contrário: revela a violência es-

pacial internalizada na arquitetura doméstica, onde define quem habita e quem serve. Essa troca opera como a relação de poder se estabelece entre a elite e a empregada.

Figura 3. Documentário Recife Frio (2009).



Fonte: Cinemascópio (2025). Disponível em: <https://www.cinemascopio.com/produto/poster-recife-frio/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

Reconhece-se, mesmo dentro do espaço doméstico, quem continua ocupando o lugar de “senhor da casa”, ainda que a empregada esteja confinada ao quarto de serviço. Essa configuração revela como a lógica da propriedade se estende às relações cotidianas: o espaço, embora seja um produto social, é apropriado de forma a reafirmar a dominação de classe. Karl Marx aprofunda essa reflexão ao demonstrar que o modo de produção capitalista não apenas estrutura as relações econômicas, mas também organiza a materialidade dos espaços urbanos e domésticos, naturalizando a desigualdade social.

Valorizar as formas de conhecimento que foram marginalizadas e silenciadas ao longo da história, especialmente no contexto do colonialismo e da modernidade, é crucial. A decolonialidade, portanto, envolve um processo de descolonização do pensamento e da epistemologia, permitindo que vozes e saberes diversos sejam ouvidos e respeitados. A casa, como ótica da cidade, revela ali sua natureza segregadora: a arquitetura não apenas divide cômodos, mas define destinos sociais.

A empregada, ainda que momentaneamente no quarto principal, não habita o espaço — ela o serve, o aquece, o mantém. Sua presença ali não rompe com a lógica de exclusão, apenas a evidência. Ao articular essas cenas, o Papai Noel feliz com o frio europeu e a empregada invertendo temporariamente seu lugar com o filho da elite, Recife Frio constrói uma crítica poderosa à ordem simbólica da cidade, à violência colonial internalizada e à resistência ainda possível na cultura popular e no corpo coletivo. O filme não oferece saídas fáceis: ele descreve a cidade como espaço da dominação, mas também da disputa, onde o calor da memória popular e da coletividade persiste como ameaça à lógica do frio.

Recife Frio funciona como um dispositivo crítico capaz de revelar as camadas ocultas da dominação urbana contemporânea, condensando elementos simbólicos e estéticos que permitem uma leitura profunda das estruturas de poder que organizam a cidade. Por meio de uma narrativa aparentemente absurda, a instalação de uma frente fria permanece no Re-

cife.

O curta explicita as formas sutis e brutais pelas quais a colonialidade do poder, conforme formulada por Aníbal Quijano (2000), continua operando nas relações sociais, nas políticas do espaço e na produção das subjetividades. O frio, associado à civilização e ao progresso, representa a lógica neoliberal que busca a homogeneização e a padronização das experiências urbanas.

Essa lógica é frequentemente imposta de maneira a deslegitimar as culturas locais e as memórias coletivas, que são vistas como atrasadas. O filme também destaca a resistência que emerge da cultura popular e do corpo coletivo. O calor da memória popular, que se manifesta nas tradições, nas festas e nas interações comunitárias, serve como uma forma de resistência à lógica fria e controladora do neoliberalismo. Essa memória coletiva é uma ameaça à ordem estabelecida, pois desafia a narrativa dominante e reivindica espaço para a diversidade cultural.

Com a figura do francês do sol e do Papai Noel tropical, o filme dramatiza a reprodução da lógica colonial-capitalista que transforma o espaço e a cultura local em mercadoria, ao mesmo tempo em que retrata a adesão voluntária, ou forçada a modelos europeus como forma de sobrevivência simbólica. Essa dimensão é ampliada a partir do pensamento de Marx que contribui para compreender as tensões entre dominação de classe, bem como a exclusão simbólica. Essas manifestações não aparecem como espetáculo ou produto, mas como experiência viva, corporal e comunitária, carregando consigo

a história das classes populares e seu modo de narrar o mundo.

Referências

- CINEMASCÓPIO. *Pôster do filme Recife Frio*. Disponível em:
<https://www.cinemascopio.com/produto/poster-recife-frio/> Acesso em: 10 jun. 2025.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Sociedade e poder*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Nascido do crime: a biopolítica e a necropolítica*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.
- MARX, Karl. *O Capital - volume I*. São Paulo, Editora, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Volume 1. São Paulo: Editora Abril, 1983.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Abril, 1983.
- MIGNOLO, Walter D. *A decolonialidade: uma crítica ao projeto moderno/colonial*. 2007.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. 2000.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2009.

Entre o passado e o presente: manifestações racistas no contexto bolsonarista (2019-2022)

Maria Eduarda do Nascimento Lousada¹

O presente artigo é resultado de um Projeto de Iniciação Científica, que tem como enfoque comprovar que o movimento bolsonarista perpetua o racismo ao mesmo tempo que se esforça para negá-lo. Antes de entrar de fato no objeto de análise deste artigo, que são as manifestações racistas exercidas no âmbito do bolsonarista, é importante compreender o que levou a existência do racismo. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão de pessoas de origem africana, em 1888, um processo de abolição que foi mal estruturado e não visou a inclusão dos ex-escravizados no novo sistema de organização social.

Conforme proposto por Florestan Fernandes, a abolição não trouxe igualdade, apenas realocou a população negra de um local marginalizado para outro, sendo lançada na desordem social. Inicialmente a população negra não poderia estudar, nem possuir trabalhos formais, vivendo nas piores

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Pesquisadora de Iniciação Científica (PIIC), pelo Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (Labtempo-Ufes). E-mail: dudalou-sada2018@gmail.com

condições de vida, sem políticas sociais que buscassem a reparação histórica. Ainda na metade do século XIX, houve um estímulo da imigração europeia ao Brasil, momento este que para além da substituição da mão de obra, marca um processo de tentativa de embranquecimento da população.

A imigração europeia, largamente incentivada, foi vista como uma forma de ‘branquear’ a população e de corrigir aquilo que era considerado um desvio da mestiçagem. A política imigratória estava, portanto, diretamente relacionada a uma ideologia racial (Schwarcz, 1993, p.23).

O processo de escravidão teria reflexo até os dias mais atuais, conforme pode-ser demonstrado por diversos estudos, como é o caso de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, no qual a população negra representava cerca de 70% da população pobre no país, a desigualdade social e econômica está extremamente atrelada ao fator racial. O racismo está presente em todas as camadas da sociedade, e impacta diretamente na vida da população negra. Conforme proposto por Ynaê Lopes Santos,

No Brasil, em todos os sentidos, a carne mais barata do mercado continua sendo a carne negra. A constatação a que chegamos é que, nessa democracia inconclusa em que vivemos, o racismo está em todo o lugar, definindo não só os graus de violência que acometem a vida da população negra e indígena, mas sustentando a normalidade com a qual a encaramos. Não por acaso, todas as vezes que ações mais contundentes são feitas para desestruturar essa lógica racista, a normalidade grita e esperneia. Foi assim com a adoção das cotas raciais nas universidades e nos concursos públicos

[...] Nesse racismo em que vivemos, nós, negros, não merecemos quase nada. Mas há mudança, há embate e há luta. Por enquanto, essa luta também tem cor: ela é negra. Está mais do que na hora de questionarmos os privilégios criados pela supremacia branca exigindo a responsabilização daqueles que usufruem das benesses da estrutura racista. Porque o racismo não é apenas “um problema do negro”. O racismo é um problema de todos (Santos, p. 241, 2022).

Essa realidade só passaria a mudar a partir da organização do Movimento Negro e os movimentos sociais, que reivindicaram e conquistaram políticas sociais, como a Lei de Cotas² e a Lei 10.639/03³. Porém, no governo Bolsonaro, há um grande esforço de caminhar na direção contrária dessa reparação histórica garantida em governos anteriores.

O bolsonarismo é um movimento que espelha a atual conjuntura da extrema-direita brasileira, tendo como seu principal representante Jair Messias Bolsonaro, embora seja importante ressaltar que o bolsonarismo não se limita à figura do ex-presidente. O bolsonarismo têm como principais características a recusa por políticas progressistas, sendo de caráter ultraconservador. O bolsonarismo

2 Criada em 2012, a Lei de Cotas raciais em instituições do ensino federal — uma pauta de longa data do movimento negro e que contou com argumentações de cunho sociológico e histórico — significou a entrada de milhares de jovens negros e negras em espaços destinados a promoção e elaboração do conhecimento (Santos, 2022).

3 A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) para tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas redes de ensino fundamental e médio, tanto públicas quanto privadas, e instituiu o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar.

é aqui entendido como um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos “valores tradicionais” e assume uma retórica nacionalista e “patriótica”, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo.(Pinheiro - Machado, Freixo, 2019, p. 20).

O bolsonarismo, em seus aspectos essenciais, não é um fenômeno apenas brasileiro. Insere-se em um contexto internacional de reação a mutações percebidas como ameaças mortais a tradições, valores e costumes (Aarão Reis, 2021). Esse comportamento político pode ser observado em diversas manifestações de indivíduos ligados ao bolsonarismo. Em um levantamento de dados organizado pelas entidades: Terra de Direitos e pela Coordenação das Organizações Negras Rurais Quilombolas (Conaq), entre janeiro de 2019 (quando o presidente assumiu) e dezembro de 2021, autoridades públicas brasileiras ligadas ao bolsonarismo proferiram, ao menos, 94 discursos de caráter racista em eventos públicos, discursos ou entrevistas. Neste artigo 3 manifestações serão analisadas.

A primeira manifestação remete a uma fala de do ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), durante a cúpula do G20

[...] O Brasil tem uma cultura diversa, única entre as nações, somos um povo miscigenado, brancos, negros e índios, edificaram o corpo e o espírito de um povo rico e maravilhoso. [...] Foi a essência desse povo que conquistou a simpatia do mundo, contudo, há quem queira destruí-la, e colocar em seu lugar o conflito, o ressentimento e a divisão entre raças. Sempre mascarados de lutar por igualdade ou justiça social, tudo em busca de poder. [...] Como homem e como presi-

dente, enxergo todos com as mesmas cores, verde e amarelo. (Informação verbal)

A fala ressalta a retórica bolsonarista, marcada pela falsa ideia de democracia racial, de que no Brasil as raças vivem de forma harmoniosa e sem conflitos ocasionados pelo racismo. A exaltação da miscigenação como marca da identidade nacional, expressa na ideia de um povo miscigenado, rico e maravilhoso, contribui para a construção do mito da harmonia racial, ao mesmo tempo em que oculta os conflitos históricos, a violência do passado escravista e as desigualdades raciais ainda presentes na sociedade brasileira.

Além disso, Bolsonaro ainda faz um movimento de inversão autoritária, quando afirma que os indivíduos que denunciam as desigualdades estariam “destruindo” a essência do Brasil e promovendo um “ressentimento e divisão entre raças”. A ideia de que “*todos são vistos com as mesmas cores, verde e amarelo*”, ignorando a pluralidade existente no Brasil e a substituindo por uma única identidade, pautada numa ideia de nacionalismo que não leva em consideração a formação e nuances da sociedade brasileira.

Quando essas diferenças são negadas, contribui imensamente para a invisibilização do debate antirracista e desconsidera as desigualdades estruturais. Conforme proposto por Abdias Nascimento (1978) , a ideologia do branqueamento e a falácia da democracia racial cumprem a função de negar o racismo, ao mesmo tempo em que perpetuam a marginalização do negro. Trata-se de um genocídio silencioso, praticado contra a população negra brasileira por meio da

exclusão social, econômica e cultural.

Outro momento analisado foi a manifestação do ex-presidente, Hamilton Mourão, acerca do assassinato de um homem negro em um supermercado

[...] Para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui. [...]. Eu digo para vocês o seguinte, porque eu morei nos Estados Unidos: racismo tem lá. Eu morei dois anos nos Estados Unidos, e na escola em que eu morei lá, o 'pessoal de cor' andava separado. Eu nunca tinha visto isso aqui no Brasil. Saí do Brasil, fui morar lá, era adolescente e fiquei impressionado com isso aí. Isso no final da década 60. Mais ainda, o pessoal de cor sentava atrás do ônibus, não sentava na frente do ônibus. Isso é racismo. Aqui não existe isso. Aqui você pode pegar e dizer é o seguinte: existe desigualdade. Isso é uma coisa que existe no nosso país. (Informação Verbal)

Apesar de no Brasil não ter existido nenhuma forma de segregação racial, como foi o caso dos Estados Unidos e da África do Sul, o racismo no Brasil se tornou algo estrutural, presente em todas as camadas da sociedade. Por se tratar de algo estrutural, embora casos escancarados aconteçam com certa frequência, o racismo muitas vezes não é tratado com a devida seriedade, porém, a mesma desigualdade econômica destacada por Mourão, também é pautada pelo viés racial. Ambas as manifestações, do ex-presidente e do ex-vice-presidente, retratam um caráter de negação à problemática atrelada à população negra. Por se tratar de figuras representativas do Poder Executivo, a situação se torna ainda mais controversa.

A última fala a ser analisada é referente ao ex-presidente

da Fundação Palmares (FCP), Sérgio Camargo. Este afirmou que “*a escravidão foi terrível, mas benéfica para os descendentes*”. O discurso foi publicado pelo Portal G1. E, aqui, antes de qualquer análise acerca da manifestação, deve ser feito um apontamento relevante, Sérgio Camargo é um homem negro, de pele retinta, que está condicionado a esse local de reprodução do racismo. Como explica Fannon (2008), o negro, colonizado, acaba por introjetar o olhar do branco e reproduzir o racismo contra si mesmo e contra os outros negros, como se pudesse assim se aproximar da humanidade que lhe foi negada.

Vale ainda ressaltar a importância da Fundação Palmares e do seu papel no combate ao racismo.

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é importante para reconhecer origens, ampliar direitos e facilitar o acesso das comunidades quilombolas às políticas públicas, sendo responsável pela certificação de quilombos, participação do licenciamento de obras de infraestrutura e estimulando a cultura afro-brasileira. (Valiense, 2023)

Quando se leva em consideração a importância dessa organização, a fala se torna ainda mais problemática. Ao afirmar que a escravidão trouxe benefícios aos descendentes, afirmação essa que não tem fundamento algum, Sérgio Camargo caminha mais uma vez no sentido contrário da resolução do racismo no Brasil. A entidade que deveria pautar políticas voltadas para a população negra, pensar em maneiras de manter a memória viva e revisita-la de forma crítica, tem seu principal representante negando aquilo que o Movi-

mento Negro lutou por décadas para garantir que fosse combatido. Quando se nega as consequências da escravidão, é negado o reconhecimento da história da formação de uma nação, pautada na lógica escravocata e racista.

Diante das manifestações analisadas, se torna evidente que a negação do racismo e a perpetuação do mesmo, constituem a estrutura do bolsonarismo. Seja pela exaltação de uma democracia racial que não existe, pela relativização da escravidão ou pela redução das desigualdades a questões socioeconômicas, sem levar em consideração como se deu a formação dessa estrutura. Estes discursos não são práticas isoladas e fazem parte de um processo político mais amplo, que busca manter a sociedade da forma que ela está, persistindo em uma narrativa que invisibiliza a persistência do racismo no Brasil.

Diversas pesquisas demonstram que a população negra foi negligenciada durante o governo Bolsonaro, sendo completamente ignorado no plano de governo, conforme o *Jornal Metrópoles*. Esse comportamento se trata de uma estratégia política sistemática de deslegitimação das pautas antirracistas. Por fim, deve ser feito um questionamento, a quem interessa manter a sociedade da forma que ela está? O sociólogo Jessé Souza afirma que “o racismo recobre, de forma quase perfeita, a estrutura dos privilégios de classe no Brasil”, ou seja, em outras palavras, o racismo molda a estrutura da sociedade brasileira, na medida em que garante privilégios a um fina camada da população.

Por se tratar de um objeto de estudo da História do Tempo Presente⁴, os cursos do bolsonarismo e suas práticas ainda estão em curso, havendo uma necessidade de atualização constante de seus impactos na sociedade. Como dito anteriormente, o bolsonarismo não se resume à figura de Jair Messias Bolsonaro, com o fim de seu governo, em 2022, essas práticas políticas não chegaram ao fim, continuam sendo perpetuadas pela extrema-direita brasileira, que segue à risca a oposição a políticas de caráter progressistas.

Analizar tal temática é refletir sobre o papel do Poder Executivo no combate a questões que impactam diretamente na qualidade de vida de um grupo, nesse caso, a população negra. Assim, pode-se concluir que o bolsonarismo é um movimento que compactua para a perpetuação do racismo e sua continuidade no Tempo Presente. Reconhecer e combater tal problemática, é pautar uma sociedade que seja democrática e reconheça suas mazelas históricas, a fim de repará-las com políticas sociais.

Referências Bibliográficas

AMADO, Guilherme. *Plano de governo de Bolsonaro ignora*

4 A história do tempo presente é um modelo de escrita historiográfica que, a partir de uma visita ao passado recente das sociedades, busca evidenciar as inter-relações ocorridas em determinado espaço temporal. Uma das especificidades desse campo de estudos se resume ao fato de que o pesquisador dos períodos recentes é próximo dos acontecimentos, e, sendo assim, suas memórias e experiências, se devidamente equilibradas, contribuem positivamente no processo de construção histórica. Essa afirmação se baseia na ideia de que a história é uma ciência em construção e, sendo assim, as análises que a compõem são passíveis de interpretação (Batista, 2020).

combate a racismo e homofobia. Metrópoles, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/plano-de-governo-de-bolsonaro-ignora-combate-a-racismo-e-homofobia>. Acesso em 15 de Set. 2025.

CNN BRASIL. ‘Enxergo todos verde e amarelo’, diz Bolsonaro após morte de homem negro no RS. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/enxergo-todos-verde-e-amarelo-diz-bolsonaro-apos-morte-de-homen-negro-no-rs/> Acesso em: 03 de Mar. 2025.

BATISTA, Ariel Cherxes. *Uma imersão no passado-presente: o revisionismo bolsonarista sobre a ditadura (2011-2019).* 2020. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas.* Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes.* 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

G1. *Declarações do novo presidente da Fundação Palmares geram críticas e indignação.* 28 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/11/28/declaracoes-do-novo-presidente-da-fundacao-palmares-geram-criticas-e-indignacao.ghtml> Acesso em: 03 de Mar. 2025.

G1. *Mourão lamenta assassinato de homem negro em mercado, mas diz que no Brasil ‘não existe racismo’.* 20 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homen-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>

- [-existe-racismo.ghml](#) . Acesso em: 04 de Mar. 2025.
- G1. Presidente da Fundação Palmares critica Dia da Consciência Negra. 20 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/politica/noticia/2021/11/20/presidente-da-fundacao-palmares-critica-dia-da-consistencia-negra.ghml> Acesso em: 20 de Mar. 2025.
- LARA, Lorena. ‘Enxergo todos verde e amarelo’, diz Bolsonaro após morte de homem negro no RS. CNN BRASIL. 21 nov 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/enxergo-todos-verde-e-amarelo-diz-bolsonaro-apos-morte-de-homem-negro-no-rs/> Acesso em: 03 de Mar. 2025.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (org.). *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- REIS, Daniel Aarão. *Notas para a compreensão do Bolsonarismo*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 46, n. 1, pág. 1-11, jan./abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2020.1.36709>.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SANTOS, Ynaê Lopes. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.
- Taxa de pobreza de pretos é duas vezes maior em relação a de brancos. 06 dez. 2023. Disponível em: <https://agen->

ciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-12/taxa-de-pobreza-de-pretos-e-duas-vezes-maior-em-relacao-a-de-brancos. Acesso em 13 Set. de 2025.

TERRA DE DIREITOS; CONAQ. *Estudo aponta 94 discursos racistas de autoridades públicas nos 3 anos do governo Bolsonaro*. Terra de Direitos, 22 mar. 2022. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/estudo-aponta-94-discursos-racistas-de-autoridades-publicas-nos-3-anos-do-governo-bolsonaro/23714>. Acesso em: 05 de Mar. de 2025.

VALIENSE, Karina Vitória Cassimiro. “O que é a Fundação Cultural Palmares?”. Politize!, 8 maio 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/fundacao-cultural-palmares/>. Acesso em: 12 set. 2025.

VILELA, Pedro Rafael. *Violência, violações e desigualdade aumentaram sob Bolsonaro, diz grupo internacional*. Brasil de Fato, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional/>. Acesso em: 15 de Set. 2025.

Por ausências e presenças: o lugar da Educação Básica nos Relatórios das Comissões da Verdade no Brasil

Thaiza Pessanha Medeiros¹

Introdução

Este projeto parte da constatação de que a Educação Básica foi pouco abordada nos Relatórios da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), apesar da ampla documentação existente. A pesquisa foca no volume dois, Textos Temáticos, destacando o trabalho de Angélica Muller, *Violações de direitos humanos na universidade* (2014), que documenta as violações perpetradas pelo governo golpista militar nas universidades e a atuação do movimento estudantil e da UNE. Entretanto, ao ampliar a análise para outros níveis do sistema educacional, observa-se que a Educação Básica não recebeu o mesmo aprofundamento.

O segundo Relatório, produzido pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” em parceria com a CNV, intitulado *O legado da ditadura para a Educação*

¹ Estudante de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pesquisadora de Iniciação Científica vinculada ao Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LABTEMPO/UFES) e sob orientação do Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes. E-mail para contato: thaizamedeiros02@gmail.com.

brasileira (2014), a Educação Básica é abordada sob a ótica do empresariado e da privatização, dois pilares que atravessaram sobremaneira a organização do ensino no país. Contudo, para além desses aspectos, a violência simbólica direta aplicada nas disciplinas e nos conteúdos ministrados, bem como a vigília constante sob a atuação dos docentes, com o objetivo de moldar crianças e adolescentes dentro de um projeto de nação via educação, carecem de maior exploração.

A pesquisa sobre a Ditadura Militar mostra que o período foi caracterizado por reformas que moldaram currículos e disciplinaram práticas escolares, como a inclusão das disciplinas de teor cívico Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos Sociais.² É nesse contexto que a Educação se torna um instrumento político e aparelho ideológico de difusão das ideias nacionalistas e autoritárias, com o objetivo de direcionar e adestrar os jovens estudantes a compreender a moralidade, a civilidade e os princípios religiosos cristãos. (Medeiros, 2024)

Dante disso, esta pesquisa investiga de que modo, e com que ênfases ou omissões, a Educação Básica aparece nos relatórios da CNV, buscando compreender os silêncios, as estratégias discursivas e as implicações político-pedagógicas dessa presença ou ausência. Para tal, a pesquisa faz os seguintes questionamentos: (a) Onde está inserida a Educação

2 Neste projeto apresentam-se alguns resultados e apontamentos de pesquisa de Iniciação Científica anterior intitulada “Educação Moral e Cívica e Ditadura Militar (1964-1985): os compêndios de história do Brasil escritos por Plínio Salgado”. A pesquisa contou com o amparo da FAPES teve orientação do Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

Básica nos relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade? (b) Qual o espaço dedicado à compreensão da situação educacional brasileira ao longo dos anos de autoritarismo no país? (c) Quais grupos sociais, políticos ou econômicos foram os principais beneficiários das políticas voltadas ao ensino fundamental e médio profissionalizante durante a Ditadura? (d) Qual foi a preocupação com o conhecimento ensinado? (e) Que projeto de educação era construído para a crianças e adolescentes, enquanto a juventude era perseguida no ensino superior? (f) O que levou a CNV-SP a abrir um espaço para abordar a Educação Básica? Para responder tais questionamentos, a análise ocorrerá através da abordagem metodológica de pesquisa documental e bibliográfica.

Comissões Nacionais da Verdade: um olhar para a Educação Básica

Após os 21 anos de Ditadura Militar (1964-1985), o Brasil viveu um processo de redemocratização caracterizado por políticas de transição, reorganização partidária, fortalecimento dos movimentos sociais, reformas educacionais e revisões nos campos das humanidades. Nesse cenário, as iniciativas em prol da memória, da verdade e da justiça destacaram-se como pilares da reconstrução democrática.

Em 2011, atendendo às demandas sociais e à necessidade de responsabilização do Estado, foi promulgada a Lei nº 12.528, que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2012 para investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. No mesmo

ano, a Lei nº 12.527, a Lei de Acesso à Informação (LAI), consolidou o direito constitucional à informação, garantindo o acesso a documentos e arquivos públicos e complementando os objetivos da CNV.

Após mais de dois anos e meio de trabalho, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) entregou à sociedade o Relatório Final, produzido a partir de entrevistas, levantamento documental e audiências públicas. Dividido em três volumes, o relatório conta com 18 capítulos e nove Textos Temáticos sobre graves violações de direitos humanos em diferentes setores da sociedade civil (Fagundes, 2018).

Embora não tenha atendido todas as expectativas, especialmente de familiares de vítimas e de movimentos de direitos humanos, o Relatório Final e a CNV desencadearam um fenômeno único: a criação de comissões da verdade específicas em diversas regiões do Brasil. Essas comissões ampliaram a apuração, disponibilizaram documentos e contemplaram setores não abordados pelo Relatório Final, resultando em uma ação coletiva que fortaleceu a memória, a justiça e a verdade no país (Rodrigues; Tenaglia, 2023).

O surgimento das comissões específicas, em parceria com a CNV, revelou um movimento nacional em prol da justiça de transição e da reconstrução da memória institucional. Esse processo impactou a produção histórica e educacional, valorizando a memória como direito e fortalecendo seu uso pedagógico e como fonte histórica para ensino e debate na Educação Básica.

O Relatório Final da CNV privilegiou em seus *Textos*

Temáticos as chamadas violações perpetradas nos diferentes segmentos da sociedade civil e, principalmente, para as minorias:

Os textos referem-se a violações de direitos humanos ocorridas em diferentes segmentos, grupos ou movimentos sociais, a exemplo de militares, trabalhadores urbanos e rurais, camponeses, povos indígenas, membros de igrejas cristãs, homossexuais, docentes e estudantes universitários. Também integram este volume textos que registram a reação de muitos que resistiram à ditadura militar a partir de seus ofícios, suas atividades e seu cotidiano, assim como a participação dos civis no golpe e no regime ditatorial, notadamente de empresários. (CNV, 2014, v. II, p. 9)

No entanto, mesmo com esse olhar voltado para a sociedade, a Educação Básica e seu público, um dos seguimentos fundamentais para a formação do consenso ideológico e da legitimidade do governo militar, recebeu pouca atenção nos textos da CNV.

Para a cúpula militar, a universidade era vista como o principal foco dos movimentos considerados “subversivos”, especialmente os de orientação comunista, sendo, portanto, identificada como o centro do chamado “perigo vermelho” (Motta, 2002). Essa percepção justificava, aos olhos dos militares, a necessidade de repressão em nome da segurança nacional e da legitimação e perpetuação do governo autoritário instaurado pelo golpe, algo amplamente discutido por Müller (CNV, 2014). As escolas, por sua vez, foram submetidas a uma forma distinta de controle, voltada à regulamentação do comportamento moral, cívico e religioso, ao discipli-

namento das subjetividades, à contenção do senso crítico e à vigilância sobre conteúdos didáticos e práticas pedagógicas. Buscava-se formar estudantes como cidadãos passivos, moldados para atender às demandas do mercado privado e do governo autoritário, sem questionamentos, sem compreensão da realidade em que viviam e alheios ao conhecimento crítico da História do Brasil.

A Educação Básica, chamada de 1º e 2º grau nos anos repressivos, não foi violentada de maneira grave, conforme os relatórios da Comissão da Nacional da Verdade se comprometem em revelar em prol da memória, da justiça e da verdade. A violência que recaiu sobre o ensino fundamental e médio foi simbólica e subjetiva. Ao contrário das torturas, prisões, perseguições, afastamentos e demais mazelas decididas de maneira arbitrária, um projeto educacional saneador e adestrador era colocado em prática na Educação Básica. Projeto esse que foi responsável pela precarização da educação brasileira e que até os dias atuais ecoam suas falhas em forma de heranças enraizadas no saber coletivo. Dessa forma, a doutrinação autoritária e seus impactos simbólicos foram a violação dos direitos humanos a nível da Educação Básica.

O fato da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e da Cultura (DSI/MEC) ter atuado por meio de ações de normatização, vigilância e punição, de maneira centralizada no campo do ensino superior, não apaga a existência de Arsi responsáveis tanto com o ensino fundamental, quanto para o ensino médio - conforme apontado por Müller a partir do depoimento de Arminak Cherkezian à CNV (2014).

Ou seja, os aparelhos repressivos do Estado autoritário militar também recaíram sobre as escolas, mas com o objetivo de vigilar, moldar, difundir e disseminar um conjunto de ideias, valores e princípios alinhados ao projeto de sociedade que a ditadura desejava construir. Neste seguimento, enquanto as ações sobre as universidades federais eram destrutivas e de desestruturação da organização estudantil e docente acadêmica, no meio educacional básico, o objetivo era restaurar, redefinir, reconstruir, remodelar a geração de estudantes em formação. Era, portanto, um projeto de nação.

A Educação Básica só recebeu maior ampliação no Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (2014), com a participação dos pesquisadores consolidados do campo científico da Educação e da História da Educação - entre eles Luiz Antônio Cunha e a Circe Bittencourt. No entanto, os aspectos debatidos ao longo do texto permeiam as políticas públicas educacionais que atenderam as demandas empresariais e do mercado privado. Isto é, versam sobre o tecnicismo e a privatização. Contudo, os direitos humanos atacados ao tratar sobre a Educação Básica estão ligados ao controle do subjetivo, do sociocultural e socioemocional. Desde as reformulações dos currículos, seguido pela inserção de disciplinas de teor cívico e moral, a redução da disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia, a perseguição de professores, a infiltração de indivíduos ligados a ditadura dentro das salas de aula, a obrigatoriedade de comemorações cívicas nas escolas, o ensino essencialista e singular, e por sua vez, eurocêntrico, bem como projetos educacionais antidemocráticos, decididos sem a participação

da sociedade civil, são exemplos dos ataques a Educação Básica brasileira.

É preciso frisar que a pesquisa não pretende fazer uma crítica ao pouco espaço para a Educação Básica nas investigações da Comissão Nacional da Verdade, visto que comissões estaduais parceiras se dedicaram sobre o tema. Em primeiro lugar, pelo fato da CNV ter como finalidade original reexaminar e desvendar as graves violações de direitos humanos praticadas durante a Ditadura Militar. Isto é, a partir das reivindicações das famílias e daqueles que perderam seus entes queridos, a CNV se compromete em atender a sociedade civil com respostas e respaldo, pois o Estado em si tem responsabilidade pelas graves violações cometidas. Para além disso, é também um compromisso com a verdade histórica, com a memória e com a justiça, para que nunca mais aconteça. Em segundo lugar, é o fato de que no próprio relatório, volume I, a comissão afirma ter convicção que os relatórios seriam um legado que seria analisado, compreendido e utilizado para além do encerramento das suas atividades (CNV, 2024, p. 23). Portanto, com os recentes anos de publicação do relatório final e após o chamado “momento CNV” (Müller, 2024), é possível relativizar o real alcance dos relatórios, trilhando novos caminhos para compreender os impactos da ditadura a partir dos arquivos apurados e ainda não apurados.

A pesquisa questiona o papel pedagógico que os relatórios da CNV trouxeram para o debate historiográfico e também educacional. É fácil encontrar em estudos acadêmicos que trabalham os relatórios como materiais didáticos de

grande potencial para debates em salas de aula, por abordarem a importância da Educação Política. Isso é comprovado também através dos capítulos de “Recomendações” da maioria dos relatórios produzidos pelas comissões específicas espalhadas pelo Brasil. Entretanto, a mesma Educação que hoje carrega a responsabilidade de promover a conscientização, inserindo nas salas de aula as discussões sobre as grandes violações históricas para que a justiça e a verdade prevaleçam, foi também a Educação que, em outros tempos, integrou um projeto nacional de padronização das massas, adestrador de comportamentos, saneador de culturas e formador de uma mão de obra despolitizada. A disciplina de História, que hoje tem a tarefa de socializar o impacto da Ditadura Militar e fomentar a reflexão crítica, é a mesma que foi destituída e fragmentada em componentes como Educação Moral e Cívica e Estudos Sociais, voltados à conformação ideológica.

A herança da estrutura autoritária ainda se reflete no currículo brasileiro, marcado por abrangência excessiva e fragmentação, como evidencia a BNCC, o que sobrecarrega o trabalho docente e limita o espaço para debates históricos e políticos. Sob condições precárias de formação e valorização profissional, espera-se que os professores cumpram uma extensa lista de conteúdos, restringindo o potencial emancipador da Educação, como discutem Romanelli (2010) e Thais Nívia de Lima e Fonseca (2010).

Nesse sentido, não seria também pertinente construir debates com os estudantes que provocassem a reflexão de

que a Educação pode ser instrumento e ferramenta de governos autoritários? Como se daria essa mesma discussão ao colocar o Brasil como um exemplo de país que também se apoderou da Educação? Qual a importância desse conhecimento crítico para a formação cidadã desses estudantes? Como lutar por uma educação que faça sentido para os filhos da classe trabalhadora, se não é apontado o que lhes atinge durante períodos autoritários?

Desenvolver o senso crítico dos estudantes a partir de sua realidade é fundamental no ensino de História, aproximando o conhecimento histórico da vida cotidiana e permitindo que os estudantes se apropriem dos saberes produzidos ao longo do tempo (Abud, 2005). Para Jorn Rusen (2007), a contextualização é essencial à formação da consciência histórica. Nesse sentido, analisar a CNV também implica refletir sobre a Educação: como os 21 anos de Ditadura Militar atravessaram a Educação Básica? Ao enfraquecer a disciplina de História e diluí-la em áreas como a EMC, como os conteúdos foram reconstruídos e que memória atualmente se constrói sobre o Ensino Básico? Para compreender essas questões, é necessário desconstruir perspectivas que consideram o ensino básico pouco relevante sob a ótica da ditadura militar, como será discutido a seguir.

A Educação Básica em plano de frente: embasamentos teóricos e metodológicos

A metodologia dessa pesquisa é determinada a partir de um plano de trabalho cronológico. Inicialmente, bibliografias

introdutórias que versam sobre o tema do projeto são levantadas com o objetivo de fundamentar uma base sólida sobre a Educação durante a Ditadura Militar, dentre elas, os livros *Passados Presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar* e *As universidades e o Regime Militar*, de Motta (2021; 2014). Além disso, está em andamento uma pesquisa que viabilize fontes para responder o que era a Educação nos anos de 1964 até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como o livro *Caminhos entrelaçados: os intelectuais na República e as disputas em torno do Brasil moderno (1946-1975)* de Maia (2025) e *O Golpe na Educação*, de Cunha (2002). Nesse sentido, partindo também de Teorias da Educação, a pesquisa busca entender como a população civil (incluindo os estudantes do ensino básico) e a elite política brasileira enxergavam a Educação e seu papel na sociedade.

Tal questionamento abre caminho para outra indagação importante que é a concepção de infância e de adolescência durante os anos repressivos. Para esta pesquisa de Licenciatura em História, o recorte da infância recairá sobre o que hoje é reconhecido como Ensino Fundamental II, com um alunado de faixa etária de 11 aos 14 anos. A compreensão de infância e adolescência (15 aos 17 anos) é de interesse deste trabalho, pois a não identificação do público do ensino básico como sujeitos históricos e políticos, tanto pela cúpula militar quanto pelas Comissões da Verdade, pode indicar caminhos para a ausência desse setor da sociedade no Relatório Final da CNV, principal fonte de análise documental da pesquisa, ao lado do Relatório da CV-SP “Rubens Paiva”.

Aos estudantes do Ensino Superior, cabia a concepção de juventude subversiva, em constante vigilância pela cúpula militar devido ao cenário político interno de intenso anticomunismo. O solo universitário passou por decisivas reformas voltadas para a modernização e regulamentação desse setor da sociedade em processo de qualificação profissional. O ponto é, a concepção de juventude, entendida aqui como a faixa etária do ensino superior, 18 anos em diante, era atrelada a “subversividade” política que inflamava a repressão de um governo golpista cada vez mais violento. No entanto, o papel ativo, posicionado e estabelecido politicamente dessa juventude era reconhecido, repetidamente, visto que os maiores esforços da Ditadura Militar foram voltados para a desorganização tal força do movimento estudantil, com o objetivo de garantir a legitimidade e unanimidade do controle sociopolítico.

O reconhecimento da agência e da expressão política de certos grupos influenciou as análises posteriores das comissões da verdade. Durante a Ditadura, a educação de crianças e adolescentes buscava normatizar seus corpos e impedir a formação de cidadãos politizados, negando-lhes o reconhecimento como sujeitos históricos e o acesso a uma História contextualizada. O ensino era orientado para o trabalho precarizado, não para a continuidade acadêmica, e o acesso às universidades era restrinrido, favorecendo a elitização e o ensino profissionalizante.

Neste seguimento, o desconhecimento da Educação a transforma em ferramenta mal intencionada de ação coerciva

simbólica em períodos repressivos. Portanto, em busca por referências que abordassem as estratégias e articulações de controle simbólico do poder do Estado, a pesquisa se debruça em Pierre Bourdieu (2012) para compreender as violações sutis do poder militar na Educação Básica a partir do seu conceito de *Violência Simbólica*. Para compor os principais conceitos da pesquisa, a análise sobre como o ensino, especificamente os conteúdos históricos, foram manejados para construírem uma subjetividade passiva e homogênea comum aos estudantes - parte do projeto educacional de nação dos militares - o trabalho se fundamenta na Teoria da História de Jörn Rüsen (2007; 2001). O foco principal está em seus textos referentes à Didática em História e as Operações Básicas de Aprendizagem.

Segundo Rusen, o tempo presente é mobilizado para transformar o presente. Desse modo, é também um condicionante para as reflexões e análises sobre o passado que levam o alunado a Auto-compreensão consciente do seu papel no mundo enquanto sujeito que possui uma identidade histórica, portanto, uma *consciência histórica*.

Em consonância a Rusen (2007) e levando em consideração agendas de pesquisas que entendem que conceitos criados fora do cenário político e social do Brasil por vezes não são suficientes para suprir as complexidades analíticas de um país de tamanho continental, o presente trabalho está de acordo com Abud (2005, p. 28) quando afirmou que a formação histórica orienta a consciência e o conhecimento sobre o passado, ocorre em qualquer processo de aprendi-

zado histórico que não tenha como foco principal a formação profissional, incluindo o ensino escolar, a influência da mídia e os diversos contextos da vida cotidiana, como família e instituições.

Nesse sentido, a apropriação dos conhecimentos históricos só acontece efetivamente pelo alunado se estes compreendem que nuances do passado não são apenas informações desconexas sobre um mundo anterior no qual não fazem parte, por isso o ensino de História nas escolas precisa ser espaço para diálogos, debates, contato com fontes históricas múltiplas e, principalmente, firme contato com a realidade e suas representações sociais. Entretanto, durante a Ditadura Militar, a construção da consciência histórica foi criteriosamente vigilada e selecionada, através dos embasamentos ideológicos e teóricos daquele período difundidos pela Escola Superior de Guerra e pela Doutrina de Segurança Nacional, o passado foi (re)manejado em prol do Estado militar.

Dante do que foi apresentado até aqui, a fim de aprofundar a investigação a respeito de como minorias da sociedade foram articuladas pelos relatórios finais das comissões específicas, visto que a CNV e seu Relatório Final foi mais reativo do que produtivo em cumprir os anseios da sociedade por respostas, a pesquisa se ampara no trabalho de dissertação de Franco (2017) *A escuta que produz a fala: o lugar do gênero nas comissões estaduais e na comissão nacional da verdade (2011-2015)*.

Por fim, a pesquisa analisa que ênfases e menores des-

taques, a Educação Básica aparece na contribuição de Muller para o Relatório Final da CNV (2014), e, em complemento, será também mobilizado o relatório da CV-SP, que dedica maior atenção às políticas educacionais para a Educação Básica. O cruzamento entre os dois documentos permite explorar a construção da memória institucional sobre a educação durante a ditadura e levantar hipóteses sobre o lugar simbólico e político da Educação Básica nos projetos autoritários de formação e na memória coletiva.

Algumas Considerações

Reiteramos, este projeto de pesquisa, ainda em estágio embrionário, busca oferecer uma contribuição aos estudos sobre a Educação durante a Ditadura Militar, ultrapassando fronteiras historiográficas que há muito delimitam o que pertence ao campo educacional e o que é objeto do campo histórico. Partindo da compreensão de que o exercício historiográfico também é político-pedagógico, a proposta volta-se à História enquanto disciplina presente nos currículos da Educação Básica, marcada por reformas, revisionismos, descontextualizações e reducionismos. Longe de propor uma fórmula definitiva sobre como os historiadoras e historiadores devem olhar para a Educação Básica e seus sujeitos, a pesquisa constitui um convite à reflexão, reforçando a necessidade de reconhecer o estudante como centro, alvo e propósito da prática docente.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2011.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre a criação da Lei de Acesso à Informação (LAI). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2011.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 3 v. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- ABUD, Katia Maria. Processos de construção do saber histórico escolar. In: *História & ensino: revista do Laboratório de Ensino de História*. Centro de Letras e Ciências Humanas, Faculdade Estadual de Londrina, v. 11, p. 25-34, 2005. Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2005v11n0p25>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”; COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. O legado da ditadura para a Educação brasileira. São Paulo, 2014. Tomo I, Parte I. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_O-legado-da-ditadura-pa

- [ra-a-educacao-brasileira.pdf](#). Acesso em: 20 de agosto de 2025.
- CUNHA, Luiz Antonio. *O Golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr./jun. 2014.
- FRANCO, Paula. A escuta que produz a fala: o lugar do gênero nas comissões estaduais e na comissão nacional da verdade (2011-2015). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. 2017.
- FREITAS, Luiz C. de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. Comissão da Verdade na universidade: um relato sobre o caso da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CV Ufes). *Revista Ágora*, Vitória/ES, n. 27, p. 121–131, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/19868>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- MAIA, Tatiana de Amaral. *Caminhos entrelaçados: os intelectuais na República e as disputas em torno do Brasil moderno (1946-1975)*. Pimenta Cultural: São Paulo, 2025
- MEDEIROS, Thaiza P. Educação Moral e Cívica e Educação Moral e Cívica e Ditadura Militar (1964-1985): os com-

- pêndios de história do Brasil escritos por Plínio Salgado. in: XXXIV Jornada de Iniciação Científica da Ufes, 2024, Vitória, ES. *Anais da Jornada Científica da UFES*. Vitória, PRPPG: Biblioteca da UFES, 2024. v. 15. p. 1-15.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- MÜLLER, Angélica. Responsabilidade da história, responsabilidade do historiador: o “momento CNV” como turn point da historiografia da história do tempo presente e seus novos desafios. *Revista Tempo e Argumento*, v. 16, n. 43, p. 102-102, 2024.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- RÜSEN, Jorn. Razão histórica. *Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- RÜSEN, Jörn. *História Viva - Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Ed. da UNB, 2007.
- TENAGLIA, Mônica; RODRIGUES, Georgete Medleg. Dez anos da Comissão Nacional da Verdade e as comissões da verdade locais no Brasil: parcerias e ações para o acesso aos arquivos. *Revista Histórias Públicas*, v. 1, n. 1, p. 232-251, 2023.

Comunicações Livres

A Reorientação da China: Implicações da Nova Rota da Seda¹

Larissa Nuvens Guimarães²

1. Introdução

A ascensão da China como potência econômica e política tem sido um fenômeno marcante no cenário global contemporâneo. Central para essa ascensão é abertura comercial iniciada por Deng Xiaoping no século XX, e a Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative - BRI), estratégia ambiciosa que visa reativar e expandir as antigas rotas comerciais da Rota da Seda para promover a conectividade e cooperação econômica em escala global.

Historicamente, a transformação econômica da China, iniciada sob as reformas de Deng Xiaoping nas décadas de 1980 e 1990, foram fundamentais para sua ascensão como a segunda maior economia mundial. Essas reformas não apenas modernizaram a economia chinesa, mas também abriram

1 Versão revista de trabalho publicado nos anais do 33 Simpósio Nacional de História 2025. A presente versão traz considerações atualizadas da pesquisa em desenvolvimento.

2 Mestranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2892-3508>. Email: larissanuvens14@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) – <102024 PROCAP 2025>.

caminho para o país se posicionar como um ator global influente. A BRI, por sua vez, representa um passo adiante nessa trajetória, consolidando a China como uma potência capaz de moldar não apenas a economia global, mas também as dinâmicas geopolíticas.

Dessa forma, a junção dos fatos mencionados, contribuem para entender a ambição da China ao centralizar o comércio e a influência global por meio da BRI, esta é chamada de *Centralidade Geopolítica e Econômica*, uma vez que está ocorrendo o florescimento do Oriente, recolocando o “centro” do mundo na Ásia Central e na China. A BRI, pode-se dizer, é uma continuação de estratégias históricas pela aspiração ao poder, comércio e controle das rotas comerciais.³

2. Reorientação

Como um país predominantemente agrário, que teve diversas dificuldades econômicas no século passado, conseguiu se reorientar e se tornar uma potência global? Até meados do século passado, a China era um país majoritariamente ruralizado, esse cenário começou a se transformar quando Mao Tsé Tung, líder político, que esteve à frente da “Revolução Cultural” e do “Grande Salto Adiante” chegou à presidência em 1954. Conforme Milaré e Diegues (2012, p. 364)

3 O autor desafia as narrativas eurocêntricas, uma vez que a BRI promove a interconexão de países de diversas regiões. Frankopan propõe uma redefinição do olhar eurocêntrico para as regiões orientais, destacando a interligação entre economia e poder. A mudança dessa lente para o ressurgimento da Rota da Seda é necessária para compreender as rotas comerciais, da centralidade geopolítica e a interconexão global.

"estima-se que 47 milhões de hectares tenham sido divididos entre 300 milhões de camponeses pobres, sendo dois terços de hectare por família.". Essa foi apenas uma das primeiras reformas colocadas em prática, isso representa o começo de um novo modo de produção e uma nova divisão do trabalho, uma vez que em 1952, o campo passou a ter uma nova estrutura, as cooperativas, a respeito, Paggotto:

A gestão das cooperativas de tipo inferior era realizada por meio de uma direção e as famílias trabalham como equipes. As glebas foram unificadas, sendo trabalhadas como uma única unidade produtiva. O resultado da produção continuava a pertencer ao usufruto de cada família, mas calculado por um sistema de "pontos-trabalho". Esse sistema surge como uma forma de remunerar de um modo mais justo o trabalho agrícola. Na época dos grupos de ajuda mútua, a remuneração do trabalho era feita pelo resultado de uma jornada (ou meia jornada) de trabalho, sem levar em conta a qualidade ou a quantidade do trabalho realizado. Depois da formação das cooperativas, esse sistema mostrou-se insuficiente, na medida em que se buscava uma maneira de remunerar o trabalho por meio de um sistema em que pudesse aplicar o princípio de "a cada um segundo o seu trabalho". (MARCHI-SIO, 1966 apud Paggoto, 2006, p. 6)

Dessa forma, este sistema de "pontos-trabalho" foi uma evolução em relação aos grupos de ajuda mútua anteriores, onde a remuneração era baseada apenas na quantidade de tempo trabalhado, sem levar em consideração a qualidade ou a quantidade de trabalho efetivamente realizado. O sistema de cooperativas, com sua ênfase na justiça e na eficiência, buscava implementar o princípio marxiano de "a cada um segundo o seu trabalho", proporcionando uma forma mais justa de remuneração e incentivando a produtividade.

A reforma agrária e a introdução das cooperativas foram passos essenciais para a modernização da agricultura na China. Elas permitiram uma utilização mais eficiente da terra e dos recursos humanos, além de fomentar a colaboração e a solidariedade entre os camponeses. Essas reformas ajudaram a aumentar a produção agrícola, melhorar os padrões de vida no campo e reduzir a pobreza rural. Além disso, elas foram um prelúdio para as reformas econômicas mais abrangentes que ocorreriam nas décadas seguintes, preparando o terreno para a rápida industrialização e urbanização da China.

Tentando superar as marcas desastrosas deixadas pela “Grande Fome” no país, as reformas iniciadas por Deng Xiaoping⁴ em 1978 abandonaram algumas diretrizes do modo de gerir de Mao Tsé-Tung. Entretanto, algo permaneceu, qual seja, o intuito de industrializar a China. Sendo assim, Deng Xiaoping optou por outros caminhos para alcançar o ambicioso plano de transformar seu país, até então ruralizado, em uma nação industrializada. Conhecido por sua famosa frase “Não importa que o gato seja branco ou preto, o importante é que cace os ratos”, a citação foi amplamente divulgada ao longo do período de reformas econômicas que Deng iniciou em 1978, a metáfora enfatiza que o sucesso deveria ser medido pelos resultados práticos, em vez de aderir abruptamente certas ideologias. Essa análise representa a sua abordagem

4 Deng Xioping (1904-1997), foi um revolucionário estadista chinês que desempenhou um papel crucial na transformação da China. Ele estudou na França na década de 1920, onde teve contato com às ideias marxistas, logo, envolveu-se no movimento Comunista. Ao retornar a China Deng tornou-se ativo no Partido Comunista Chinês, ocupou inúmeros cargos de relevante importância. Após a Morte de Mao em 1976, Deng Xioping o sucedeu.

política pragmática contemplando a conjuntura a qual ele promoveu a abertura da economia chinesa e a introdução de elementos de mercados para estimular o crescimento econômico.

O novo líder logo se encarregou de conduzir uma série de reformas econômicas, como, por exemplo, a abertura comercial, que consequentemente elevou o aumento do PIB em 10% ao ano e diminuiu a situação de extrema pobreza. Em pouco espaço de tempo a população urbana passou de 18% do total, em 1978, para quase 44%, em 2006. (Nonnenberg, 2010) As causas do crescimento econômico chinês devem-se aos seguintes fatores: (1) liberalização do sistema de formação de preços iniciados no setor rural em 1979; (2) a liberalização do comércio exterior e barreiras não tarifárias tradicionais a partir de 1980, que foram sendo desmontadas a partir da década de 1990; (3) criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), como Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, cidades onde passaram a ser concentradas indústrias estratégicas; (4) aumento da mão de obra rural para as cidades urbanas, mantendo-se os mesmos salários e saltando de 95 milhões para 283 milhões de trabalhadores no período de 1978 a 2006; (5) o próprio tamanho populacional chinês favoreceu a existência de economias de maior escala nas indústrias e, por último, (6) o aumento dos investimentos diretos estrangeiros (IDEs) entre 1981 e 2007 possibilitou a atração de empresas multinacionais, que receberam vários incentivos, como benefícios fiscais, concessão de terrenos e edificações. Nesse período, o influxo de IDEs cresceu de U\$ 225 milhões para U\$ 138 bilhões. (Nonnenberg, 2010)

Araújo e Cardoso comentam que entre 1980 e 2019 “a média de crescimento do PIB real nesse período foi de 9,2% a.a”. O PIB chinês cresce acima da média internacional por mais de quarenta anos. Resultado que pode se atribuir a elevada taxa de investimento no país, com média de 36,9% do PIB entre 1982 e 2011. (Jabbour e Gabrielle, 2021, p. 143). Desse modo, a partir da década de 1980 o país foi contemplado com uma série de investimentos estrangeiros, fator crucial para estimular sua economia. Mezzetti divulga um dado que expõe esse crescimento:

“Somente em 1993 foram concluídos acordos no valor de 110 bilhões de dólares, 26 bilhões dos quais foram efetivamente investidos no mesmo ano, com um aumento em relação a 1992, respectivamente, de 90,7% e 130%; no final de 1993, as empresas de capital estrangeiro totalizavam 167.500, isto é, 83.100 mais do que em 1992. Em 1994, os investimentos estrangeiros foram de 35 bilhões de dólares, com um aumento de 35% em relação ao ano anterior. Segundo o Banco Mundial, a China atua como um imã para o capital internacional, enquanto, por sua vez, começa a investir no exterior em 4.500 empresas em 120 países e regiões.” (Mezzettil, 2000, p. 22)

Daquele ano adiante a China passou por uma explosão de investimentos, construções de hotéis luxuosos, centro comerciais, arranha-céus, conjuntos residenciais entre outros empreendimentos que rapidamente modificou a paisagem rural em centro urbano. Shenzhen⁵ ao longo de dez anos tor-

5 Shenzhen, localizada na província de Guangdong, ao norte de Hong Kong, foi umas das zonas econômicas especiais (ZEEs) mais notáveis da China que representava um papel crucial no processo de reforma e abertura do país. As ZEEs foram criadas para atrair investimentos estrangeiro direto, oferecendo condições mais favoráveis como isenções fiscais, infraestrutura desenvolvida

nou-se uma metrópole de reputação, com uma população de cerca de um milhão de habitantes que tinham uma renda anual avaliada em aproximadamente oito mil dólares a.a. Por conta desse sucesso a Bolsa de Xangai foi aberta. Em meio a esse cenário positivo era registrada uma nova empresa a cada 11 minutos em Pequim. (MEZZETTI, 2000)

Em 1978 cerca de 80% da população vivia em áreas rurais, logo iniciou-se uma série de firmamentos de contratos de responsabilidade entre o Estado e Famílias camponesas que, por sua vez, entregavam parte de suas colheitas ao Estado, podendo vender o excedente da produção. Por conseguinte, a produção de cereais alcançou a marca de 407,3 milhões de toneladas em 1984, um aumento de 36% em relação ao ano de 1978. (Jabbour e Gabrielle, 2021) As reformas rurais foram responsáveis pelo aumento da produtividade agrícola, bem como de investimentos patrimonial. Houve ainda a preocupação de direcionar verba para o financiamento de estudos de tecnologia para a agricultura que possibilitaram o aumento da produção agrícola.

À luz dos fatos expostos, as reformas econômicas iniciadas por Deng Xioping em 1978, representou uma ruptura com as políticas de Mao Tsé-Tung, ao mesmo tempo em que mantiveram o objetivo comum de industrializar a China, contudo, Deng Xioping manteve uma postura pragmática, permitindo que a China obtivesse uma reconfiguração econômica por meio da adesão de resultados concretos. Desse modo, as reformas econômicas de Deng Xioping serviram

e políticas de investimento flexíveis.

para catalisar uma reforma abrangente na economia chinesa, promovendo a industrialização, urbanização e aumento da atividade agrícola, essa combinação de pragmatismo político, liberalização comercial e investimentos estrangeiros foi crucial para a metamorfose chinesa.

2.1. A ascensão global

A ascensão da China como uma potência global é um fenômeno, desenvolvido ao longo das últimas décadas através de uma combinação de reformas econômicas, crescimento sustentável, investimentos em infraestrutura, avanços tecnológicos, expansão militar, iniciativas diplomáticas e projetos internacionais ambiciosos. Esta seção busca analisar o caminho da China como uma potência global, mas antes disso, é necessário compreender este conceito. Para (Toynbee, 1985) “uma grande potência pode ser definida como uma força política que exerce um efeito que se estende sobre o maior campo de ação da sociedade na qual opera”. Nesse sentido, um país que possui a capacidade de influenciar significativamente eventos e políticas a nível mundial através de sua força econômica, militar, política, cultural e tecnológica.

Este processo pode ser compreendido melhor ao se analisar os principais fatores que o impulsionaram. Desde o final da década de 1970, sob a liderança de Deng Xiaoping, a China iniciou uma série de reformas econômicas que abriram o país ao mercado global. Estas reformas marcou a transição de uma economia planificada para uma economia de mercado socialista. Deng Xiaoping introduziu políticas como a des-

centralização da gestão econômica, a permissão para o setor privado crescer e operar em várias indústrias, e a abertura para investimentos estrangeiros diretos. A criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), como Shenzhen, foi um dos pilares dessas reformas, oferecendo incentivos fiscais e regulatórios para atrair investimentos estrangeiros. Este conjunto de reformas não apenas revitalizou a economia chinesa, mas também a integrou profundamente na economia global, estabelecendo a base para o crescimento futuro.

A China experimentou um crescimento econômico rápido e sustentado por várias décadas, com taxas de crescimento do PIB frequentemente acima de 7% a.a. Este crescimento foi impulsionado por uma combinação de industrialização, urbanização e uma robusta base manufatureira e de exportação. A política de abertura permitiu que a China se tornasse a “fábrica do mundo”, exportando produtos manufaturados em massa. Conforme Lyrio:

“(...) Produtos tradicionais como têxteis, roupas e acessórios continuam a gerar comas impressionantes – foram US\$ 115 bilhões só em 2007 –, mas representam uma proporção cada vez menor na pauta exportadora chinesa (9,4% em 2007). Em contrapartida, bens como máquinas e produtos eletrônicos correspondem a fatias crescentes das vendas do país, tendo atingido o valor de US\$ 701 bilhões em 2007 ou o equivalente a 57,6% das exportações totais de bens da China naquele ano. Somente os produtos de alta tecnologia proporcionaram o equivalente a US\$ 347,8 bilhões de dólares em 2007, mais de sete vezes o valor de 2001. O percentual de tais produtos nas exportações totais da China subiu de 17,5% em 2001 para 28,6% em 2007, ou seja, para cada quatro dólares vendidos pela China, mais de um dólar provém da exportação de produtos de alta tecnologia.” (LYRIO, p. 48. 2010)

Inicialmente, a China era amplamente reconhecida por suas exportações de produtos tradicionais, como têxteis, roupas e acessórios. Em 2007, esses produtos ainda geravam receitas significativas, totalizando US\$ 115 bilhões. No entanto, sua participação nas exportações totais da China estava diminuindo, representando apenas 9,4% do total naquele ano. Em contraste, houve um aumento significativo na exportação de bens mais avançados, como máquinas e produtos eletrônicos, que atingiram o valor de US\$ 701 bilhões em 2007, correspondendo a 57,6% das exportações totais de bens da China. Esse dado reflete uma mudança estratégica na economia chinesa, que estava se movendo de uma base manufatureira de baixo custo para uma mais sofisticada e tecnológica.

Além disso, a exportação de produtos de alta tecnologia cresceu substancialmente, alcançando US\$ 347,8 bilhões em 2007, um aumento de mais de sete vezes em relação a 2001. A participação desses produtos nas exportações totais da China também aumentou significativamente, passando de 17,5% em 2001 para 28,6% em 2007. Este crescimento indica que, a cada quatro dólares em exportações chinesas, mais de um dólar era proveniente de produtos de alta tecnologia. Essa transformação reflete os esforços da China em mover-se para setores de maior valor agregado, investindo em inovação, pesquisa e desenvolvimento. Este movimento não só diversificou a economia chinesa, mas também fortaleceu sua posição no comércio global, destacando a capacidade do país de competir em mercados de tecnologia avançada.

Um outro fenômeno a ser considerado foi, a urbaniza-

ção acelerada que levou milhões de pessoas das áreas rurais para as cidades, criando uma enorme força de trabalho urbana e alimentando o crescimento do mercado interno. A China também diversificou sua economia, investindo em setores como tecnologia, serviços e infraestrutura. Este crescimento não só melhorou os padrões de vida de milhões de chineses, mas também posicionou a China como uma das maiores economias do mundo. Conforme Lyrio:

"A mudança da China nesse período foi de tripla natureza, no sentido de operar a transição de uma economia centralmente planificada para uma economia regulada com progressiva incorporação de elementos de mercado, de reduzir a centralidade do campo e da produção rural pelo aprofundamento do processo de industrialização iniciado após a Revolução de 1949, e de renunciar a um modelo de autarquia estrita em favor de uma abertura comercial ampla, a ponto de fazer da economia chinesa hoje uma das mais abertas do mundo, com uma relação comércio exterior/produto interno superior a 70%,49 e um estoque de investimentos diretos estrangeiros na faixa de 30% a 40% do produto interno, contra 13% nos EUA e apenas 2% no Japão." (LYRIO, p. 41, 2010)

O autor aponta que a transformação da China durante esse período foi de natureza tripla: 1) Transição de uma economia centralmente planificada para uma economia regulada com elementos de mercado; 2) Redução da centralidade do campo e da produção rural através da industrialização; e 3) Abertura comercial ampla. Essa tripla transformação foi crucial para o seu desenvolvimento econômico. Ao mover grande parte da população para áreas urbanas, a China não só reduziu a dependência da agricultura, mas também acelerou

o processo de industrialização iniciado após a Revolução de 1949.

3. Implicações da Nova Rota da Seda

Em setembro e outubro de 2013 no Cazaquistão e na Indonésia, o presidente chinês, Xi Jinping, anunciava o projeto comercial e político que tem como inspiração a antiga Rota da Seda que ligava a China ao Oeste pelas rotas de Marco Polo e Ibn Battuta no Norte. E ao Sul, as rotas marítimas do almirante da dinastia Ming e Zheng He. A China iniciou esse movimento há mais de dois mil anos, e isso pode ser definido como um conjunto de estradas e trajetos comerciais abertos pela China entre o leste asiático e o mar Mediterrâneo (Pinto, 2023). Visando resgatar essa hegemonia que perdurou por dois milênios, lança-se a adiante a iniciativa que é tema de discussão de inúmeros trabalhos.

A “Belt and Road Initiative” (BRI) ou a “Nova Rota da Seda” foi incorporada ao Partido Comunista Chinês em 2017. O projeto inclui investimentos em construção de portos, ferrovias, estradas, pontes, barragens, túnel ferroviário e centrais elétricas alimentadas a carvão. Tudo isso com previsão de conclusão para 2049. O Cinturão Econômico da Nova Rota da Seda é uma estratégia que engloba rotas territoriais para o transporte rodoviário e ferroviário por meio da Ásia Central, enquanto as rotas marítimas do Indo-Pacífico acontecem através do Sudeste Asiático partindo para o Sul da Ásia, Oriente Médio e África.

Conforme dados do Banco Mundial, a BRI, pode ex-

pandir seus fluxos comerciais em torno de 4,1% em 155 países, os quais se associaram à iniciativa, e por conseguinte reduzindo os custos comerciais entre 1,1% e 2,2%. Outra consequência positiva desse investimento é o aumento do PIB destes países em uma média de 2,6% a 3,9%. Ao longo dos anos, a estimativa é que a BRI aumente o PIB mundial em cerca de U\$7 trilhões anualmente até a conclusão final do projeto.

A título de exemplo dessa empreitada, é possível apontar que a construção de ferrovias bioceânicas⁶ pode, por exemplo, reduzir o tempo de viagem em 12%, economizando a duração da viagem, o que, por conseguinte, aumentaria o volume de transportes pelos corredores econômicos. Segundo informações do Banco Mundial, o aumento dessa circulação comercial teria um aumento de rendimento em até 3,4%, o que pode resultar na saída de 7,6 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza.

Em que pesem os aspectos positivos, é necessário demarcar que também há pontos de tensão envolvendo o projeto chinês. Entre os aspectos de risco, podem-se mencionar as altas chances de geração de dívidas aos países que recebem o incentivo, como o BRICS, por exemplo. Os EUA pressupõem que essas nações podem ficar endividadas, com infraestruturas encalhadas, além de poder haver ainda riscos ambientais e sociais.

⁶ Ferrovia bioceânica se refere a uma linha ferroviária que conecta dois oceanos, atravessando um continente de um lado ao outro, esse nome caracteriza a sua capacidade de ligar dois corpos oceânicos distintos por via terrestre.

Os entraves para o projeto da ferrovia bioceânica incluem a conjuntura de crise econômica e política no Brasil, além da dificuldade de coordenação de posições em relação a detalhes técnicos com os países vizinhos. Devido aos custos econômicos envolvidos na construção de uma ferrovia que corta regiões com diferentes climas e relevos, o projeto se encontra nos seus estágios iniciais. (Carletti, Kotz, Correia, 2019)

A rota bioceânica já é uma realidade, estabelecendo um corredor rodoviário de 2.396 quilômetros que conecta o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico, passando pelos portos de Antofagasta e Iquique, no Chile, através do Paraguai e da Argentina. Este corredor econômico é um avanço significativo na infraestrutura de transporte da América do Sul, facilitando a integração regional e promovendo o comércio internacional. A Rota bioceânica tem o potencial de fortalecer ainda mais os laços comerciais e econômicos entre os países sul-americanos, ao mesmo tempo em que amplia as oportunidades de exportação para outros mercados asiáticos. Com quase metade dos produtos sul-mato-grossenses tendo como destino a China, a nova infraestrutura pode melhorar significativamente a competitividade e a capacidade de exportação do estado, aumentando os benefícios econômicos para a região.

Este projeto é uma integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), têm por finalidade reduzir por volta de 17 dias o tempo de transporte comercial para a Ásia e Oceania, uma vez que isso possibilita a redução de tempo para as exportações e importações brasileiras entre a Ásia, Oceania e Costa Oeste dos Estados Unidos. A China é o maior parceiro comercial do Brasil, destacando-se como um destino crucial

para as exportações brasileiras. Em 2020, a Ásia foi responsável por quase metade das exportações do Brasil, totalizando US\$ 99,119 bilhões, além de representar 35,09% das importações. Apesar dos desafios impostos pela pandemia, o apetite dos chineses por produtos brasileiros cresceu 6,8%, contribuindo com 32,38% das exportações brasileiras, o que equivale a US\$ 67,7 bilhões.⁹

A demanda crescente da China e da Índia, impulsionada por suas populações gigantescas de aproximadamente 1,463 bilhão e 1,416 bilhão de habitantes, (Nações Unidas, 2024) respectivamente, impulsiona a exportação de commodities brasileiras. Os chineses são os maiores compradores de diversos produtos brasileiros, incluindo soja, minério de ferro, derivados de petróleo, açúcares e melaços, carnes bovina e de aves, e celulose. Além de ser o principal destino das exportações, a China também lidera como o maior vendedor para o Brasil, com um volume de comércio de US\$ 34 bilhões em 2020. Conforme exposto, muitos podem ser os benefícios desses empreendimentos, mas, em contrapartida, também pode haver imbróglios, pois a Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative), além de ser um projeto econômico, também é uma iniciativa política.

Considerações Finais

Em suma, a ascensão da China como potência global é resultado de um longo processo de reformas econômicas e expansão de estratégias políticas. Desde a realização da abertura comercial iniciadas pelo sucessor de Mao Zedong até a

implementação da Nova Rota da Seda, a China reorientou a sua economia através da abertura ao capital estrangeiro; reforma das empresas estatais; desenvolvimento do setor privado e a entrada na organização Mundial do Comércio (OMC). Essas iniciativas resultaram em um crescimento econômico acelerado; redução da pobreza; desenvolvimento industrial bem como a rápida urbanização resultante da necessidade da ampliação de mão de obra industrial. Enquanto, atualmente, a Nova Rota da Seda é um projeto político e econômico que visa resgatar o controle comercial e reposicionar a centralidade asiática no comércio internacional, desafiando os paradigmas eurocêntricos de poder. Dessa forma, com a implementação da BRI, é constatado que a transição para setores de alta tecnologia reflete uma estratégia de longo prazo que visa a consolidação do país na atuação de exportação, pesquisa e inovação. Destarte, diante desse cenário, para garantir seu expansionismo econômico, a China precisará equilibrar suas necessidades com a cooperação internacional para garantir a presença chinesa nos mercados emergentes, ampliando sua influência sobre o mercado mundial. As implicações da BRI ainda se trata de uma pesquisa em desenvolvimento, há de se pesar os aspectos positivos e negativos dessa empreitada, observo ainda que desde de seu lançamento em 2013, a iniciativa passou por algumas reformulações, nota-se que o projeto têm uma longa jornada pela frente, e faz-se necessário direcionar lentes para o reflorescimento do Oriente que está emergindo a pelo menos 35 anos.

Referências

- AMORA, Dimmi. Ferrovia bioceânica, para ligar o Brasil ao Pacífico, é viável, indica estudo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jul. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1790571-ferrovia-bioceanica-para-ligar-o-brasilao-pacifico-e-viavel-indica-estudo.shtml>. Acesso em: 20 out. 2023.
- CARLETTI, Anna; KOTZ, Ricardo; CORREIA, Gabrielly. As Novas Rotas da Seda: Implicações geopolíticas dos investimentos da China na América Latina. Belo Horizonte: Carta Internacional, 2019.
- DANTAS, Suely. A Belt and Road Initiative e seus impactos na governança global no contexto de avaliação cenários prospectivos. *RICRI*, 2022.
- FIGUEIREDO, Daniel. One Belt, One Road, entenda a nova Rota da Seda chinesa. *Politize*, maio 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/nova-rota-da-seda-chinesa/>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- FRANKOPAN, Peter. O coração do mundo: Uma nova história universal. 3^a edição. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.
- INICIATIVA, cinturão e rota: The Word Bank: 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/brief/belt-and-road-initiative>. Acesso em 22 nov. 2023.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. *China: o socialismo do século XXI*. 1^a edição. São Paulo: Boitempo, 2021.
- JIE, Yu. What is China's Belt and Road Initiative (BRI)?. *Chatam House*, setembro 2021. Disponível em: <https://www.chatamhouse.org/2021/09/what-chinas-belt-and-road->

- initiative-bri. Acesso em: 05 nov. 2023.
- LOPES, Ricardo. *A Nova Rota da Seda: entre a tradição histórica e o projeto geoestratégico para o futuro*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2018.
- LYRIO, Mauricio. *A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.
- MEZZETTI, Fernando. *De Mao a Deng: a transformação da China*. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2000.
- MILARÉ, Luís; DIEGUES, Antônio. Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa. *SciELO*, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/XMSJZQk-FQpbrSzFyXJ4bVxH/>. Acesso em 03 jan. 2024.
- MITTER, Rana. *China Moderna*. L&PM: Porto Alegre, 2011.
- NONNENBERG, Marcelo. China: estabilidade e crescimento econômico. *SciELO*, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/F3rdpjPK4Jf8cq49BjtXpKN/?lang=pt>. Acesso em: 9 nov. 2023.
- PINTO, Otávio Luiz. *Rota da Seda*. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

Novas autoridades na capitania do Espírito Santo: a atuação dos ouvidores na comarca do Espírito Santo (1741–1752)

Felipe de Souza Fernandez¹

Nesta comunicação tratarei sobre o estabelecimento e os três primeiros ouvidores do Espírito Santo – Pascoal Ferreira de Veras (1741-1744), Matheus Nunes José de Macedo (1744-1749) e Bernardino Falcão de Gouveia (1749-1752). O recorte temporal e desses agentes históricos foram escondidos por três motivos 1) por seguirem um período trienal, como constava nos regimentos e nas ordenações filipinas, quebra que ocorrerá posteriormente com variedades temporais no ouvidores seguintes; 2) por serem nomeados ainda na chancelaria de dom João V; 3) por representarem, ao nosso ver, o fechamento do ciclo de estabelecimento do ofício – demarcação do território da comarca; estabelecimento de uma rotina de aposentadoria, cadeia, e institucionalidades na atuação e na comunicação com agentes locais, principalmente na câmara das vilas e no maior controle da fazenda.

1 Mestre em História (PPGHis-Ufes). Doutorando em História pelo PPGhis (Ufes). Contato: felipesfernandez@gmail.com. Membro do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES-UFES).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Algumas hipóteses que levantamos é que, ainda que graduais, as reformas no período pombalin” no reinado de Francisco I, o terremoto de Lisboa, a instalação do Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro (1751), centralizando os recursos jurisdicionais no Centro-Sul da América portuguesa, alteraram o funcionamento da comarca.

Instalação da comarca

Quando, em 1674, Francisco Gil de Araújo compra a capitania do Espírito Santo, logo se propõe na busca de diamantes, contudo, escreve Leal em posfácio (Oliveira, 2008, p. 517) não deixa de notar a necessidade de «incentivas a agricultura, trazendo novos colonos e pagando [parte dos] débitos da capitania”. O novo donatário incentivou através da doação de crédito, atração de famílias fora da capitania doando terras (Saletto, 1998: 88.)

Após sua morte em 1685 a Capitania passa a mão de seu filho Manuel Garcia Pimentel, deixando a cargo da administração de capitães-mores. Com sua morte em 1711 a capitania passa para Cosme Rolim de Moura, primo e cunhado de Manuel Garcia, que vende à coroa em 1718 pelo mesmo valor pago em 1674. Aventamos, contudo, que desde 1711, a câmara de Vitória e o capitão-mor administravam o território (Oliveira, 2008, p. 195).

A compra da capitania do E.S. foi um processo que desde os primórdios da colonização esteve em pauta, seu início foi marcado com conflitos indígenas, relembrando a vitimiza-

ção do colonizador Fernão de Sá, filho de Mem de Sá, no rio Cricaré, em 1558. Os moradores foram auxiliados pelo governo em Salvador, dado a falta de recursos para combater os povos indígenas resistentes. Diz ainda que Mem de Sá tentou incorporar a capitania à Coroa, que negou a sugestão, mantendo com Vasco Fernandes Coutinho filho² (Oliveira, 2008, 101, n. 27)

Assim, estando indiretamente a capitania do E.S administrada pelo Conselho Ultramarino e o vice-rei na Baía, até 1715, quando Conselho Ultramarino por consulta ao soberano João V diz ser “muito conveniente” a compra da donatária “por conta da Fazenda Real para se incorporar na Coroa, e evitar por este modo as controvérsias que havia com os donatários, e ficarem os povos bem regidos, e mais bem defendidos por ministros e cabos nomeados pelo dito Senhor” (Oliveira, 2008, p. 195). Desse modo é realizado em seis de abril de 1718 a compra da donatária.

Desde o primórdio, a capitania possuía um ouvidor, nomeado pelo capitão donatário. Seu último titular, foi um morador da própria capitania do E.S., Francisco Rodrigues Atalaia, ficando este até 1722, quando é enviado uma provisão extinguindo o cargo, passando a jurisdição da capitania para a comarca do Rio de Janeiro, que desde 1608 da criação

2 Rodrigo Ricupero tem a mesma conclusão, no entanto, o livro e fonte utilizada pelo historiador paulista é Oliveira. O prof. Luiz Cláudio M. Ribeiro indaga , que ao fazermos a crítica das fontes, podemos indagar se as queixas tinham haver com a tentativa dos colonos em escravizar indígenas, por qual os jesuítas eram contrários. Cf. RICUPERO, Rodrigo. A formação da elite colonial: Brasil, c.1530-c.1630. São Paulo: Alameda, 2009, p. 271.

da Repartição do Sul, e posteriormente nós regimentos dos ouvidores do Rio, ficavam estes responsáveis pelas correições (Fernandez, 2023, p. 50-51).

Administrativamente, a capitania ficou ligada diretamente ao governo-geral na Baia, e a justiça recursal e de segunda instância ao Tribunal da Relação da Baía (Rubim, 1861, p. 77). No entanto, incluindo a primeira instância da justiça pelos seus juízes ordinários, a fazenda, incluindo a alfandega, e a administração das normas diárias, ficará a cargo câmara da vila de Vitória, que torna-se de fato à administradora do E.S. Disputas locais ocorreram de forma triangular, entre a influência da Companhia de Jesus, com grande cabedal, os bandos e moradores, através da câmara de Vitória e os capitães-mores, enviados por Lisboa. Estes conflitos que apareceram documentação estão relacionados ao controle do fisco, empréstimos indevidos pelos capitães, venda de mercadorias, interferência em eleições das câmaras (Fernandez, 2023, p. 66 passim).

Essa situação vai perdurar, e começar alterar-se, ao menos até a vinda do primeiro ouvidor nomeado ao Espírito Santo. No entanto no verão de 1732m em correição na vila de Vitória, o então ouvidor do Rio, Manoel da Costa Mimoso, envia uma carta ao Conselho Ultramarino e ao vice-rei conde de Sabugosa alertando que faltavam justiças, com parcialidades e bandos, e dado ao expediente de se locomover do Rio de Janeiro, que aumentava sua importância econômica e demográfica, com o aumento das demandas, sugere a criação da ouvidoria do Espírito Santo. Esse ato foi aceito tanto

pelo vice-rei como pelo Conselho Ultramarino, em 1732 João V passa um alvará criando a comarca da ouvidoria do Espírito Santo (Lamego 1920, v. 2, p. 171-172; AHU_CU-017, cx. 23, d. 2529). A comarca do Espírito Santo, envolveu além das vilas de Vitória e Guarapari, as vilas de S. João da Praia e S. Salvador na capitania vizinha da Paraíba do Sul.

O primeiro ouvidor: Pascoal Ferreira de Veras

Apesar disso, apenas em 1739 será nomeado o primeiro ouvidor, Pascoal Ferreira de Veras. Natural do porto, anteriormente havia assumido em como juiz de fora na vila raiana de Monte Alegre, em 1726 e ouvidor em Braga em 1731 até 1736. Ao assumir este novo ofício fora prometido que seria promovido ao desembargo da Relação da Baía. Além do posto de ouvidor, que lhe rendia 400 mil reis, foi dado mais 40 mil de aposentadoria (valor para sua moradia) e valor do translado para América, além disso, acumulou os ofícios de provedor da fazenda e de órfãos e ausentes, aumentando seus emolumentos. Era comum o acúmulo de funções fiscais, administrativas e de justiça no Antigo Regime, ainda comum que para novos locais dos ofícios criados, era oferecido benefícios, neste caso de desembargador. Servir no ultramar era uma forma de acelerar a carreira, coisa que dificilmente ocorreria na metrópole (Schwartz, 2011, p. 238.)

Pascoal, de fato, assumiu o cargo de ouvidor do Espírito Santo em outubro de 1741. Em uma de suas primeiras cartas para Coroa, informava que no alvará não constava a vila do Espírito Santo (atual Vila Velha), esse já é um fato que de-

monstra uma das funções dos agentes régios, a centralização e informação, tão importante para o acúmulo da governança da Coroa. É através dela que as “organizações podem [...] controlar mais facilmente os fluxos de energia e os fluxos de informação. Portanto...podem reparti-los, distribuí-los, fazê-los circular, aplicá-los em pontos precisos para obter um ou outro resultado” (Raffestin, 1993, 57).

Pela documentação observamos que Pascoal Ferreira agiu pelo seu regimento, realizando correições na comarca - ainda que não tenhamos essa documentação- , organizando as eleições camararias, ainda, demarcou a comarca, recebeu as causas de novas de primeira instancias criminais e civis (Fernandez, 2023, p. 143 *passim*).

Aqui vamos dividir sua atuação na Paraíba do Sul, pois por si só é um trabalho que necessita de uma exclusividade na análise dado ao contexto local de desgaste das elites coloniais locais com o capitão donatário, III visconde de Asseca.

No Espírito Santo, o ouvidor portuense, em conformidade com as ordenações e seu regimento, nas documentações que tivemos acesso, agiu de forma correta, inclusive em apurações criminais contra os Jesuítas. Tanto na apuração de crimes em suas aldeias, como na revolta de Reritiba de 1742, quando tomou parte dos indígenas revoltosos. Sendo por isso atacado pela companhia e logo sendo transferido para a Baía, ao término do seu triênio (Devassa, 2019, fl. 91; Corrêa, 2021, p. 347-351).

Na devassa, realizada décadas depois, em 1761, da expulsão dos inacianos do Brasil, os depoentes, moradores,

valorizaram o trabalho de Pascoal, declarando como um ministro correto na aplicação das leis (Devassa, fl. 55v.; fl. 92)

O arcediago Antônio Quental, da Sé do Rio de Janeiro e assistente em Guaraparim relatou na devassa que,

"os ditos Padres da Companhia tinham especial cuidado em serem temidos e obedecidos por todos, e para isso se empenhavam em obsequiar os Ministros e Governadores, a fim de, por meio destes, fazerem violências para serem temidos. E os que não os temiam e obedeciam, publicavam os ditos Padres como inimigos da Companhia e cuidavam em perseguí-los, ou por si, ou pelos Ministros e Governadores, que a todos tinham de sua mão com mimos e obséquios. E os que não lhes faziam a vontade contra o povo, tinham-nos por inimigos, como fizeram ao **Doutor Pascoal Ferreira de Veras**, no tempo em que foi Ouvidor e Corregedor desta Comarca, que, por não concordar com sua vontade, o publicavam inimigo deles e o perseguiram quanto puderam, procurando impedir-lhe os seus aumentos. E até fizeram, por petição sua, ao Vice-rei do Estado da Bahia, vir um sindicante, por nome João Álvares Simões, tirar devassa do levante da Aldeia de Ereritiba (sic), hoje Vila de Benevente, arguindo falsamente que o dito Ministro o causara, sendo tão notória a inteireira, retidão e boa consciência do dito Ministro; o que tudo sabe ele, testemunha, por ver e presenciar." (Devassa, fl. 92/92v, grifo nosso)

Mateus Nunes José de Macedo

O sucessor de Pascoal foi o lisboeta Mateus Nunes José de Macedo, que assumiu o ofício no início de 1744.

Ainda que em S. Salvador na Paraíba do Sul, tenha enfrentado conflitos com os moradores, defendendo os Asseca, no Espírito Santo os "homens bons" da comarca, oficiais da câmara e militares pediram sua "recondução" pois para eles

ele havia feito “bons serviços prestados à Capitania do Espírito Santo” (Santos, 2014, p. 132)

Sua atuação no E.S. deu-se em organizar os espaços demandando pelo seu ofício. Em carta o rei João V de 22 de agosto de 1746 Matheus Nunes informa que não havia “Aqui não há cadeia, nem Casa da Câmara, por terem caído de todo e não cuidarem os meus antecessores na sua reedição” (Lamego, 1920, v. 2, p. 324), e por isso havia retirado 400 mil réis das câmaras de S. Salvador e S. João da Barra para construi-las na vila de Vitória (AHU_ACL CU-007, cx. 03, d. 268; Santos, 2014, p. 134-135).

Corroborando a esse pedido os oficiais e vereadores da Câmara da Vila de Vitória fazem pedido a dom João V em 12 de julho de 1747 por falta de cadeia e utilização de uma forteza, e as reuniões da câmara ocorriam em residências particulares, sendo o único produto algodão, de igual qualidade do Maranhão, e que assim mesmo pagavam 10% de dizima (AHU_ACL CU-007, cx. 03, d. 276)

Outro destaque, à uma das funções do ouvidor, junto com de provedor, era arrecadação de impostos, para tal Macedo sugeriu em carta de 1746 a necessidade de se colocar guardar para inspecionar a movimentação de embarcações no porto de Vitória, sendo antes a função exercida por “homens leigos e naturais da terra” que não cuidavam no aumento da arrecadação (AHU-ACL CU-007, cx. 03, d. 266) questão por essas que passando da Baía para o Rio não havia cobrança, e assim, não ocorrendo aumento na arrecadação de impostos. Também dizia que a arrecadação dos impostos deveria ser

realizada na cabeça da comarca, ou seja, Vitória, e não no Rio de Janeiro (AHU_CUACL_007, cx. 03, d. 271). A situação da cobrança da arrematação da cobrança de impostos nas cargas dos navios era precária, possivelmente nas mãos de alguns bandos, tanto na isenção, sendo uma forma de contrabando³.

Um informe dado pelo desembargador da real fazenda do Estado do Brasil, Duarte Luis Pimenetel, informava que pelas informações do escrivão da fazenda real, verificou-se uma grave falha nesta provedoria-mor: os provedores das diversas capitarias deste Estado não estavam cumprindo a obrigação de prestar contas, conforme as ordens de Vossa Majestade. Era dever desses provedores informarem os contratos em sua jurisdição, para que fossem registrados nesta cidade (Baía), enviando também certidões das arrematações realizadas, de forma a documentar os preços e demais detalhes. Quanto às embarcações que frequentemente operam na rota terrestre e marítima desta região, verificou-se que os mestres das embarcações têm declarado verbalmente as cargas que transportam. No entanto, isso tem ocorrido sem a devida fiscalização e sem a necessidade de despachos formais ou imposição de guardas. Essa prática precisa ser revisada para assegurar maior controle e evitar desvios que prejudiquem a Fazenda Real (AHU_ACL CU-007, cx. 03, d. 286).

3 Prática comum no porto da vila de Vitória, em 1617 o rei Habsburgo Felipe II pedirá uma devassa do procedimento dos descaminhos neste porto. Cf. FERNANDES, Anna Karoline da Silva. *A administração espanhola no Espírito Santo durante a monarquia dual (1580-1640)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

Matheus Nunes dizia que os dízimos, que outrora alcançavam o valor de dois contos de réis, foram rematados recentemente por apenas 800 mil réis, como comprovavam os documentos anexos que ele enviará ao Conselho Ultramarino, mas que não constam na documentação. Além disso, as embarcações que realizam a rota entre a Bahia e o Rio de Janeiro têm entrado nos portos sem declarar a carga que transportam, algo que contraria os procedimentos estabelecidos nos outros portos da América.

Entre as sugestões apontadas pelo ouvidor Matheus Nunes estava que fossem adotadas as seguintes medidas para corrigir esses problemas)1. Exigir que os provedores locais cumpram suas obrigações de prestar contas regularmente à Provedoria-Mor sobre os contratos e os valores das arrematações. 2. Determinar que nada fosse desembarcado sem a emissão de um bilhete pela Provedoria, o qual deveria ser entregue pelo meirinho ou porteiro da instituição. 3. Implementar uma fiscalização mais eficiente para evitar desvios e assegurar que a Fazenda Real não fosse prejudicada. (AHU_ACL-CU-007, cx. 03, d. 286).

O ouvidor mostrou-se cioso na implementação de medidas que reforçassem a fiscalização e o cumprimento das responsabilidades administrativas, garantindo a arrecadação e a proteção do patrimônio da fazenda real.

Sobre sua atuação junto à Companhia de Jesus, na devassa dos Inacianos (1761), foi informado pelo frei carmelita Manoel da Conceição que Mateus Nunes foi chamado para demarcar a fazenda de Moribeca, porém por protestos de

mulheres viúvas que viviam a margem dela, Matheus Nunes de Macedo foi designado para medir e demarcar o sertão da Fazenda de Moribeca, pertencente ao Colégio desta Vila, na qual o Padre Reitor pretendia compreender muitas terras de vários moradores, numa extensão de mais de sete léguas, que queria o referido Padre que lhe pertencessem. E, sendo a demarcação realizada pelo rumo em que se iam medindo, saíram algumas mulheres viúvas a defender suas terras, opondo-se à referida demarcação, de tal sorte que iam arrancando os marcos que se iam colocando. E, por fim, defendendo as ditas mulheres suas terras perante a justiça, tiveram e alcançaram da Relação da Bahia sentença a seu favor, por ser naquele tempo pertencente todo este continente à dita Relação (Devassa, 2018, fl. 39v.)

Outra ação, que Mateus Nunes tomou contra os padres é informado pelo Reverendo Antônio de Siqueira Quental, Arcediago da Sé Catedral do Rio de Janeiro que os ditos Padres mandaram arrancar uma roça de mandioca do Capitão Manoel da Rocha, morador da fazenda de Arassatiba, e este moveu ação contra eles perante o ouvidor Matheus Nunes José de Macedo, o qual deu sentença contra os ditos Padres. Mas o dito Ministro Matheus Nunes, na residência que dele se tirou, “ficou tão mal que nunca mais teve despacho; e não sabe ele, testemunha, se os ditos Padres lhe maquinariam o referido mal, pois assim costumavam fazer contra os que não lhes atendiam à vontade” (Devassa, 2018, 92v).

Bernardino Falcão de Gouvêa

Bernardino Falcão Gouveia, natural de Cascais, serviu como juiz de fora em Sousel, região alentejana. Nomeado como ouvidor do E.S. em 1748, assumiu no começo do ano seguinte. Assim como Pascoal, foi nomeado, após seu triênio no E.S., como desembargador do Paço do Tribunal da Relação da Bahia, chegando ao juizo de fisco do Estado do Brasil (Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, mç. 61, n.º 11).

Em continuidade com seu antecessor, Gouvêa deu atenção a questão do fisco, inclusive interferindo no “direito comum”, pelo desacordo entre o capitão-mor do Espírito Santo, José Gomes Borges (1751-1755) e o ouvidor da comarca do E.S., Bernardino Falcão Gouveia referente ao direito da dizima real dos pescados. Gomes Borges informava que em sua patente foram concedidos todos os direitos e rendimentos associados ao posto, entre os quais estava incluída a vintena sobre o pescado capturado nos mares do distrito. Dizia que tal direito foi exercido “posse sempre de construção ao todos os antescesores do Suplicante” (AHU_ACL CU_007, cx. 04, d. 310), mesmo quando esta capitania pertencia aos donatários, e depois quanto da sua incorporação à Coroa.

No entanto, informava o capitão-mor, que o atual ouvidor, Bernardino Falcão de Gouveia, excedendo sua jurisdição, determinou a rematação da vintena, destinando os rendimentos à fazenda real, sem qualquer ordem régia. Tal atitude violava os direitos associados ao cargo de capitão-mor, que vinha sendo respeitados há anos, causando prejuízo para si.

José Gomes Borges solicitava que o rei emitisse uma

provisão para que o ouvidor, seus sucessores e serventuários não interfiram na cobrança da vintena do pescado, preservando o direito do capitão-mor de exercer sua função e receber os rendimentos como tradicionalmente ocorria. Ressaltava ainda que os proventos dessa vintena eram indispensáveis para a manutenção da dignidade de seu posto, visto que o soldo de 500 réis anuais era insuficiente para sustento e deslocamentos, realizados às suas próprias custas.

Esta queixa foi levada à Coroa, teve documentos anexos com diversas visões sobre o tema, inclusive dos locais, este documento possui o atestado do ouvidor anterior, Mateus Nunes de Macedo, sobre esta prática, assim como dos vereadores da câmara da vila de Vitória.

Na documentação anexa a queixa de Gomes Borges, os camarários da vila de Vitória confirmavam 'sendo immemo ravel esta posse, emque os ditos Capitaes Mores se achão de cobrarém a deferida vintena nem haver peSoa alguá das mais antigas nesta villa, que se lembrem do contrário' (AHU_ACL CU-007, cx. 04, d. 310). Ao buscar antiguidade na prática, os vereadores confirmavam o *ius commune*, um direito adquirido, local, e mesmo o ouvidor fazer cumprir a lei, que constava no alvará de compra da capitania de 1718, que os rendimentos ficavam para Coroa, a prática local superava as ordens metropolitanas.

Não podemos dizer que existiu um direito colonial, similar ao "derecho de Índias", compilação de leis específicas para América espanhola, mas, como descreve Hespanha (2006, p. 60-61), existiam legislações e normativas locais na

América lusitana, de origens casuísticas, que eram aplicadas para adaptação as realidades locais. O casuísmo era mais visível em assuntos de governo, visto que o direito buscava manter a tradição, contrária as mudanças (Paiva, 2020, p.115).

Um ponto a destacar que Bernardino Falcão de Gouvêa, receberam ajudas de custo de até 600 mil réis, devido às dificuldades da capitania (isolamento e penúria). Também foi concedido o aumento de um terço no ordenado, conforme as Leis Novíssimas, pela baixa arrecadação da região (AHU_ACL CU-007, cx. 04, d. 350).

Em outro ponto, que não levantaremos aqui, Bernardino Falcão Gouvea, foi nomeado para realizar a devassa no levante de 1748 na Paraíba do Sul, que realizou em 1751.

Sobre Orobó, fruto da revolta de Reritiba, Bernardino Falcão escreveu uma carta em 1750 as autoridades, informando sobre a situação da comunidade, que estava 6 anos sem visitador do bispado do Rio de Janeiro, “também sublinhou a presença de pessoas de fora na comunidade rebelde”. Segundo o ouvidor, Orobó havia se convertido “um ponto de passagem e refúgio para criminosos da comarca, fato que o levou a considerar que estes indivíduos pudessem ser os responsáveis pela desobediência demonstrada pelos índios” (Corrêa, 2021, p. 422).

Conclusão

Se a ideia era a centralização pela Coroa, em um momento que o Centro-Sul se tornará, dia a pós dia, espaço

central de expansão econômica e demográfica, também foi de defesa – e isso significou governar, ou seja, normatizar, regular as populações, organizar as finanças. Os ouvidores encontraram espaços de resistência, de queixas, no entanto cumpriram os designios de seus ofícios, como homens da alta burocracia lusitana, o primeiro, Pascoal Ferreira, organizou o território, territorializou, demarcando fisicamente, organizando o novo funcionamento da justiça, realizando as primeiras correições internas. Os seguintes, pela documentação, continuaram este processo, afirmando a autoridade do rei frente aos moradores ao poder religioso, em destaque os jesuítas, que menos de uma década depois de Bernardino Falcão seriam expulsos da América lusa. A justiça e fazenda, como cargos altamente burocratizados, desde ao menos o século XVII, demonstram a hipótese que a centralização ocorreu em todas as partes do Império lusitano, dado aos oficiais altamente qualificados, treinados em Coimbra, que mesmo com redes locais, ao fim seguiram os fins da Coroa lusitana.

Referências

Fontes Primárias

- AHU-ACL CU-007, cx. 03, d. 266
- AHU_ACL CU-007, cx. 03, d. 268
- AHU_ACL CU-007, cx. 03, d. 271
- AHU_ACL CU-007, cx. 03, d. 276
- AHU_ACL CU-007, cx. 03, d. 286
- AHU_ACL CU-007, cx. 04, d. 310
- AHU_ACL CU-007, cx. 04, d. 350

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, mç. 61,
n.º 11

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés (Org.). *Devassa da reforma da religião da companhia de Jesus nesta comarca do Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 2018.

Artigos, dissertações, teses e livros

CORRÊA, Luís Rafael Araújo. *Insurgentes brasílicos: uma comunidade indígena re-belde no Espírito Santo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

FERNANDES, Anna Karoline da Silva. *A administração espanhola no Espírito Santo durante a monarquia dual (1580-1640)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

HESPANHA, António Manuel. "Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro." *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, n. 35, tomo 1, 2006.

LAMEGO, Alberto. *A terra goytacá: á luz de documentos inéditos*. v. 2. Bruxelles, [Bélgica]: Paris: L'Édition D'art Gaudio, 1920.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *A História do Espírito Santo*. Vitória: APES, 2008.

PAIVA, Yamê Galdino de. *Justiça e Poder na América Portuguesa*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2020.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RUBIM, B. C. *Memorias históricas e documentadas da Provín-*

cia do Espírito Santo. [S.l.]: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1861.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *História da Câmara Municipal de Vitória: Os atos e as atas.* Vitória: Câmara Municipal de Vitória, 2014.

SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial.* São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

História, tradição, mito e revolução na obra musical de Chico Science

Stelio Machado Broseghini¹

Introdução

Este texto pretende tratar de forma breve como as temáticas da história, a tradição popular, o mito e a revolução são abordadas e se interligam nas músicas de Chico Science & Nação Zumbi². Nos basearemos na análise de fragmentos das letras de algumas faixas escolhidas e em elementos instrumentais e de arranjo constituintes dessas canções. Consideramos aqui Chico Science enquanto intelectual orgânico da música e cultura brasileira e destacamos sua participação no movimento Manguebeat que atuou na preservação e renovação da cultura popular no contexto da década de 1990 e detentor de grande legado no século XXI, sendo de suma

1 Estudante da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; possui mestrado em História pelo PPGHis-UFES, Bacharelado e licenciatura em História (UFES) e atualmente cursa bacharelado em Música pela mesma instituição; e-mail: steliomb.ufes@gmail.com.

2 Este texto, além de produto de comunicação em evento acadêmico, é antes resultado sobretudo das reflexões de parte da pesquisa de mestrado do autor. Trata-se de uma versão modificada e resumida de ideias tratadas no primeiro tópico do sexto capítulo da dissertação intitulada *A (re)fundaçao da cultura e (re)criação de identidades em Chico Science e Nietzsche*, que foi defendida em maio de 2025. Aqui são adicionadas também novas indagações e citações ao debate e análise do tema.

importância na história da música nacional.

Colocando em ato dialógico a história intelectual e história da música com outros campos, como a filosofia nietzschiana e as ciências sociais, procuramos demonstrar como Chico Science, reflete criticamente e recria inventivamente possibilidades sobre as identidades culturais e a cultura brasileira através da música. Percebemos que através de uma percepção da história brasileira contada por um ponto de vista periférico e da classe trabalhadora; o compositor tece críticas sociais e debate o folclore recifense e nordestino por via das representações criadas em torno de figuras como “A perna cabeluda”, Antônio conselheiro, Zumbi dos Palmares e outros, em que entrelaçam-se mito e fato histórico.

Ao utilizar elementos dos maracatus e do samba, da ciranda e cavalo marinho, do coco e emboladas, e influências de outros gêneros da música nordestina e brasileira, misturados aos sons internacionais, *Chico Science & Nação Zumbi* demonstram interesse na manutenção e renovação da tradição e cultura popular. Em contrapartida, o tema da revolução aparece ligado à tradição, à história e ao mito, ao serem citados ou referenciados Lampião, o Caboclo de Lança, Zumbi dos Palmares; O cangaço, as aldeias e os quilombos; locais, territórios e personagens que evocam e representam sentimentos e ideias de revolta e resistência, transformação, justiça social e luta popular no imaginário coletivo e na história brasileira.

As temáticas da história, tradição, mito e revolução

Como já foi discutido por nós em outro momento (Broseghini, 2025), Chico Science enxerga a história do Brasil e nossa identidade cultural em suas letras através da perspectiva lírica dos mangues e de personagens como os “homens caranguejos”, que em suas músicas representam de maneira universal as massas populares e a classe trabalhadora brasileira. Tendo isso em vista, é possível pensar nos três tipos de história descritos por Nietzsche (a história monumental, antiquária e crítica), como forma de interpretar as diferentes formas e usos que Chico Science faz do passado para refletir o seu contexto social e o tempo em que viveu. Além disso, o uso do hibridismo cultural (Canclini, 2001) da antropofagia cultural (Andrade, 2017) no movimento Mangue também possibilitou renovar a cultura através da música (Broseghini, 2024).

Em Monólogo ao pé do ouvido, a faixa que abre o primeiro disco da banda, *Da Lama Ao Caos*, Chico Science diz “Modernizar o passado é uma evolução musical”³. Nessa única frase, pode-se perceber um teor antropofágico que está presente na ideia de Oswald de Andrade de que seja preciso renovar a cultura através da devoração, digestão e incorporação de outras influências culturais e também vemos uma síntese dos usos da história para Nietzsche (Nietzsche, Co. Ext. II), que tem como lição utilizar do passado para sua

3 Todas as citações das músicas de Chico Science utilizadas no texto têm como fonte os encartes do primeiro e segundo discos da banda, quais sejam: Chico Science & Nação Zumbi. Da Lama ao Caos. Rio de Janeiro: Sony Music, 1994; Chico Science & Nação Zumbi. Afrociberdelia. Rio de Janeiro: Sony Music, 1996.

revitalização e renovação no presente, reverenciando a história, mas de forma crítica e adequada a nossas necessidades e especificidades próprias enquanto uma cultura e povo, em confluência com o tempo em que se vive, através de uma “força plástica”.

O monólogo de abertura também era utilizado como introdução nas performances ao vivo, e funciona como uma transição para a música seguinte, *Banditismo por uma questão de classe*. Há também uma semelhança temática entre as duas canções na medida em que, os efeitos sonoros produzidos com a guitarra e pedais de Lúcio Maia, que dão início à primeira faixa marcando o compasso e o ritmo, atuam como uma “nota-pedal” que permanece repetindo até o fim da composição e mantêm-se também no início da segunda faixa.

O álbum começa como se fosse um tipo de ritual. Ao iniciar as alfaias e tambores, em compasso binário, a declamação de Chico remete a um caráter ceremonial, lembrando uma profecia ou invocação. Em meio ao discurso do monólogo são invocados o sujeito coletivo e a memória e presença ancestral de figuras históricas ligadas à revoltas, revoluções, luta e resistência, que são a nós recordadas. Essa é a primeira aproximação entre história, mito e tradição, ligadas ao tema da revolução presentes nas músicas. O monólogo até em seu caráter instrumental faz um jogo entre tradição e revolução, ao trazer uma percussão de origens afro-brasileira e indígena dialogando com a tecnologia e revolução sonora dos instrumentos elétricos e amplificados utilizados, como a

guitarra e a própria mixagem em si.

Lorena Calábria, afirma que a primeira frase dita, “*Modernizar o passado é uma evolução musical*”, seja a sínteses de *Da Lama ao Caos* (Calábria, 2019). Compartilhamos desta visão, mas indo além, concordamos que a ideia de “modernizar o passado”, seja a síntese de toda a obra scienciana e de suas ideias para uma refundação da cultura, não só no aspecto local e regional, mas nacional. *Chico Science & Nação Zumbi* apresentam um norte para pensar, transformar e criar identidades culturais brasileiras que são híbridas, múltiplas, e fecundas como os manguezais, aberto à possibilidade de se falar não de uma identidade rígida, indivisível e uniforme, mas de identidades coletivas, de brasilitudes. Diferentes “Brasis”, como diria Darcy Ribeiro (Ribeiro, 2022), que se interligam e fluem como um rizoma, ou um ecossistema complexo e diverso como o mangue.

A primeira frase do álbum, “*Modernizar o passado é uma evolução musical*”, revela uma ideia fundamental que ecoa como um manifesto contra o “fim da história”, servindo como crítica não dissimulada à filosofia da história de Hegel, à tese de que a história humana chega a um fim em si mesma – ideia que no contexto de Chico Science se expressava pela influência internacional das teses de Fukuyama, o ideal de progresso civilizacional, e a implementação do neoliberalismo no Brasil.

A pesquisadora do Mangue, Lorena Calábria, afirma sobre *Monólogo ao pé do ouvido*: “as palavras de ordem contidas na letra expressam a vontade de reconfigurar sons

do mundo inteiro, sem excluir nacionalidades, para dar origem a algo novo, universal” (Calábria, 2019, p. 122). É fato que o movimento Mangue e Chico Science se apropriam de ideias, influências artísticas, gêneros musicais, formas e ritmos internacionais (Mendonça, 2020), mas mais do que isso, os transformam e criam o novo, tendo a identidade cultural brasileira e uma ideia de “brasiliadade” como alicerce do processo criativo. A realidade brasileira concreta e sua história e tradição popular de matriz tríplice indígena-europeia-africana é quem dita o esquema de reconfiguração de sons do mundo inteiro, mesclando o maracatu, a ciranda e tantas outras influências nacionais, com o rock, o rap, o punk, o funk, a música pop e outras inspirações internacionais. Os sons e ruídos amplificados e toda aparelhagem eletrônica criam uma atmosfera moderna, mas os tambores e alfaias ditam o ritmo e mostram o caminho: um futuro ancestral, como diria Ailton Krenak (2022).

Essa característica antropofágica, de comer e se apropriar positivamente do que vem de fora, de engolir o outro, o estrangeiro, é uma demonstração de uma cultura forte, em termos nietzschanos, presente em conceitos como vontade de potência e força plástica. Ao negar deixar-se dominar passivamente por outras culturas ao promover um posicionamento afirmativo frente à indústria cultural, de modo a se apropriar de toda uma mistura de referências e influências, Chico Science e os Mangueboys projetam o futuro reinventando o que é nosso, modernizam o passado, e aprimoram o presente. A antropofagia cultural, ou melhor, este hibridismo antropofágico brasileiro e latino, dialoga com as percepções

pós-coloniais, decoloniais, anticoloniais e contracoloniais frente ao mundo. Como Haesbaert nos recorda:

A “filosofia” antropofágica sem dúvida antecipou o pensamento pós-colonial, preocupado antes de tudo com a contextualização das epistemes pela natureza geo-histórica de sua produção (a este respeito ver, especialmente, Mignolo, 2003). Esta leitura cultural dos processos de hibridização/antropofagização pode instigar-nos a pensar, também, a um nível mais concreto, como articular espaços capazes de reproduzir e/ou de induzir a esta condição subversora (Haesbaert, 2012, p.33).

A ideia nietzschiana de história monumental surge também nos versos do monólogo quando é dito: “Viva Zapata! / Viva Sandino! / Viva Zumbi! / Antônio Conselheiro! / Todos os panteras negras / Lampião, sua imagem e semelhança/ Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia”. Trata-se de, por via da música, recriar e ressignificar a história e as grandes figuras humanas do passado, tendo-as como exemplo para ação no tempo presente, lembrando-nos, como diria Nietzsche, que “o grandioso que um dia existiu foi possível uma vez e por isso será possível novamente” (Nietzsche, Co. Ext. II; § 2, p. 50).

Ao se referir de maneira monumental a figuras estrangeiras da américa do Sul, América Central e América do Norte –como Emiliano Zapata, Augusto Cézar Sandino e os militantes Panteras negras – Chico desconstrói a visão tradicional/oficial da História, marcada pelo ponto de vista colonial e o discurso dos vencedores, utilizando esses nomes de forma antropofágica, adaptando-os como exemplo e modelo

a ser seguido pelo povo. Ademais , desconstrói a narrativa histórica tradicional dos heróis nacionais brasileiros, forjada na representação de homens brancos europeus, de aristocratas, oligarcas e burgueses, dando palco e voz aos que não faziam parte das ditas “elites”, pintando e plantando novos heróis nacionais a partir de personagens históricas populares ligadas à rebelião, à luta coletiva, revolução e revolta popular, como Antônio Conselheiro e Canudos, Lampião e o cangaço, Zumbi dos palmares e os quilombos, o Caboclo de Lança e as malocas indígenas. Lorena Calábria diz a respeito desses versos que:

O discurso vai assumindo ares épicos, despertando a natureza indômita de cada indivíduo. Invoca o espírito combativo – uma ode ao guerreiro de todas as frentes de batalha. Por isso soa tão apropriada a saudação a líderes do passado, como Zapata, Sandino, Zumbi, Antônio Conselheiro, Lampião, Panteras Negras. Uma seleção de anti-heróis que personificam a luta contra opressores de diversas origens. (...)A letra sugere também que, tanto na música quanto no combate ao mal, é buscando armas do passado que se muda o presente” (Calábria, 2019, p. 123).

Quando em *Monólogo ao pé do ouvido* é dito: “Cadê as notas que estavam aqui/ Não preciso delas! / Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos”, temos um uso da história crítica, que julga o passado e utiliza a força de destruir e reconstruir, a favor da vida e da cultura (Nietzsche, Co. Ext. II; § 3, p. 63), colocando em questionamento a formação musical ocidental e europeia, afirmindo outras alternativas de se fazer arte e música e modos plurais de saber e conhecer. Dá-se importância e valor aos instintos e a outras formas de

percepção e linguagem musical, prestigia-se a música popular de matrizes indígena e afro-brasileira. Sobre esses versos Calábria diz que:

Além de se apropriar do passado, ele abre mão da formação ortodoxa e da erudição, associada ao conhecimento das notas musicais. "Cadê as notas que estavam aqui/ não preciso delas/ basta deixar tudo soando bem aos ouvidos" são versos que dizem respeito ao *modus operandi* da banda. (...) nesse lampejo autobiográfico, Chico expõe sua forma intuitiva de compor ao decretar que prescinde de notas. É fato que não dominava nenhum instrumento, o que nunca o impediu de apontar as direções. (Calábria, 2019, p. 122).

Chico Science e o movimento Mangue fizeram bom uso da história antiquária nietzschiana (Nietzsche, Co. Ext. II; § 3, p. 57) quando souberam reverenciar e preservar o passado e os costumes, renovando-os com a antropofagia e o hibridismo cultural, em um trabalho de revitalização e resgate das manifestações culturais pernambucanas e nordestinas (Teles, 2003), e na recordação de figuras folclóricas e personagens e fatos históricos nas letras de suas músicas

Em *Banditismo por uma questão de classe*, o ritmo frenético e hipnotizante dos instrumentos de percussão de maracatu é misturado com o peso e o groove dos instrumentos de cordas. Assim como em várias canções, Chico Science faz uso no vocal de uma técnica que mescla a fala e o canto, ficando entre a declamação e o cantar melódico, influências hibridas que podem ser vistas tanto no universo do hip-hop quanto nas emboladas, cocos de improvisos e repentistas nordestinos. Além disso, essa maneira discursiva de cantar

encontrada no canto popular brasileiro e na música nordestina, segundo Mário de Andrade, seria uma herança de origem cultural indígena:

E também em várias formas do nosso canto popular, até em cantos dançados, é frequente o movimento oratório da melodia, libertando-se da quadratura estrófica e até do compasso, Nos Martelos, nos Cocos, nos Desafios, o ritmo discursivo é empregado. Donde nos veio isso? Do português não veio. Frequentava a música afro-brasileira dos Lundus, porém com raridade. Nos Ameríndios é constante (Andrade, Mario,2003, p.183).

Tais elementos, ao utilizar referências ancestrais e da tradição popular, praticam a história antiquária a favor da vida e da criação musical e artística, reforçando a noção de identidade cultural. O uso antiquário da história também é visto nos versos “Galeguinho do Coque não tinha medo, não tinha/ Não tinha medo da perna cabeluda/ Biu do olho verde fazia sexo, fazia/ Fazia sexo com seu alicate”. Além de recursos musicais, instrumentação e de orquestração que misturam o moderno e o tradicional e popular, também há a citação de personagens de lendas urbanas e do folclore moderno do Recife, que giravam em torno tanto do real quanto do imaginário do povo.

Galeguinho do Coque e Biu do Olho verde foram criminosos reais que causaram repercussão e medo entre as pessoas durante as décadas de 1970 e 1980 em Recife e se popularizaram nos jornais e noticiários. Galeguinho era famoso por suas fugas policiais mirabolantes e capacidade de “evaporar” em meio aos mangues e se esconder. Também

realizava assaltos e roubos e distribuía as mercadorias entre os moradores da comunidade do Coque. Biu do Olho Verde foi um jovem acusado de diversos crimes, no imaginário popular conta-se que o rapaz cometia estupros e ameaças sadicamente, utilizando um alicate contra suas vítimas; embora tal parte da história nunca tenha se comprovado, tornou-se parte do folclore urbano da época. Segundo Calábria, Lucio Maia contara que esses criminosos faziam parte do imaginário popular, tornando-se uma espécie de mito e histórias para assustar as crianças, como declara o guitarrista da *Nação Zumbi*: “a gente ouvia as histórias quando era criança ainda, e dava medo de sair nas ruas. Com o tempo galeguinho e Biu foram virando lendas” (apud Calábria, 2019, p. 125).

A perna cabeluda, por sua vez, talvez seja a lenda urbana mais famosa do Recife, possuindo inclusive um documentário lançado em 1997, chamado *A Perna Cabiluda*, produzido e dirigido por Marcelo Gomes, Beto Normal, Gil Vicente e João Vieira Júnior e que conta inclusive com a participação de Chico Science e cenas de suas performances ao vivo com a *Nação Zumbi*. A lenda surge durante a década de 1970 em um programa de rádio local, e a partir disso passou-se a ouvir diversos relatos de pessoas que afirmavam ter visto ou tido algum contato com uma entidade em formato de uma única perna que andava sozinha, separada do corpo, cometendo violências, estupros, invadindo casas e levando o caos e o pânico para Recife.

Ao reafirmar e brincar com a história e as lendas urbanas de Recife, Chico Science mantinha vivo o folclore e o mito na

boca do povo, através de suas músicas. As lendas e mitos, enquanto uma forma de conexão com o imaginário coletivo e maneira de a população recordar o passado, expressar e falar sobre si mesma através de símbolos e narrativas, acaba por ser um meio de manter viva a cultura, e de criar e reforçar as identidades culturais (Hall, 2006).

Nos versos: “*Oi sobe morro, ladeira, córrego, beco, favela/ A polícia atrás deles e eles no rabo dela/ Acontece hoje e acontecia no sertão/ Quando um bando de macaco perseguia Lampião/ E o que ele falava outros hoje ainda falam/ Eu carrego comigo:/ coragem, dinheiro e bala/ Em cada morro uma história diferente/ Que a polícia mata gente inocente*”; é possível perceber que há um caráter monumental e folclórico, quase mítico, que rodeia a figura de Lampião e a representação do cangaço, como elemento de identificação com o povo, sobretudo com as classes mais baixas, camponesa e trabalhadora. O tema do banditismo social, o qual Chico Science trata na música, foi um conceito bastante pesquisado pelo historiador Eric Hobsbawm, que afirma o seguinte sobre a ideia do bandido social:

O principal com relação aos bandidos sociais é que são proscritos rurais que o senhor e o Estado encaram como criminosos, mas que continuam a fazer parte da sociedade campesina, que os considera heróis, campeões, vingadores, pessoas que lutam por justiça, talvez até mesmo vistos como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e sustentados. Nos casos em que uma sociedade tradicional resiste às intromissões e ao avanço histórico de governos centrais e de Estados, nacionais ou estrangeiros, eles podem ser ajudados e apoiados até pelos donos do poder local. É essa relação entre o camponês comum e o rebel-

de, o proscrito e o ladrão, que confere interesse e significado ao banditismo social (Hobsbawm, 2015, p.38).

Figura emblemática, por vezes retratado como herói e outras como vilão e ocupando o imaginário do povo na contradição entre justiça e crime, bondade e maldade, Lampião e o cangaço são recuperados e recriados por Chico Science e o movimento Mangue enquanto um símbolo de reverência, indo além dos preconceitos e valores morais de bem e mal. Sobre o cangaceiro, Hobsbawm afirma que “Lampião foi e ainda é um herói para sua gente, mas um herói ambíguo. (...) não obstante, apesar de herói, Lampião não era um herói bom” (Hobsbawm, 2015, p. 96-97). Ao reescrever ao seu próprio modo uma visão sobre a história do Brasil, Chico Science reforça o status de herói a Lampião e se utiliza da história do cangaceiro para fazer uma denúncia da violência policial e Estatal e da desigualdade social que se faz presente em todo o Brasil tanto no passado quanto na atualidade.

O banditismo social é decifrado enquanto uma questão de ordem política na sociedade capitalista brasileira, formada por classes sociais. Ao analisar o fenômeno de forma crítica e em perspectiva histórica, Chico Science afirma: “E quem era inocente hoje já virou bandido/ Pra poder comer um pedaço de pão todo fudido/ Banditismo por pura maldade/ Banditismo por necessidade/ Banditismo por uma questão de classe!”. Na canção o próprio conceito de bandido é questionado e posto à prova. Quem são os reais bandidos em nossa sociedade, o indivíduo que rouba ou a polícia que mata inocentes? Escrita no início da década de 1990, a letra debate

uma situação recorrente em grande parte das comunidades e favelas do país, de modo que, quando a perseguição de Lampião se funde com a dos bandidos nas favelas e morros, cria-se um “espelho de épocas e espaços geográficos” (Calabria, 2019, p. 126), uma teia que os interliga no tempo e no espaço, na história e no mito.

Esse diálogo pode ser enriquecido ao levar em conta o que Nietzsche escreve em *Humano, Demasiado Humano* quanto a capacidade da arte em metaforicamente trazer o passado e os mortos de volta a vida, ideia presente no aforismo *A arte conjurando os mortos*. Desse modo, seria possível não apenas conservar o passado, mas fazendo uma ponte com o presente, “recolorir” as representações do passado e renovar a época atual: “A arte exerce secundariamente a função de conservar, e mesmo recolorir um pouco, representações apagadas, empalidecidas; ao cumprir essa tarefa, tece um vínculo com épocas diversas e faz os seus espíritos retornarem” (Nietzsche, HH, § 147, p.108).

Os versos da primeira estrofe da canção fazem uma crítica social e histórica a diversos assuntos: “Há um tempo atrás se falava de bandidos/ Há um tempo atrás se falava em solução/ Há um tempo atrás se falava em progresso/ Há um tempo atrás que eu via televisão”. O primeiro verso problematiza a questão do banditismo e como a criminalidade é também produzida enquanto um discurso imposto ao senso comum. Em seguida há uma crítica ao ideal moderno de progresso, o qual o Manguebeat de modo geral trata com frequência, ao se relacionar com a modernidade, a tecnologia e suas contra-

dições. No terceiro verso fala-se sobre as “soluções” falaciosas que os governantes e gestores do sistema apresentam ao povo para mascarar os problemas da criminalidade, da fome e do sistema capitalista. Por fim, o quarto verso diz respeito ao papel das mídias e recursos audiovisuais para a formação de opinião pública. Também devemos refletir o papel das redes de informação quanto recursos que influenciam na cultura e na construção das identidades, como afirma Canclini (Canclini, 1995), e em como os veículos de comunicação foram utilizados pelo Manguebeat. Sobre isso, Moisés Neto afirma que:

A liberdade proposta por suas palavras ritmadas serve como metáfora da libertação social e cria um novo universo conceitual – uma espécie de padrão utilizando símbolos conhecidos para lançar uma nova visão. Sua impressionante obra surge da lama, sua metáfora maior. O caos é o recomeço e os seres estão a girar (...) Não poderíamos definir claramente ainda até que ponto a estética criada por eles será marcante na cultura popular recifense (brasileira), o fato é que, pelo menos por algum tempo, o “Mangue” invadiu a mídia de maneira avassaladora, eclipsando ídolos pop nacionais e internacionais (Neto, 2022, p. 48).

O cangaço também é mencionado na música *Sangue de Bairro*, em que são citados os nomes de diversos cangaceiros, como Corisco, Besouro, Volta Seca e tantos outros. Ao citar essas figuras históricas, Chico Science faz uma ligação entre a resistência dos cangaceiros do sertão nordestino e as batalhas vividas nas periferias no meio urbano e suburbano, pela sobrevivência e contra a opressão. Nos versos “Quando degolaram minha cabeça / Passei mais de dois minutos / Ven-

do o meu corpo tremendo” assim como no refrão “Morrer, viver, morrer, viver!”, é feita uma reflexão sobre a morte e o destino de luta contínua tanto no sertão quanto nas comunidades urbanas marginalizadas, unindo-se diferentes tempos históricos e espaços geográficos, e construindo identidade coletiva através da memória histórica.

O tema instrumental no momento do solo de guitarra de *Sangue de Bairro*, embora esteja no segundo disco, *Afrociberdelia*, parece fazer alusão à música instrumental *Salustiano song* que está no primeiro álbum da banda. Há uma grande semelhança nas notas e técnicas utilizadas na guitarra e também na percussão em momentos de ambas as faixas. Liga-se assim o cangaço, a favela e o sertão indígena dos tapuias, posto a semelhança entre as duas composições unidas ao fato de que tradicionalmente Chico Science fazia uma performance vestido como Caboclo de Lança nos shows ao tocarem *Salustiano song* ao vivo, evocando a memória indígena ancestral presente no maracatu rural e em diversos aspectos culturais brasileiros, e também a força e a beleza das danças e da resistência dos povos originários. Cria-se assim memória histórica e identidade com as raízes indígenas do brasileiro.

Outra rememoração de acontecimentos históricos, e ligada ao tema da revolução está em *A Praieira*. Nos versos “E é praieira, vou lembrando a revolução/ Vou lembrando a revolução” fica evidente a referência à revolução praieira, iniciada em 1848 em Pernambuco. Embora tenha sofrido com a manipulação das oligarquias locais, a Revolução praieira teve grande participação popular, dada a revolta do povo com o

contexto de miséria e desigualdade ao qual passava a sociedade pernambucana, sobretudo em Recife. Outra revolução importante que pode ser recordada com a temática é a revolução pernambucana de 1817, que possuiu caráter separatista e republicano na época. Além disso, *Chico Science & Nação Zumbi* constroem a música tendo como inspiração a forma e o ritmo musical da ciranda. Quando Chico canta “(...) você está girando melhor, garota/ Na areia onde o mar chegou, a ciranda acabou de começar, e ela é/ E é praieira, segura bem forte a mão(...)”, também faz uma referência cenográfica e imagética da ciranda enquanto dança e forma de performance artística. Cria-se na imaginação do ouvinte a cena de um conjunto de pessoas de mão dadas em círculo numa ciranda, dança tradicional de roda e manifestação cultural típica do nordeste brasileiro, conhecida em todo o país e sendo uma celebração de alegria e confraternização entre as pessoas.

Ademais de recordar as revoltas e lutas do povo brasileiro e de fazer referência à ciranda, resgatando a cultura popular, Chico Science também nos leva a refletir sobre o papel da arte, da música e da dança enquanto ações afirmativas e táticas de resistência e de potencial revolucionário. Da mesma forma, também faz um jogo com o espaço das praias, enquanto local de luta, batalhas e morte ao longo de nossa história nacional, mas também como local de vida, memória, de festa, tradição, cultura e alegria do povo.

Considerações finais

Por meio dessas músicas, foi possível analisar de forma breve como as temáticas da história, tradição, mito e revolução, aparecem e por vezes se interligam na obra de *Chico Science & Nação Zumbi*, além de refletir o legado e a importância do movimento Mangue para a história da música nacional. Mesmo tratando de uma incursão rápida por algumas canções selecionadas, demonstrou-se como o intelectual e compositor Chico Science articula diferentes ideias através de um olhar crítico sobre a história nacional, a cultura popular e a sociedade de seu tempo, utilizando do hibridismo e da antropofagia cultural como forma de repensar e renovar as identidades culturais e a música brasileira.

Referências:

Discografia

Chico Science & Nação Zumbi. *Da Lama ao Caos*. Rio de Janeiro: Sony Music, 1994.

Chico Science & Nação Zumbi. *Afrociberdelia*. Rio de Janeiro: Sony Music, 1996.

Bibliografia

ANDRADE, Mario de. *Pequena história da música*. 10^a ed. 4^a ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2003.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. In: *Manifesto antropófago e outros textos*. Org e Coord. SCHWARTZ, Jorge; ANDRADE, Genese. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, p. 43-60, 2017.

BROSEGHINI, Stelio Machado. Hibridismo cultural e antropo-

fagia musical no movimento Manguebeat e em Chico Science e Nação Zumbi.

In: *Povos originários*

e movimentos sociais no século XXI: culturas e memórias em disputa. Cristiano Pereira Alencar Arrais; Luiz Fernando Soares Pereira; Lucas Bispo Fiorezi; Rafael Kiefer Teixeira dos Santos; Anelise Dambroz Spinassé (org.), Vitória: Antíteses, 2024, p. 253-266.

BROSEGHHINI, Stelio Machado. Um olhar nietzschiano sobre a cultura e a história na obra musical de Chico Science. In: Cotrim,Irlan de Sousa; Spelta, Lucas Tonini, Orgs. XV Encontro Regional de História da ANPUH/ES - 70 anos de História no Espírito Santo: da pesquisa ao ensino, formando gerações; volume I - *História em perspectiva: cultura, identidade e representações no tempo*. Serra: Identidade Editorial, 2025. pp. 212-235.

CALÁBRIA, Lorena. *Chico Science & nação Zumbi*: da lama ao caos. 1^a ed., 1^a reimp. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores y Ciudadanos*: conflictos multiculturales de la globalización. México: Editorial Grijalbo, 1995

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*: estrategias para entrar y salir de la modernidad.. 1^a ed. atual., Buenos aires, Argentina: Paidós, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Hibridismo cultural, “antropofagia” identitária e transterritorialidade. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. *Visões do Brasil*: estudos culturais em Geografia [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 27-46.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. 4^a ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
- KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. 1^a ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.
- MENDONÇA, Luciana Ferreira Moura. *Manguebeat: a cena, o Recife e o mundo*. 1^a ed. Curitiba: Apris, 2020.
- NETO, Moisés Monteiro de Melo. *Chico Science e o movimento mangue*. 2^a ed. Recife: Paradoxum, 2022.
- NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano*. 1^a ed. São Paulo: Companhia das letras, 2005.
- NIETZSCHE, F. *Sobre a utilidade e a desvantagem da História para a vida: segunda consideração extemporânea*. 1^a. ed. São Paulo: Hedra LTDA, 2017.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. 4^a ed. São Paulo: Global, 2022.
- TELES, José. *O Malungo Chico Science*. Recife: Bagaço, 2003.

“Una triste caricatura de liberación humana”: debates sobre a situação dos homossexuais em Cuba em revistas LGBT+.

Alvaro de Souza Carneiro Salles¹

Introdução:

Em setembro de 2022, foi aprovado em Cuba o que ficou conhecido como “Novo Código das Famílias”. Resultado de um plebiscito popular, o Novo Código das Famílias não apenas legaliza o casamento entre pessoas do mesmo gênero e permite a adoção de crianças por casais homoafetivos, como também reconhece formações familiares para além da família nuclear tradicional (crianças criadas por avós, barriga solidária, laços criados a partir de relações de afeto).

Ao noticiar o resultado do plebiscito, o portal CNN comenta:

“Durante décadas, as pessoas LGBTQIA+ em Cuba enfrentaram discriminação oficial na ilha governada pelos comunistas. No início dos anos 1960, depois que Fidel Castro chegou ao poder, muitos homossexuais foram enviados para campos de trabalho do governo junto com dissidentes políticos.” (CUBA LEGALIZA, 2022)

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail de contato: souzacarneirosalles@gmail.com.

O trecho acima destaca o passado conturbado de Cuba com a comunidade LGBTQIA+ e o conecta diretamente com a política socialista (no texto chamada de “comunista”) e com o nome de Fidel Castro. O site Gazeta do Povo, um jornal virtual com perfil conservador, noticiou com a manchete “Cuba, que já teve campos de concentração para gays, vota casamento homossexual” (CUBA, 2022). Essas e outras reportagens destacam não apenas o plebiscito, mas, também, o passado controverso do país com a população LGBTQIA+. O que elas dizem, implicitamente, é que a nova configuração legal é um rompimento surpreendente com o passado do país.

O trabalho do pesquisador Pedro Sampaio de Azevedo mostra que essa visão é extremamente limitada por ignorar os anos de atuação do Cenesex (Centro Nacional de Educação Sexual): uma instituição pública em atividade desde a década de 70 voltada para a educação sexual da população, sendo, em grande parte, a responsável pelo processo de desestigmatização das sexualidades dissidentes (AZEVEDO, 2024, p 197). O autor coloca o Novo Código das Famílias dentro de um panorama maior da inclusão de Cuba em pautas da Nova Esquerda desde princípios da década de 90, algo que podemos ver como incluindo o pedido de perdão público de Fidel Castro à comunidade LGBT+ em 2010.

A perseguição e o boicote a população LGBTQIA+ não era uma exclusividade do regime cubano, durante a década de 60, por exemplo, a homossexualidade era algo criminalizado em países como Estados Unidos e Inglaterra (FRY, MA-

CRAE, 1985, p 99). Entretanto, não é justo ignorar que ela existiu e que teve impactos para a comunidade LGBTQIA+ na América Latina. Esse artigo tem o objetivo de comentar sobre a controversa relação de Cuba pós-revolução com a população homossexual da ilha, o impacto que isso teve na militância de esquerda latino-americana e como o grupo comunista argentino *Frente de Liberación Homosexual* se posicionou de forma crítica ao regime cubano.

A Culpa é do Fidel: Cuba e a homofobia revolucionária

A relação entre homossexuais e a esquerda no século XX foi bastante conturbada. Sendo descriminalizada na União Soviética durante o governo de Lênin e recriminalizada por Stalin, a homossexualidade foi considerada por muito tempo um “desvio burguês” dentro das esquerdas e equiparada ao fascismo em certos momentos (AMBROSE, 2011,p 150-151). Em Cuba, não foi diferente.

Em Cuba a política repressiva do estado em relação aos homossexuais estava atrelada à visão de que estes não se encaixariam no ideal de masculinidade do “Homem Novo” exaltado por Che e Fidel, isto é, o homem que levaria a humanidade rumo a uma sociedade comunista. Nas palavras de Pedro Sampaio de Azevedo “Esse ideal era caracterizado pelo viril, corajoso, justo e incorruptível, alguém digno de seguir em armas e proteger, a qualquer custo, a revolução em construção” e também “uma renúncia de suas individualidades e a submissão aos costumes e tradições da revolução” (AZEVEDO,2024, p 36-37).

Em seu artigo comparando a repressão à homossexualidade em Cuba e no Brasil, Douglas Pinheiro cita Che Guevara quando este falou sobre a necessidade de se livrar das “taras do passado” (algo que não se referia exclusivamente aos homossexuais) e Fidel ao dizer que “um desvio dessa natureza rompe com a ideia que temos sobre o que um militante comunista deve ser” (PINHEIRO,2018,p 9).

Tanto Pinheiro quanto Miskulin citam como exemplo da relação de Cuba com os homossexuais a “Noite dos Três P’s”, uma batida policial ocorrida em 1961 no bairro Colón com o objetivo de prender “pederastas, prostitutas e proxenetas”, assim dando origem ao nome. Os textos também mencionam as UMAP (*Unidad Militar de Ayuda a la Producción*), centros de trabalho que seriam de apoio ao exército mas que na prática funcionaram como campos de trabalhos forçados para cidadãos indesejados, entre eles os homossexuais. Pinheiro chega a citar o relato de um homossexual que foi mandado para um dos campos e que se recordava de uma placa escrita “El trabajo los hará hombres” (PINHEIRO,2018,p 10). As UMAP’s foram fechadas em 1966, mas a relação repressiva do governo com a sua população homossexual continuou.

Em 1972 ocorreu o Primeiro Congresso de Educação e Cultura, onde foi decidido que homossexuais estavam proibidos de exercerem cargos na área da educação e no campo das artes. Já em 1979 o código penal passou a tipificar como “crime de escândalo” demonstrações públicas de homossexualidade, com punição de três a seis meses (PINHEIRO,2018,p 11). Devido ao aumento da tensão interna, o exílio

se tornou o caminho tomado por muitos homossexuais. Com a abertura dos portos, ficaram famosos os casos de homens que se vestiam de forma afeminada e usavam dos preconceitos dos funcionários como forma de conseguirem o visto para sair do país com facilidade(PINHEIRO,2018,p 12).

A relação dos homossexuais com Cuba foi por muito tempo um tópico sensível. Um exemplo dessa questão foi o escritor Virgilio Piñera, editor da *Ediciones R* e colaborador da revista *Lunes de Revolución*, que morreu esquecido no país após sucessivos boicotes por parte do governo ao seu trabalho. A autora Sílvia Cezar Miskulin cita que o autor chegou a ser preso no dia seguinte à *Noite dos Três P* mesmo não estando em Havana Velha (bairro onde a batida policial aconteceu) (MISKULIN, p 542). A autora vê essa perseguição ao autor não apenas como parte da perseguição aos homossexuais do país, mas também como parte de uma política de censura a intelectuais críticos ao regime (idem, p 545). Em 1983 a crítica norte-americana Ruby Rich publicou um artigo em que afirmava que as denúncias de homofobia feitas por membros da revista cubana Mariel buscavam deslegitimar o regime revolucionário do país e os acusava de serem direitistas (DRUMMOND,2020,p 292). Os membros da revista rejeitaram o rótulo de intelectuais de direita e responderam que a questão dos homossexuais era de interesse dos direitos humanos.

Sexo y Revolución: nasce a Frente Liberación Homosexual Argentina

Para além do surgimento de Cuba como um exemplo de república e de revolução na América Latina, a década de 60 também foi marcada pelo surgimento do movimento LGBTQIA+ contemporâneo. Não que anteriormente não existissem núcleos de ativismo homossexual que militassem em prol da descriminalização e despatologização da homossexualidade (grupos como o *Mattachine Society* e o *Daughters of Bilitis* são exemplos norte-americanos), mas a partir da segunda metade dessa década é possível perceber que essa pauta busca espaço dentro da Nova Esquerda (FADERMAN,2018,p187; FRY, MACRAE, 1985, p 95). Grupos norte-americanos como *S.T.A.R* (Street Transvestite Action Revolutionaries), *Gay Liberation Front* e o *Gay Activists Alliance*, por exemplo, tinham um forte componente anticapitalista e buscavam uma aproximação com organizações de esquerda como os Panteras Negras (QUINALHA, p 85,87, 93).

Esse período, dentro da história da América Latina, é marcado também pelos golpes e regimes militares que passaram a ser instaurados no continente, com alguns exemplos sendo o Brasil (1964-1983), Peru (1968-1980) e Argentina (1966-1973). É nesse contexto de profundas turbulências políticas e de mudanças nas esquerdas que surge o que é considerado o primeiro grupo de militância LGBTQIA+ da América do Sul: *Nuestro Mundo*. Este grupo argentino foi criado em 1967 por Hector Anabitarte, um militante comunista que se desiludiu com a homofobia que encontrou nos partidos co-

unistas tradicionais (KLOCKER, WILD, 2018, p 356).

A formação original do grupo era composta por homossexuais participantes de sindicatos e partidos comunistas argentinos, a proposta original era a de buscar desestigmatizar a homossexualidade e mostrar a legitimidade de militantes de esquerda homossexuais (INSAUSTI, 2019, p 4). Em 1972 o grupo Nuestro Mundo se uniu com outros nove grupos (entre os quais o grupo lésbico Safo, grupos de estudantes, homossexuais cristãos e o grupo anarquista Bandera Negra) e formou a Frente de Liberación Homosexual (FLH). Um grupo de militância política de esquerda que buscava, entre outras questões, firmar um movimento homossexual na Argentina (KLOCKER, WILD, 2018, p 356; INSAUSTI, 2019, p 6). Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto, em sua dissertação sobre a FLH e sua conexão com o grupo brasileiro SOMOS, coloca a organização argentina como parte das movimentações políticas que surgiram no país pós-Cordobazo e enfraquecimento da ditadura de Onganía, assim como outros grupos de esquerda como os Montoneros e a Juventude Peronista (PINTO, p 52).

Como um contraponto à homofobia da esquerda do período, a FLH vai propor que a homossexualidade não apenas não é um vício burguês, como também que ela é algo intrinsecamente anticapitalista e revolucionário. Nessa visão, não basta uma revolução comunista apenas econômica, mas também sexual e que acabasse com o machismo e a violência contra mulheres e homossexuais. O grupo vai utilizar como meio para transmissão das suas ideias publicações independentes impressas em mimeógrafos: o manifesto *Sexo y Re-*

volución e a revista *Somos*, uma publicação com seis edições lançadas entre 1972 e 1976.²

Essas revistas, hoje, são um meio de entender a reação da FLH diante dos acontecimentos políticos recentes. A intelectual argentina Beatriz Sarlo fala sobre a importância das revistas para o historiador, pois revistas são espaços de embates intelectuais que permitem capturar o instante, os debates e as reações imediatas de forma mais próxima do evento do que outras publicações. Nas palavras da autora: “nada mais velho que uma revista velha” (SARLO, 1992, p 9), e nessa captura do instante que rapidamente já se torna datado que está o maior potencial das revistas como fonte histórica.

Ao longo das seis edições da revista *Somos* estão publicados textos que mostram a preocupação do grupo com a violência sofrida pelos homossexuais argentinos pelo estado, o desejo de fim dos chamados *Edictos Policiales*, notícias de países vizinhos, textos de humor, traduções de textos feministas e de militância gay e trechos de obras de autores consagrados como Simone de Beauvoir, Jean Genet e Oscar Wilde. Esse mosaico nos permite entender o projeto intelectual por trás da FLH como algo internacionalista que buscava

2 Uma discussão mais aprofundada sobre a revista *Somos*, o manifesto *Sexo y Revolución* e a visão de homossexualidade revolucionária da organização *Frente de Liberación Homosexual* já foi feita por mim no artigo “Revolución Marica: a homossexualidade anticapitalista e revolucionária na revista do grupo argentino Frente de Liberación Homosexual”. Referência: SALLES, Alvaro de Souza C.. Revolución Marica: a homossexualidade anticapitalista e revolucionária na revista do grupo argentino Frente de Liberación Homosexual. In: GIL, Antonio Carlos A.;GREJO, Camila Bueno; SANTOS, Fabio Muruci dos. (Org.). **História Política e Intelectual das Américas.** Serra: Identidade Editorial, 2024. p. 250-275,

criar uma identidade homossexual argentina. Nessas revistas é possível encontrar o desejo de criar um senso de comunidade local através do uso de gírias, citações de nomes ligados à cultura política local, acontecimentos recentes, comentários culturais e manuais sobre como reagir ao ser abordado pela polícia argentina. Para além disso, lá também se encontra o desejo de criar o sentimento de pertencimento a algo maior: uma comunidade homossexual internacional com objetivos em comum (INSAUSTI, 2019, p 11). A revista se torna o meio pelo qual, nas palavras de Guido Vespucci, a FLH “disputa a hegemonia do regime de sexualidade heteronormativo” (VESPUCCI, 2011, p 176).

Nesse contexto, a FLH publica dois textos opinando sobre a questão dos homossexuais em Cuba.

Somos 2: La Situación de los homosexuales en Cuba (1974)

A primeira menção feita na *Somos* sobre a situação dos homossexuais em Cuba foi feita na segunda edição da revista, publicada em fevereiro de 1974. A edição é dedicada a Lola Puñales, uma pessoa LGBTQIA+ assassinada no Chile e cuja morte é denunciada no segundo texto da revista. Há também denúncias de censura e violência policial, mas também com uma reportagem sobre garotos de programa em Buenos Aires, textos cômicos ironizando a censura de filmes na Argentina e poesias com temática homoerótica.

A denúncia é feita em *La situación de los homosexuales en Cuba*, um texto de quatro páginas assinado por Rodolfo

Rivas (um dos vários pseudônimos usados na revista) e que dentro da revista esta colocado depois de duas páginas com notícias internacionais. Nele, o autor denuncia a perseguição do autor Virgilio Piñera, a existência das UMAP (que são descritas como “campos de concentração” cujo objetivo de “virilização” dos homossexuais é “tão cruel quanto infantil” (SOMOS 2,p 16-17) e o Congresso Nacional de Educação e Cultura de 1971. A perseguição empreendida pelo governo cubano é comparada com a “caça as bruxas” feita pelo congressista norte-americano Joseph McCarthy e criticada por ter “se esquecido” de que Lenin descriminalizou a homossexualidade após a revolução russa de 1917.

O texto não busca apenas denunciar o que ocorre em Cuba, mas também reforçar o compromisso da FLH com a liberação homossexual e usar a revolução cubana como um exemplo negativo de uma revolução que buscava apenas uma libertação econômica. A virilidade, tão exaltada em outros grupos de esquerda do período, nesse texto é colocada como algo violento e fútil, e a perseguição aos homossexuais como algo decepcionante e um sinal preocupante dos rumos que a revolução cubana poderia tomar.

La Situación... termina com a frase “una revolución que no garantiza el derecho inalienable de todo ser humano a disponer de su cuerpo, será una triste caricatura de liberación humana.”(SOMOS 2, p 19). Abaixo do texto estão uma caricatura de Oscar Wilde e uma citação de seu ensaio de 1891 A Alma do Homem Sob o Socialismo:

"O Prazer é a medida da natureza, seu sinal de aprovação. Quando um homem está feliz, ele está em harmonia consigo mesmo e com seu meio. O novo Individualismo - a serviço do qual, quer queira, quer não, está o Socialismo - será a harmonia perfeita. Será o que o Grego buscou, mas não pôde alcançar completamente, a não ser no plano das Ideias, porque tinha escravos, e os alimentava; será o que a Renascença buscou, mas não pôde alcançar completamente, a não ser no plano na Arte, porque tinha escravos e os entregava à fome. era completo e, por meio dele, cada homem atingirá a perfeição. O novo Individualismo é o novo Helenismo." (WILDE, 2003, p 82)

A escolha de Wilde para ilustrar o texto não é aleatória, já que o escritor irlandês se tornou infame após ser julgado e condenado pela sua homossexualidade em 1895. Ao usar a sua imagem e seu ensaio defendendo um socialismo que respeite o prazer e a individualidade, a revista faz uma conexão direta com Virgilio Piñera e os demais homossexuais cubanos que estavam sendo presos e censurados no país.

Somos 5 - Mas de Cuba: algunas de las razones por las que no nos callaremos (1975)

O outro momento em que Cuba é citada na revista é na quinta edição, lançada no primeiro semestre de 1975. O texto era *Mas de Cuba: algunas de las razones por las que no nos callaremos* e, ao contrário de *La situación...*, não era um artigo original da revista, mas uma tradução do inglês.

Escrito por Allan Young e publicado originalmente em 1972 na revista norte-americana *Gay Sunshine*³, o texto tem

³ Essa edição da revista *Gay Sunshine* conta também com uma carta

cinco páginas e é um repúdio do escritor a um artigo de Karen Wald e Afeni Shakur para o jornal *Berkeley Tribe*, número 134, publicado em março de 1972. Young critica o que considera uma posição de silenciamento de Wald e Shakur em relação às críticas feitas por movimentos gays norte-americanos à Cuba. Segundo ele, as autoras pediram a paciência e discrição dos homossexuais em relação à opressão enfrentada no país em prol de um bem maior: a revolução. O autor se mostra particularmente revoltado com o tratamento de Alfredo Chaves que, segundo ele, é tratado como um “homossexual modelo” que decide abrir mão de viver sua homossexualidade publicamente para o bem da revolução, um argumento que para Young é “cruel e desonesto” (SOMOS 5, p 7-8).

Young também rebate no texto a explicação das autoras sobre a origem da homofobia em Cuba. Para entender melhor a sua argumentação, é necessário entender o que foi dito por Wald e Shakur. No texto original, publicado na revista *Berkeley Tribe*, as autoras buscam comentar sobre o anúncio da Brigada Venceremos feito em janeiro de 1972, em que é informado que, embora não vão proibir gays de se inscreverem na Brigada, eles tem que estar cientes de que “a população cubana não aprova a homossexualidade” e que

resposta ao texto de Young. Assinado por Nick Benton, o texto acusa Young de ter uma visão de homossexualidade “proxima da supremacia masculina” por não ser capaz de olhar para além da sua condição de homem branco “da nação mais poderosa e imperialista do mundo” (GAY SUNSHINE, p 12). Também são feitas críticas a comparação feita pelo autor entre Cuba e a ditadura militar brasileira e a sua posição de que a cultura homossexual é uma resposta ao sexismo e capaz de desestabilizar relações de poder. Essa resposta mostra como esse era um assunto que gerou polêmicas dentro da esquerda e dos movimentos sociais da época.

não deveriam tentar impor “estilos de vida” norte-americanos na cultura cubana (BERKELEY TRIBE, p 17). Karen Wald e Afeni Shakur então fazem uma ponderação desse pronunciamento em que falam sobre os perigos de movimentos serem “árbitros de revoluções alheias” (*idem*, p 18) e buscam dar contexto histórico para explicar a situação atual de Cuba em relação aos homossexuais.

Na leitura das autoras, para além dos séculos de colonização espanhola, a população cubana teria uma certa aversão da homossexualidade por vinculá-la a figuras políticas proximas de Fugencio Batista e a norte-americanos que viajavam para Cuba para fazer turismo sexual (*idem*, p 17). Elas também afirmam que a situação não era a ideal, mas que, sendo a homossexualidade um “gueto”, a revolução precisava de em uma unidade e não poderia gastar esforços pensando em uma opressão minoritária (*idem*, p 18). Young critica essa visão das autoras ao apontar a presença de homossexuais na revolução cubana e que, pré revolução, gays de classe trabalhadora precisavam esconder a sua orientação sexual com medo de represálias. Para ele, a homofobia não era algo orgânico da população, mas sim uma opressão imposta de cima para baixo (SOMOS 5, p 8-9; GAY SUNSHINE, p 12). Por isso, na visão dele, um governo revolucionário deveria sim fazer o esforço de combater a homofobia na população, pois essa não era uma opressão dissociada da classe.

O autor também culpa o socialismo soviético pela ausência de políticas de combate à homofobia em Cuba e compara o regime com a ditadura militar brasileira ao dizer que

ambas estariam tomando rumos autoritários similares (SOMOS 5, p 9; GAY SUNSHINE, p 12). Young, enquanto um “internacionalista”, vê como obrigação do movimento gay combater a homofobia onde quer que ela aconteça. Essa posição do escritor se relaciona com outros textos da revista *Somos* e com a política da FLH, ainda que o artigo de Allan Young seja escrito o tempo todo re-affirmando a sua posição como um norte-americano que vê necessidade de intervenção em outros países, ele também explicita a importância de um socialismo que não ignore a liberdade sexual e da existência de um movimento homossexual internacionalista.

Conclusão:

A revolução cubana foi por muito tempo um farol de inspiração para as esquerdas latino americanas, mas para diversos grupos de ativismo LGBTQIA+ ela foi uma decepção. Quando a publicação oficial da *Frente de Liberación Homossexual* a chama de uma “triste caricatura da libertação humana”, ela se refere à desilusão de ver a incapacidade de um governo revolucionário de acabar com a opressão de pessoas LGBTQIA+ e, pior ainda, estimular a sua perseguição.

Como Pedro Sampaio aponta em suas pesquisas, é um erro ver a homofobia em Cuba como um produto da revolução ou do socialismo, pois ela deve ser vista como uma continuidade dos anos de colonização e imperialismo na ilha (AZEVEDO, 2024, p 35). Do mesmo jeito, as recentes notícias do país em relação à aprovação do código de famílias que expande a visão de família para além da nuclear heterossexual e

os pedidos de perdão oficial do governo para a comunidade LGBTQIA+ não podem ser vistas como uma ruptura brusca, mas como resultado de anos de políticas públicas de educação sexual.

A criação do Centro Nacional de Educação Sexual (CENESEX) em 1989, pela médica alemã Monika Krause, e a criação da sua revista de divulgação científica *Sexología y Sociedad* em 1994 permitiram a “normatização da diversidade sexual” na sociedade cubana (AZEVEDO, 2021, p 57). Anos de investimento público na educação sexual da população possibilitaram a criação de: a) o projeto de prevenção ao HIV Hombres que tienen Sexo con Hombres em 2000 (AZEVEDO, 2021, p 63); b) a Comissão Nacional de Atenção Integral a Pessoas Transexuais em 2005 (idem, p 61; AZEVEDO, 2024, p 189); c) e a comemoração do dia Internacional do Combate à Homofobia em 2007 (AZEVEDO, 2021, p 63).

Desde o ano 2000 o Cenesex tem como diretora Mariela Castro Espín, filha de Raul Castro, que criou na revista *Sexología y Sociedad* a sessão *Cartas de la Directora* com o objetivo de aproximar os leitores de assuntos como homossexualidade, transsexualidade, feminicídio e gravidez na adolescência. Nessas colunas, Mariela Castro “pautava a linha política da revista, servindo como um porta-voz revolucionário.” (AZEVEDO, 2024, p 139). A educação sexual e o combate à LGBTfobia agora eram parte do programa revolucionário.

O caminho percorrido por Cuba pode ser visto como turbulento, mas, com o passar dos anos, curiosamente, acabou se tornando um exemplo do que era pregado pela Fren-

te *Liberación Homosexual*: uma revolução que fosse também sexual e que pensasse na libertação de todos.

Referências:

AMBROSE, Tom. *Heróis e Exílios: ícones gays através dos tempos*. Belo Horizonte: Gutenberg, 2010.

AZEVEDO, Pedro Sampaio. *Uma educação sexual revolucionária: o Cenesex, o periódico Sexología y Sociedad e a educação sexual em Cuba*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2023.

AZEVEDO, Pedro Sampaio. *Uma nova guinada: O CENESEX (Centro Nacional de Educação Sexual) e a Revolução Sexual em Cuba*. Monografia, Curso de Bacharelado da Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2021.

CUBA LEGALIZA casamento entre pessoas do mesmo sexo em referendo histórico. *CNN Brasil*, 26 de set 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/cuba-legaliza-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-em-referendo-historico/> acesso em 29 de set. 2025.

CUBA, que já teve campos de concentração para gays, vota casamento homossexual. *GAZETA DO POVO*, 22 set. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/cuba-que-ja-teve-campos-de-concentracao-para-gays-vota-casamento-homossexual/> acesso em 29 set. 2025.

- DRUMMOND, Caroline Maria Ferreira. Revolução Cubana, literatura e homossexualidade: disputas pela memória de Virgilio Piñera em Mariel – Revista de Literatura y Arte (1983-1985). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, N 29, p.283-317, Ago/Dez., 2020. disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/3913>
- FADERMAN, Lilian. *The Gay Revolution: the story of the struggle*. New York:Simon & Schuster, 2018.
- FRY, Peter;MACRAE,Edward. *O que é Homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- INSAUSTI, Santiago Joaquin. Una historia del Frente de Liberación Homosexual y la izquierda en Argentina. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.27, n.2, e554280, 2019.
- KLOCKER, Gastón; WILD, Carolina Beatriz. Revista Somos y la militancia homosexual en los 70. *La ventana*, Buenos Aires, janeiro/junho, 2018.
- MISKULIN, Sílvia Cezar, A Política Cultural na Revolução Cubana: as disputas intelectuais nos anos 1960 e 1970. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 87, p. 537-458, Set/Dez. 2019.
- PINHEIRO, Diego. Autoritarismo e homofobia: a repressão aos homossexuais nos regimes ditatoriais cubano e brasileiro (1960-1980). *Cadernos pagu*, Campinas, N 52, 2018. disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hSMt8mxt4Sdzh3TNs344rBw/abstract/?lang=pthttps://pcb.org.br/portal2/29264> acesso em 29 de setembro
- PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. *Movimentos homossexuais e a constituição de identidades masculinas*

homonormativas nos trópicos: um estudo sobre o jornal Somos (1973-1976) e do jornal Lampião de Esquina (1978-1981). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2021.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias.* Belo Horizonte: Autêntica. 2022.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. In: *América: Cahiers du CRICCAL*, nº9-10.p. 9-16;1992.

VESPUCCI, Guido. Explorando un intrincado triángulo conceptual: homosexual, familia y liberación en los discursos del Frente de Liberación Homosexual de Argentina (FLH, 1971-1976). *Revista Historia Crítica*, Bogotá, 2011.

WILDE,Oscar. *A alma do homem sob o socialismo.* Porto Alegre, L&PM, 2003.

Fontes:

Berkeley Tribe n 134, vol 8, n 7 (mar-1972).

Gay Sunshine n 13 (jun-1972).

Somos 2 (1972).

Somos 5 (1975).

O solitário e suas Cartas: Pensamento político de Tavares Bastos no início da década de 1860

Sávio Medeiros Liittig¹

A virada da década de 1850 para 1860 contou com transformações nos âmbitos econômico, social e político. Na esteira desses acontecimentos, o partido liberal se fortaleceu, dado a nova composição da câmara dos deputados da 11^a legislatura (1861 - 1863), contando com nomes de peso do partido como José Bonifácio, o moço, e Teófilo Ottoni. Nesse contexto, articulou-se uma oposição mais acirrada aos conservadores, tanto do partido liberal, como dentro dos próprios conservadores, especialmente de uma ala mais reformista do partido. Assim, ganhou forças a composição política denominada *Liga Progressista*, composta justamente por parlamentares insatisfeitos com os rumos políticos e administrativos determinados por membros mais inflexíveis do partido conservador.

Diante dessas novas dinâmicas políticas, produziu-se também um sentimento de euforia, especialmente entre

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHis) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), bolsista FAPES e membro do laboratório de História das Interações Político-Institucionais (Hispolis). Email: savio_ml@hotmail.com.

aqueles que entendiam a especificidade desse momento, um espaço de oportunidades para fazer valer suas reivindicações. Entre esses políticos, destacamos a figura do jovem Aureliano Cândido Tavares Bastos, político eleito Deputado Geral pela província de Alagoas para a 11ª legislatura, na época com 21 anos de idade. Autor de obras como *Cartas do Solitário* (1862), *Memória sobre a imigração* (1867) e *A província* (1870), Tavares Bastos nos fornece um importante panorama do sentimento de expectativa que foi gerado no início da década de 1860.

Utilizando o pseudônimo de *Solitário*, Tavares Bastos publicou As *Cartas do Solitário* no jornal *Correio Mercantil* durante seis meses, entre setembro de 1861 a abril de 1862, com um total de 45 cartas. Posteriormente, essas cartas foram reagrupadas e lançadas como forma de livro, em uma edição de 1862. Essa versão, apresentou diferenças para as cartas originais publicadas no *Correio Mercantil* anos antes, uma vez que

A segunda edição continha todas as 45 cartas publicadas no jornal, mas elas estavam condensadas em 30 unidades, subdivididas em três séries, sendo a primeira sobre a administração pública, a segunda sobre o tráfico negreiro e a terceira sobre a liberdade industrial e comercial. Consequentemente, a ordem das cartas não seguia a data de publicação das mesmas no jornal, mas sim a lógica do encadeamento das ideias. As cartas, às vezes, eram publicadas integralmente, em outras ocasiões, duas ou três cartas transformavam-se em uma única. Pequenos parágrafos juntaram-se, formando outros maiores. Alguns trechos foram suprimidos e outros amplificados, seja para ligar uma carta à outra, seja para aprofundar temas discutidos. (MARTINS, p. 83)

Dessa forma, essa versão ficou dividida da seguinte forma: Organização Administrativa (Carta I a V); Ensino Religioso (Carta VI e VII); Africanos Livres e Tráfico de Negros (Carta VIII a XI); As Leis de Navegação, o comércio costeiro, a franqueza dos grandes rios, questão do Amazonas, comunicações diretas entre as duas Américas (Cartas XII a XXX). No que diz respeito à organização administrativa, Tavares Bastos dissertou sobre temas como a centralização, a interferência do Estado na economia e a instrução pública. O *Solitário* se colocou como um exímio crítico da centralização em torno do Estado imperial, um empecilho ao pleno desenvolvimento da máquina governamental e da economia. Para ele, “nossa administração é sempre essa máquina pesada que, se alguma coisa útil vem a produzir, é só depois de haver atropelado e esmagado, no seu andar sonolento, muitos interesses individuais e gerais”. (BASTOS, 1862, p. 54).

Além de pesada e lenta, a máquina administrativa brasileira era ineficiente, especialmente em aspectos de comunicação. Para Tavares Bastos, muitos presidentes de províncias estavam mais preocupados em construir palacetes para as assembleias provinciais do que investir em estradas que ligavam o centro das províncias ao seu interior. Dessa forma, o contribuinte via seus impostos não serem investidos para a melhoria material do local em que residia, e que, contribuia ainda mais para a morosidade do Estado (BASTOS, 1862, p. 70). Uma vez que o Brasil, possuindo uma dimensão continental, ter boas estradas e ligações do litoral com o interior era fundamental para agilizar os processos administrativos. Esse era um dos efeitos da centralização, caracterizado pela “per-

da de tempo, a exageração da correspondência, a mingoa do pessoal e o seu constante aumento, a confusão no serviço e o desespero das partes são os resultados administrativos do regime que combato". (BASTOS, 1862, p. 74).

Outro ponto fundamental e passível de críticas para Tavares Bastos era o protecionismo do Estado brasileiro na economia, fruto da excessiva centralização. Panorama ainda pior para a realidade brasileira foi a aprovação da lei de 22 de agosto de 1860, conhecida como *Lei dos Entraves*. Para o *Solitário*, essa era "a lei mais atentatória das liberdades públicas", uma vez que o Estado poderia intervir em diversas áreas da economia, como nos bancos, nas sociedades anônimas, funcionamento de barcas de transporte, além de tecer críticas às excessivas tarifas alfandegárias que a princípio, tinham como propósito desenvolver a industrial nacional, mas que, para Tavares Bastos "As indústrias protegidas desaparecem ou definharam, mas as taxas perduram" (BASTOS, 1862, p. 48). Dessa forma, o Estado restringia a liberdade na indústria, especialmente na navegação de cabotagem, sendo danoso para a população brasileira. Isso porque, tendo o controle das embarcações e a falta de concorrência, "o pobre povo, definitivamente sofre o excesso dos preços resultantes da elevação dos fretes". (BASTOS, 1862, p. 67).

Essa relação entre o Estado e o monopólio na navegação de cabotagem, foi um dos maiores pontos discutidos em suas *Cartas do Solitário*. A Coroa licenciava quais embarcações ou companhias poderiam se envolver nesse transporte, dando uma prevalência a navios nacionais, determinava pesadas ta-

xas a embarcações estrangeiras, além de quais portos haveria o embarque e desembarque de certos produtos. Em algumas cartas, Tavares Bastos analisou as legislações brasileiras ao longo do século XIX, que de maneira geral, serviam para “favorecer os interesses dos grandes mercados e de proteger o privilégio da cabotagem, ou promover o que se chama a marinha nacional, contra o bem estar manifesto do povo das províncias”. (BASTOS, 1862, p. 201).

Para o autor, era fundamental que embarcações de outras nações pudessesem fazer o transporte de mercadorias entre os portos do território brasileiro, sem a intervenção do Estado. Afinal, “O privilégio é odioso, porque pressupõe uma classe de indivíduos que explora as diferentes classes da sociedade”, sendo fundamental a concorrência nesse comércio para aumentar a oferta e baratear os produtos. Isso porque, o que estava posto no Brasil, o distanciamento das províncias e das regiões litorâneas para com o interior, transformavam qualquer transporte em uma verdadeira peregrinação, e quem perdia com isso era “justamente a agricultura, a verdadeira indústria do país” (BASTOS, 1862, p. 229). Para Tavares Bastos,

Todo o mundo sabe que o transporte encarece, segundo, as distâncias, em uma medida proporcional, o preço dos produtos. Isto é inevitável, é natural. O que não é natural, porém, o que se pode evitar é que se agravem os ônus de uma situação tal, abandonando-se as estradas à rotina dos chamados engenheiros ou à rapacidade de seus conservadores; o que também não parece natural nem inevitável é que o caminho franco do oceano, o comércio costeiro, esteja e permaneça embaraçado por um privilégio vexatório, inútil, odioso e antiquado. (BASTOS, 1862, p. 242).

Dessa forma, com o incremento da concorrência, a economia seria favorecida, podendo aplicar os capitais advindos dessa nova dinâmica na cabotagem em outras indústrias, como a agricultura. Assim, “este lucro inesperado desenvolve a lavoura; aumenta-se, pois, a produção, ganha a sociedade, mas ganha também a cabotagem, que virá a ter maior quantidade de gêneros para transportar” (BASTOS, 1862, p. 227).

Um ponto que Tavares Bastos focou no que tange a administração do Estado foi a instrução pública, vista por ele de uma maneira negativa e que contribuía para a falta de espírito público da população brasileira. O *Solitário*, denunciou que as escolas primárias não estavam sendo geridas por bons representantes, e sim por agentes eleitorais e suas mulheres, colocados nos cargos para atender fins pessoais e políticos. Fez apontamentos negativos para as disciplinas ofertadas nesses espaços, pois, “as províncias subvencionam alguns mestres de latim, de retórica e poética, matérias cuja utilidade prática ainda não pude descobrir” (BASTOS, 1862, p. 65). Ao invés disso, as disciplinas ofertadas nas escolas deveriam ser voltadas a aquisição de conhecimentos úteis, que trouxessem retorno para a sociedade, como física, química, matemática, economia política e mecânica, assim, “e o jovem será um cidadão útil à pátria, um industrial, um empresário, um maquinista [...] será um homem livre e independente, e não um desprezível solicitador de empregos públicos, um vadio, um elemento de desordem” (BASTOS, 1862, p. 67). Além disso, solicitou salários maiores aos professores, até para incentivar melhores profissionais a esses cargos, projetando uma educação que nos aproximava da instrução pública dos Estados

Unidos, uma vez que

O verdadeiro [remédio] era reduzir o número das cadeiras, remunerar muito bem as que ficassem, destituir todos os mestres inábeis, contratar professores nacionais ou estrangeiros, da província ou fora dela, clérigos ou leigos, para reger as poucas escolas subsistentes. Essas escolas, situadas nas cidades e vilas mais crescidas, dotadas todas de uma *school-house*, isto é, de um pequeno edifício circular, decente, acomodado às leis da acústica, em anfiteatro, e com os repartimentos necessários; essas escolas normais seriam a fonte abundante de onde sairiam meninos bem educados e ilustrados, que, dentro de pouco tempo, se derramariam pelos campos e pelo interior, facilitando a seus habitantes a aquisição de bons professores. É este o sistema adotado nos estados da União Americana. (BASTOS, 1862, p. 64).

Dessa forma, amenizaria a ignorância e depravação geral dos costumes da nossa população, crítica levantada por muitos políticos da época, mas que na visão de Tavares Bastos, pouco faziam para modificar essa realidade. Para ele, “não será criando uma universidade na corte, centralizando nela o ensino superior, como se pretende, que se há de instaurar uma nova era” (BASTOS, 1862, p. 66). Os olhares então, deveriam ser voltados a princípio para o ensino primário, e não superior, pois assim, mudaria a fisionomia moral da população brasileira, uma vez que “entre a fisionomia viva e animada de um povo assim constituído, e a face triste e descarnada do nosso povo semi-bárbaro das províncias, que diferença enorme, meu amigo!” (BASTOS, 1862, p. 67). Tavares Bastos lamentou que no Brasil do século XIX, os olhares para a educação estavam mais entrelaçados com a política do que com o bem comum, já que para ele, um projeto de

reformas era viável se fosse realizado após estudos e competência para prosseguir com o assunto Contudo, na realidade brasileira, projetos de educação não alçavam ninguém a postos de presidentes de províncias ou a algum ministério, já que para ocupar tais cargos, os indivíduos apresentavam “qualidades que sejam de proveito para o adiantamento dos homens públicos e não para o bem da sociedade”. (BASTOS, 1862, p. 68).

No que diz respeito a reformas administrativas, Tavares Bastos também propôs seu programa para combater a centralização, se colocando como um meio termo entre os anarquistas que queriam esmagá-la e dos déspotas que queriam defender o centralismo do governo. Seu programa estava pautado em reformas que careciam de recursos, provenientes não do aumento de impostos, mas sim de ações que enxugassem os gastos públicos e realoacassem essas verbas. A primeira ação a ser tomada era “fixação das ajudas de custo, desaparecendo a imoralidade de gastos secretos com serviços públicos”. Posteriormente, outra medida para o controle de gastos seria a “diminuição do pessoal das repartições da corte, aliviadas de maior trabalho”. Cabe salientar que seu período como secretário da Marinha, o fez compreender certos gastos desnecessários, vindo a inferir que “há despesas quais as do exército e marinha, sobretudo, que poderiam sofrer consideráveis reduções, no intuito de se retribuírem melhor outros serviços”. (BASTOS, 1862, p. 77). Dessa forma então, o Estado possuiria uma arrecadação eficiente voltada para o melhoramento da máquina pública. A partir disso, Tavares Bastos então enumera três tópicos que, ao seu ponto

de vista, melhorariam a administração do Estado brasileiro:

- I. Emancipação de todas as indústrias e profissões; plena liberdade de comércio; revogação da lei de 22 de agosto de 1860;
- II. Garantias à carreira administrativa, estabilidade e maiores vantagens aos presidentes e secretários; extinção do contencioso administrativo; reorganização das secretarias de estado, a saber: uniformidade de categorias e vencimentos, diminuição do número de seções e do pessoal, supressão das classes de praticantes e segundos oficiais, simplificação do serviço e redução da correspondência; - alargamento da esfera de faculdades dos diretores gerais, dos diretores de seção e dos chefes das diferentes repartições subalternas;
- III. Concessão aos presidentes do direito de nomear e demitir grande número dos empregados gerais nas províncias, e de processar e julgar definitivamente a maior parte dos negócios. (BASTOS, 1862, p. 85).

Com essas reformas então, visando simplificar um Estado pesado e burocrático, faria com que a administração se tornasse mais ágil e eficiente. O *Solitário* projeta expectativas em um futuro, no qual “quantas vezes, contudo, não fanta-sio eu que um dos nossos melhores patrícios, chamado aos conselhos de Sua Magestade, diria, como Richelieu subindo ao poder: “Les maximes de l’État sont changées” (BASTOS, 1862, p. 89). Ou seja, alguém que contestaria o regime em voga em prol de mudanças, alegando que “é preciso que o governo não seja como uma tutoria exercida entre compadres, mas o desempenho de graves funções a bem do povo”. (BASTOS, 1862, p. 93).

Como dito, em quatro cartas (VIII, IX, X e XI), Tavares Bastos dissertou sobre considerações gerais acerca da escra-

vidão, a legislação sobre os africanos livres e em relação ao tráfico de negros. Destaco o trecho de Beatriz Mamigonian, no qual a autora dissertou a relevância que o tema da escravidão ganhou ao longo da década de 1860. Para ela, “o destino dos africanos livres ganhou grande publicidade ao longo da primeira metade da década de 1860 graças às ações da oposição liberal e de agentes diplomáticos britânicos” (MAMIGONIAN, 2017, p. 366). Essa oposição, em grande parte, foi realizada pelo político Aureliano Cândido Tavares Bastos, que ao escrever *Cartas do Solitário*, deu “inédita publicidade à trajetória do grupo [africanos livres] criticando duramente o governo imperial pelo descumprimento da legislação que lhes garantia emancipação após catorze anos de serviços”. (MAMIGONIAN, 2017, p. 368).

Tavares Bastos realizou um panorama sobre as leis que haviam sido aprovadas no Brasil ao longo do século XIX no que concerne aos cativos africanos. Com a independência do território brasileiro para com Portugal, foram determinadas medidas de combate ao tráfico por influência inglesa, como a Lei de 7 de Novembro de 1831.² A lei de 1831, foi vista por Tavares Bastos como “Além de ter sido promulgada com muita demora, dois anos depois de extinto o prazo da convenção, a lei citada não continha disposições bastante energicas” (BASTOS, 1862, p. 154). Apesar dessa falta de postura

2 Também conhecida como Lei Feijó, Declarava “livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos”. BRASIL. **Lei de 7 de Novembro de 1831**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html. Acesso em: 29 ago. 2024.

mais enérgica por parte da lei e da Coroa, o autor comprehendia que “a lei de 1831 acabaria com o tráfico, se a houvesse executado com zelo e a diligência necessários”. Para Tavares Bastos, essa postura complacente com o tráfico de negros escravizados se deu por conta da influência política de poderosos fazendeiros que dificultariam a política interna caso fosse encerrado o contrabando, fazendo com que “a influência dos poderosos fez afrouxar o cumprimento da lei, até que se tornou letra morta”. (BASTOS, 1862, p. 155).

Apesar dessa inclinação para pôr um fim no tráfico de escravizados, Tavares Bastos realizou o prognóstico de que “quando, porém, havia apenas encetado esta vereda franca da justiça, o governo brasileiro mudou de rumo de repente e estranhou-se no dédalo das concessões ao egoísmo, no caminho da imbecilidade.” (BASTOS, 1862, p. 126). Ou seja, o contrabando de pessoas cativas se perpetuou em território nacional, rompendo a marcha que o país estava tomando. Por essa postura débil das autoridades brasileiras em encerrar o tráfico, Tavares Bastos enxergou a necessidade do recrudescimento da postura inglesa, celebrada por ele com a assinatura da Lei Bill Aberdeen em 1845 e a Lei Eusébio de Queirós em 1850. “A questão do tráfico, pois, a mais grave pendência diplomática de nossa história depois da independência, terminava sem quebra de nossa amizade com Inglaterra”, (BASTOS, 1862, p. 178), foi o prognóstico feito pelo autor. Mesmo assim, Tavares Bastos denuncia a falta de estratégia após a extinção do tráfico, pois, “extinguindo com uma mão o tráfico, deveria com a outra fomentar e desenvolver a colonização”, coisa não realizada pela Coroa na visão do autor.

Encerrado o tráfico e sem muito esforço do governo em atrair os imigrantes, a estratégia utilizada pelos que dependiam de mão de obra escravizada em suas lavouras foi no contrabando interno.

Resumidamente, ao tratar do tema em suas *Cartas*, Aureliano Tavares Bastos destacou não apenas as falhas na legislação, mas também a conivência do governo e a influência de poderosos interesses agrários que perpetuaram o tráfico ilegal e a opressão dos africanos. Ao criticar a ineficácia das leis e a impunidade dos traficantes, o político alagoano evidencia a necessidade de uma mudança de paradigma, onde os direitos dos africanos livres fossem respeitados e a imigração europeia fosse incentivada como alternativa ao trabalho escravizado. As reflexões de Aureliano Tavares Bastos ressaltam as falhas das legislações e a conivência da Coroa, evidenciando a urgência de uma política eficaz para a abolição do tráfico e a proteção dos direitos dos africanos.

Em suas *Cartas do Solitário*, Tavares Bastos via na centralização do Estado imperial, um grave indício de ineficiência e lentidão. A burocracia sobrecarregava o funcionamento do governo e atrasava os processos administrativos. Ele denunciava também o protecionismo econômico e a interferência estatal em áreas como a navegação de cabotagem, onde o monopólio prejudicava o comércio e aumentava os preços para a população. Suas reformas, portanto, estavam pautadas em aumentar a concorrência com liberdade de cabotagem a embarcações estrangeiras, que diminuiria os custos e beneficiaria a economia. Em relação ao ensino, Tavares Bas-

tos criticou a falta de qualidade nas escolas e a educação voltada para interesses políticos, em vez de formar cidadãos úteis à sociedade. Dessa forma, o autor defendeu a reforma da instrução pública, com escolas primárias bem estruturadas e professores bem remunerados, inspirando-se no modelo educacional dos Estados Unidos. Em termos administrativos, Tavares Bastos propôs reformas para reduzir a centralização e aumentar a eficiência do Estado, como a redução de gastos públicos, a diminuição de pessoal nas repartições e a emancipação de indústrias e profissões. Ele visava uma administração mais ágil e voltada para o bem-estar da população, sugerindo, inclusive, uma maior autonomia para os presidentes das províncias. Seu trabalho foi uma crítica abrangente à estrutura política e administrativa da época, propondo mudanças para um governo mais eficiente e em favor da liberdade econômica e educação de qualidade.

Referências

- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MARTINS, Camila Pereira. “Cartas do Solitário ao Redator do Correio Mercantil”: a intervenção política de Tavares Bastos por meio dos impressos. *História, Histórias*, v. 8, 2020, p. 65-87.

Banda São Benedito do Rosário de Vila do Riacho: Patrimônio de uma Comunidade

Queila dos Santos de Meneses Souza¹

Em 2019, residi no bairro Goiabeiras, em Vitória. Em uma noite de outubro escutei o som de tambores e pessoas cantando. Logo fui até o portão de minha casa e avistei a banda de congo local que se apresentava nas ruas. Quando despertei da curiosidade inquietante, já havia acompanhado o grupo pelo bairro todo. A partir desse dia meu interesse pela manifestação tornou-se também acadêmico². Anos mais tarde, tive a oportunidade de trabalhar em uma comunidade que atende por Vila do Riacho, em Aracruz. “A Vila” como é habitualmente chamada, fica há aproximadamente 33 km da região central de município e ali fica localizada uma das bandas de congo mais antigas do Espírito Santo, a banda São Benedito do Rosário de Vila do Riacho³.

1 Licenciada e bacharela em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História/UFES, bolsista no Programa de Capacitação de Recursos Humanos na Pós-Graduação - PROCAP 2025 (bolsa N. 080/2025) pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) - PROCAP 2025. Email: queilameneses22@gmail.com.

2 A presente comunicação é parte da pesquisa mestrado em andamento que tem como interesse principal a banda São Benedito do Rosário de Vila do Riacho.

3 Em 2021, a prefeitura de Aracruz aprovou a Lei n.º 4.431, de 08/12/2021, que declarou a banda de congo São Benedito do Rosário de Vila do Ri-

As bandas de congos estão inseridas no que a Constituição define como patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2016, p. 126)

Em consonância com essas concepções legais, as bandas de congo capixabas passaram a ser reconhecidas como Patrimônio Imaterial do Espírito Santo a partir de 2015 (Lei nº 10.363, de 06 de maio de 2015.) e são consideradas como um dos símbolos culturais da identidade capixaba. Estima-se que existam mais de cinquenta bandas de congo conhecidas e ativas no estado (Santos, 2016).

A historiografia capixaba acerca das bandas de congo, aponta sua antiguidade principalmente por meio de documentações que datam do século XIX. Aqui destaco os trabalhos do folclorista Guilherme Santos Neves que a partir da década de 1940 dedicou-se ao estudo do Folclore no Espírito

cho, como patrimônio artístico-cultural imaterial do município. Ver em: <https://www.aracruz.es.gov.br/storage/16859/4431.pdf>.

Santo. Os documentos mobilizados para sugerir as possíveis origens do que denominamos de bandas de congo são em sua maioria relatos de viajantes que passaram, sobretudo, no norte do estado.

O viajante francês François Biard publicou em 1862 a obra “Deux années au Brésil”, um relato de sua passagem pelo Brasil. Em sua visita a Santa Cruz (atualmente município de Aracruz) em 1858, Biard descreve com certa curiosidade e estranheza uma festa de devoção a São Benedito feita por “bandas indígenas” de Santa Cruz:

Pela manhã vim a saber que se tratava da festa de São Benedito, divindade de grande devoção dos índios. Eles faziam preparativos para essa festa uns seis meses antes e guardavam dela uma recordação pelos outros seis meses do ano. [...] Mantinham-se os homens sentados tendo entre as pernas um tambor primitivo fabricado com peixe no tronco de árvore oco coberto por um pedaço de couro de boi; outros homens esfregavam uns pauzinhos num instrumento feito de bambu todo entalhado. Ao som desse charivari, mulheres, mesmo velhas, dançavam devotamente um desgracioso canção. [...] Dali se passava a outra casa e, nesse passo, chegaram à igreja toda enfeita da com palmeiras; a iluminação era feita por meio de cabaças cheias de azeite. (Biard, 1862, p. 86)

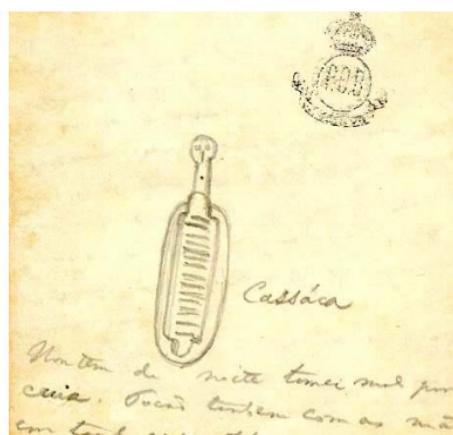
Outro relato bastante explorado pela historiografia capixaba é a do imperador Dom Pedro II na ocasião de sua visita à província do Espírito Santo em 1860. Quem levantou a relevância das anotações da referida viagem foi o pesquisador Levy Rocha em sua obra “Viagem de Pedro II ao Espírito Santo” publicada originalmente em 1960.

Entre as várias observações do imperador, Levy destaca-

cou interessantes dados do cotidiano cultural religioso da região de Nova Almeida. Segundo Rocha, chamou a atenção de Dom Pedro II uma movimentação que o imperador anotou como “dança de caboclos com as suas cuias de pau de regos para esfregarem outro pau pelo primeiro” (Rocha, p.163). Sobre tal dança, complementa Levy:

O ritual dos ancestrais consistia em formarem um círculo, acocorados, e ao mesmo tempo em que seguiam o ritmo da música, marcado pelos tambores, reco-recos e o chocalhar de uma cabaça contendo sementes, batiam com as mãos espalmadas nos peitos e nas coxas, fazendo caretas e trejeitos e produzindo sons guturais que mais pareciam guinchos. Os pretos juntaram à orquestra um outro instrumento de percussão, o ferrinho ou triângulo; modificaram a coreografia e incorporaram cantigas entoadas em coro e solo. O instrumento que chamou a atenção de S. M. I., a ponto de merecer do seu lápis de desenhista um rápido bosquejo, a cassaca, casaca, ou reco reco de cabeça, era típico e sui generis do folclore capixaba. (ROCHA, p. 164)

Figura 1: Figura 1: Anotações e desenho feito por Dom Pedro II, 1860



Fonte: ROCHA, 2008, p.16

O imperador também passou pela região que corresponde ao município de Aracruz atualmente, a saber, Santa Cruz e a região do Riacho, atuais Vila do Riacho e Barra do Riacho. Em Santa Cruz, o imperador observou movimentações como dança e música dedicadas a São Benedito.

O distrito de Vila do Riacho pertenceu à antiga região de aldeamento de Santa Cruz, fundada pelo jesuíta Bras Lourenço em 1556. No ano seguinte, outra pequena aldeia foi criada e ficou conhecida como Aldeia do Campo, atual Vila do Riacho (Coutinho, 2006). Antes de ser elevada à condição de Vila em 1858, Santa Cruz era conhecida como “Aldeia Velha”. Foi assim nomeada a partir da segunda metade do século XVI, quando transferiram a sede daquela missão para o Norte do rio Reis Magos, em Nova Almeida. Essa localidade, que passou a ser chamada de “Aldeia Nova”, veio a se tornar um dos maiores aldeamentos do Espírito Santo (Oliveira, 2020).

Santa Cruz permaneceu como parte de Nova Almeida até 1848, quando foi elevada à condição de município. A região de Aldeia do Campo, pertencente ao município de Santa Cruz tornou-se Freguesia do Riacho a partir de 1864 e, mais tarde, município (1891-1930) até ser reanexado à Santa Cruz. (Coutinho, 2006).

Ortigão e Neme (2020) apontaram que a definição das observações de Dom Pedro II como “banda de congo” é imprecisa e parte principalmente da interpretação particular de Levy Rocha. Pode-se sugerir, portanto, que “o autor contextualizou as passagens do diário com o saber sobre o congo

estabelecido por volta dos anos 1980, quando o livro foi publicado” (Name; Ortigão, 2020, p. 65). O que se pode reconhecer são as semelhanças de elementos que se tornaram característicos das bandas de congo, como a casaca. O mesmo se passa com o relato de Biard. O pintor faz referência à festa de São Benedito, mas é impreciso dizer que se trata de uma banda de congo já naquele período.

O que a historiografia sugere é que as bandas de congo, enquanto manifestação cultural, tenham derivado provavelmente desses ajuntamentos indígenas com presença de negros, descritos pelos visitantes. Assim, as bandas de Congo são entendidas como manifestações culturais e artísticas de origem afro-indígena que reúnem elementos como religiosidade, música e dança (Neves, 1980; Lins 2009; Maciel, 2016):

Presentes em todo o Estado e em grande número de regiões da Grande Vitória e municípios do norte, as Bandas de Congos são grupos que utilizam instrumentos sonoros muito simples, feitos de madeira oca, barris, taquaras, pele de cabra ou de boi, latas ou outros materiais. Podem ser tambores, bumbos, cuicas, chocinhos, ferrinhos ou triângulos de ferro e pandeiros. [...] Todo o grupo participa de evoluções coreográficas comandadas pelo organizador, às vezes chamado de Capitão, enquanto uma ou mais mulheres vão à frente conduzindo uma ou mais bandeiras que identificam a Banda e/ou sua procedência e/ou o seu Santo Protetor (Maciel, p. 150).

Em se tratando da banda São Benedito do Rosário, a narrativa oral dos membros da banda afirma que sua fundação em 1798. A tradição oral da localidade conta ainda que a banda se apresentou para o imperador Dom Pedro II em

sua passagem pela região e este, por ter gostado do que viu, presenteou “mestre” da banda, com uma roupa oficial semelhante à de um marinheiro. Essa tradição, inclusive, é o que justifica a característica da vestimenta de marinheiro utilizada pelos capitães ou mestres da banda.

A história da banda da Vila carece de documentações que permitam traçar uma trajetória consistente do ponto vista histórico. Nesse sentido o que tem sustentado a identidade do grupo são as narrativas orais construídas ao longo do tempo. O percurso mais conhecido do grupo, tecido por uma memória mais recente, é centrado em duas figuras femininas locais. A primeira foi uma mulher negra chamada Aurélia Luiza Sebastiana da Vitória ou “mãe Aurélia” (1910-1970) como ficou carinhosamente referida em Vila do Riacho. A segunda foi Astrogilda Ribeiro dos Santos ou “dona Astrogilda” (1934-2021) e é importante salientar que é a partir do nome de dona Astrogilda que a banda passou a ser amplamente conhecida no estado⁴.

Essas duas mulheres são os nomes considerados mais significativos da banda pelo papel que desempenharam no desenvolvimento do grupo e, principalmente, pelas atividades que realizaram na comunidade.

Mãe Aurélia foi uma mulher negra, filha de escravizados e parteira. Durante sua vida, atuou na Vila do Riacho como parteira, o que a tornou uma figura de relevância que arti-

4 Em vários momentos dona Astrogilda foi denominada de “rainha do Congo capixaba”, ganhando notoriedade para além da banda que pertenceu. Em 2014, recebeu o título “Mestre da Cultura Popular do Espírito Santo” pela Secretaria de Estado da Cultura (Secult).

culava não só a banda de congo, mas outras manifestações culturais do lugar. Com o tempo, Aurélia Luiza passou a ser chamada de “mãe”, já que muitos moradores da Vila nasceram sob os cuidados dela enquanto parteira.

Dona Astrogilda, outra mulher de classe trabalhadora, descendentes de indígenas, umbandista, Mãe de Santo e, também parteira. Mudou-se para Vila do Riacho na década de 1950 e deu seguimento as atividades da banda, ocupando o cargo de rainha durante mais de cinquenta anos.

Essas personagens supracitadas são destaques no imaginário da Vila e do grupo musical, de forma que não se menciona o congo sem citar a importância dessas mulheres para história dessa manifestação na Vila do Riacho. Temos ainda a centralidade dessas mulheres, racialmente localizadas como negra e indígena, que desempenharam o papel social de parteiras na Vila, função social muito simbólica e, ao mesmo tempo prática em uma comunidade afastada, que detinha pouca assistência de saúde. Nessas circunstâncias, as parteiras eram as principais responsáveis pelo processo de parto, bem como de cuidadoras durante o puerpério (Costa, 2002).

Figura 2: Dona Astrogilda



Fonte: G1, 2021⁵.

Para Vila do Riacho, o congo não é algo banal, segundo o relato⁶ de um morador e antigo membro da banda:

É impossível você falar da história da Vila sem ter o Congo como referência. Não tem como. Você pode pegar o evangélico mais ferrenho da Vila. Ele tem que pôr o Congo como percussor da história. Nós não conseguiríamos falar a história da Vila sem o Congo. Incrível. E da história da Vila, porque a mãe Aurélia é tão importante para o Congo. Porque assim que ela ficou adolescente, para adulta, o pai dela já brincava, então não foi só o Congo que ela brincava. Tinha Congo, Folia de Reis, Tinha conca, folhinha de reis, os cordões carnavalescos, elas puxavam, e as cirandas. Então, ela reunia na

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/07/19/astrogilda-ribeiro-rainha-do-congo-do-es-morre-aos-87-anos.ghtml>. Acesso em: 20 set 2025.

6 Trecho de uma das entrevistas coletadas durante a pesquisa de mestrado em andamento que tem como metodologia a História Oral. Aqui entendemos entrevista em História Oral tal como definiu Meihy e Seawright (2024): “é o trânsito no mundo do outro: oportunidade de incursão em campo diverso, plural, experimental (p. 113)“.

casa dela, em torno dela, todos os descendentes de índio e de negros para brincar Congo. A Congo era em louvor a São Benedito e São Sebastião e os outros. Na realidade, era Congo todo fim de semana. O Congo também no carnaval, o que puxava o carnaval era o Congo, 1900 e bora. (Ferreira, 2025)

Apesar da existência de outras atividades culturais, a banda de congo é considerada a manifestação mais importante da Vila. Era no seio da banda que se encontrava não só uma forma de interação comunitária, mas principalmente um momento voltado à religiosidade. As bandas conseguem a partir do profano (danças e cantos afro-indígenas) manifestarem o fervor ao sagrado cristão, como São Benedito (Name; Ortigão, 2020). Segundo Cleber Maciel (2016):

A convivência dos negros com os portugueses modificou seus costumes e, nesse sentido, a influência da igreja católica foi grande, pois, impedidos de cultuar os Orixás, temerosos da repressão dos senhores, os negros também transferiram sua devoção religiosa para alguns santos católicos, reverenciando, por exemplo, Nossa Senhora do Rosário, Aparecida, da Conceição e São Benedito, cujo culto no Espírito Santo é um dos mais fervorosos até os dias atuais. (p. 122, 123).

A celebração a São Benedito assumiu um esforço de tradução de um elemento religioso católico que não era devotado apenas por negros, mas também fortemente inserido pelos jesuítas na população indígena da região (Oliveira, 2020). Uma devoção absorvida e ressignificada ao longo ao longo do tempo e constitui a principal características das bandas de congo.

No discurso de um dos moradores citado anteriormente, cabe destacar o quanto a “ser do congo” é um fator importante da identidade coletiva da Vila, de forma que os sentidos construídos sobre a localidade em que vivem tem o congo como referência. A expressão cultural da banda de congo de Vila do Riacho caminha entre a oralidade, corpo e memória, junção nomeada de Oralitura por Leda Maria Martins (2021). Martins denominou Oralitura como “uma complexa textura das performances orais e corporais “destacando neles o trânsito da memória, da história, das cosmovisões que pelas corporeidades se processam (Martins, 2021, p.25)”. Não vemos quando de fato a banda surgiu, mas, por meio da religiosidade e das misturas étnico-raciais, é possível temporalizar a influência cultural da qual a banda se originou:

O coletivo superpõe-se, pois, ao particular, como operador de formas de resistência social e cultural que reativa, instauram e reterritorializam, por metamorfoses emblemáticas, um saber alterno encarnado na memória do corpo e da voz. Tanto no enunciado da narração mítica, quanto na performance dramática que cenicamente a representam, a superação parcial das diversidades étnicas recria o ethos comum e o ato coletivo negro como estratégias de substituição e reorganização das fraturas do conhecimento. Torna-se possível, assim, ler nas entrelinhas da enunciação fabular o gesto pendular: canta-se a favor da divindade e celebram-se as majestades negras e, simultaneamente, canta-se e dança-se contra o arresto da liberdade contra opressão, seja escravidão, no passado, seja no presente. (Martins, 2003 p. 73)

Referências

Entrevista:

Ferreira, Evenilton Lemos. Entrevista [out. 2025]. Entrevista-

dor: Queila dos Santos de Meneses Souza. Aracruz/ES, 2025.

Bibliografia:

- Biard, Auguste François. *Dois anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 2016.
- Costa, Lúcia Helena Rodrigues. *Memórias de parteiras: entrelaçando gênero e história de uma prática feminina do cuidar*. 2002. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.
- Lins, Jaguaracy. *O congo do Espírito Santo: uma panorâmica musicológica das bandas de congo*. Vitória, 2009.
- Maciel, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. 2^a ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.
- Martins, Leda. *Performances da oralitura: corpo, lugar da memória*. *Letras, [S. l.]*, n. 26, p. 63–81, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/lettras/article/view/11881>. Acesso em: 18 set. 2025.
- Martins, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- Meihy, José Carlos Sebe; Seawright, Leandro. *Memórias e Narrativas: história oral aplicada*. São Paulo: editora contexto, 2024.
- Name, José Otavio Lobo; ortigão, Elisa Ramalho. *Congo do Espírito Santo: Celebrações e Formas de Expressão*.

Dossiê de Pesquisa com vistas ao registro do Congo do Espírito Santo como Patrimônio Imaterial Nacional. Vitória: Iphan-ES/UFES, 2020.

Oliveira, Tatiana Gonçalves de. *Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeamentos indígenas da Província do Espírito Santo (1845-1889)*. 2020. 327 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/6357>. Acesso em: 20 set. 2025.

Neves, Guilherme Santos. *Bandas de Congos*. Cadernos de Folclore nº 30. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, 1980.

Rocha, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado da Educação, 2008.

Santos, José Elias Rosa. Congos e Bandas de Congos no Espírito Santo. In: Oliveira, Osvaldo Martins (Org.). *Negros no Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

A virgindade consagrada de Demétrias em meio à polêmica entre Agostinho de Hipona e Pelágio (410-418)

Raphael Leite Reis¹

Em 410, os visigodos liderados por Alarico invadiram e saquearam a cidade de Roma por três dias.² Esse acontecimento gerou uma série de consequências imediatas para todo o império.³ A primeira e mais direta foi o abalo do mito da invencibilidade da Cidade Eterna, cuja última vez em que fora invadida, em 390 a.E.C. pelos gauleses, encontrava-se

1 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/Ufes), sob a orientação do professor Dr. Sergio Alberto Feldman. E-mail: ph_leite.reis@hotmail.com

2 Após a derrota em Pollentia para Estilicão em 402, Alarico, rei dos visigodos, invadiu a Itália e escolheu Roma como alvo de seu exército. A Cidade Eterna foi sitiada três vezes durante 409 e 410, e na terceira tentativa de romper as defesas da cidade, em 24 de agosto de 410, os visigodos tiveram sucesso. Alarico e seus guerreiros entraram na cidade que, por dois ou três dias, foi saqueada, pilhada e, em alguns pontos, incendiada. Os visigodos não apenas aniquilaram um imperador romano e seu exército, mas também profanaram a cidade mais venerável do Império (BUNSON, 1994, p. 20-21; 798-799).

3 Em 404, o imperador Honório decidiu que Ravenna – cidade do norte da Itália, na Gália Cisalpina, a poucos quilômetros do interior da costa do Adriático, no meio de pântanos, com seus arredores defensivamente vantajosos, infestados de mosquitos e paredes robustas – era o lugar mais seguro para conduzir o governo. Ele então se mudou para lá e os imperadores subsequentes viveram tanto lá quanto em Roma (BUNSON, 1994, p. 630).

apenas em uma memória longínqua de oito séculos tanto dos cidadãos romanos quanto dos povos considerados bárbaros em seu entorno (HAMMAN, 1989, p. 271).⁴

As notícias da invasão se espalharam rapidamente por todo o império, acompanhadas de ceticismo inseguro e de pânico temporário, haja vista que algumas regiões do império já se encontravam ocupadas pelos povos denominados bárbaros pelos romanos, como era o caso dos vândalos, que já haviam invadido e dominado territórios na Gália e logo em seguida na Península Ibérica (BENEDETTI, 2012, p. 11).⁵

O bispo Agostinho de Hipona, em seu episcopado em África, admite ter sabido das notícias logo em seguida aos acontecimentos do outro lado do Mediterrâneo: “[...] as notícias de tal acontecimento chegaram entre todos os povos do Oriente e as cidades mais importantes dos lugares mais remotos da terra, essas cidades declararam luto público e seus habitantes lamentavam o desastre em Roma [...]” (Aug. Ciu., 1, 33).

O monge Pelágio, que vivenciou os terrores da invasão visigoda à cidade de Roma porque lá residia, oferece sua visão do ocorrido:

[...] quando ao som estridente da trombeta de guerra e aos gritos dos godos Roma, a senhora do mundo, estremeceu sob o peso de um medo triste. Onde estava nossa ordem de

4 Roma foi saqueada pelos gauleses por volta do ano 390 a.C., e esse fato representou um grande revés que perdurou na mentalidade romana (ALMEIDA, 2020, p. 104).

5 Por “bárbaros”, entende-se as gentes *barbarae*: povos estrangeiros, considerados selvagens, incivilizados, pelos romanos.

nobreza então? Onde estavam os ocupantes dos graus fixos e distintos de sua hierarquia? Tudo foi lançado em confusão e desordem pelo medo, em cada casa havia lamentação, e o terror se espalhou por todos igualmente. Escravo e nobre estavam em pé de igualdade: todos viam a mesma imagem da morte, exceto que aqueles cuja vida era mais agradável a temiam mais. (*Pel. Dem.*, 30, 1).

A segunda consequência da invasão de 410 foi a fuga de diversas famílias, principalmente da nobreza romana, às pressas para outras regiões do império. Como nos últimos dez anos a península itálica já havia sido ocupada por mais duas vezes, para muitos aristocratas não bastava sair dos arredores de Roma, era mais seguro se retirar da Itália. E um dos destinos principais foi a África. A grande cidade de Cartago, por exemplo, serviu de refúgio para muitas famílias aristocráticas vindas de Roma (HAMMAN, 1989, p. 273).

Dentre esses refugiados estava o próprio monge Peáglio que, uma vez em África, lá permaneceu por pouco tempo, rumando logo em seguida para o Oriente romano. Nesse grupo estavam também membros ilustres da família Aniciae, a qual já havia servido ao Império cônsules e senadores. Desta família, conhecemos Demétrias, uma jovem cristã devota que durante sua estadia em África tomou a decisão de tornar-se uma virgem consagrada para Cristo (PLINVAL, 1943, p. 242).

Antes da consagração de Demétrias, em 414 na cidade de Cartago, sua mãe, Juliana, pediu a várias autoridades cristãs que lhe escrevessem uma carta encorajando sua decisão e orientando-lhe sobre a responsabilidade advinda dela.

E mais, para Kurdock (2007), ao renunciar ao casamento e se dedicar a uma vida religiosa, Demétrias efetivamente renunciou ao seu papel social tradicional e, com isso, “desapareceu” o patrono que normalmente controlaria sua vasta fortuna e seu destino. Seu pai estava morto. Ela recusou um marido. Mas a jovem não ficou sem proteção; em vez disso, ela substituiu habilmente o patrono tradicional por uma nova forma de autoridade e legitimidade: a autoridade espiritual.

Pelágio foi o primeiro a responder ao pedido de Juliana. Posteriormente, Jerônimo⁶ e Agostinho também escreveram para ela e sua família. Agostinho, no entanto, não escreveu diretamente a Demétrias, mas endereçou cartas à sua avó, Proba, e à sua mãe, Juliana. Escrever uma carta para Demétrias ou sua família era um verdadeiro critério de avaliação, não apenas da visão do autor sobre a mulher cristã ideal, mas também de sua ortodoxia ou possível heresia (YAMADA, 2020, p. 68).

Mesmo ao escrever sua carta para Demétrias, Pelágio, por exemplo, estava claramente consciente da corrente de pensamento traducianista,⁷ que grosso modo explicava a

6 Jerônimo de Strídon, ou Jerônimo de Jerusalém (347-420), foi considerado um dos ícones da patrística latina, reunindo em sua pessoa o ermitão, o monge e o escritor preocupado com os assuntos da Igreja. É conhecido principalmente por sua tradução da Bíblia para o latim, chamada *Vulgata* (SANTIDRIÁN, 2001, p. 292).

7 Doutrina segundo a qual a alma dos filhos provém da alma dos pais assim como um ramo (*tradux*) provém da árvore. Essa doutrina que já se encontrava nos estoicos foi aceita por Tertuliano e por outros escritores da patrística e defendida mais tarde pelos teólogos protestantes que viam nela a possibilidade de explicar a transmissão do pecado original. A mesma doutrina foi, às vezes, indicada com o nome de ‘generacionismo’. A doutrina oposta, de que toda as almas são criadas ex novo chama-se

transmissão da alma humana dos pais para os filhos através do ato da procriação (um ato material) e da mesma forma a transmissão de sua natureza pecaminosa. Sendo assim, Pelágio tentou adverti-la contra aqueles (Agostinho, por exemplo) que tinham uma visão negativa da natureza humana, deteriorada por causa do pecado de Adão (a ideia do pecado original).

Agostinho e Jerônimo, por sua vez, também alertaram Demétrias contra o que eles chamam de “heresias” pelagiânicas, caracterizadas pela crença na plena capacidade da natureza humana e no poder do livre-arbítrio. A seguir, apresentaremos os pontos de vista opostos das ideias de Pelágio e de Agostinho sobre natureza humana, livre-arbítrio e virtude cristã, e como esses autores se dirigem à Demétrias aconselhando-a acerca da virgindade consagrada, ao mesmo tempo em que ambos se confrontam durante a polêmica iniciada em 410 entre os partidários de Agostinho e os seguidores de Pelágio.

Para isso, os documentos aqui utilizados trata-se de cartas escritas por esses dois autores no período em que a controvérsia já acontecia. Da parte de Pelágio, analisamos a carta endereçada à Demétrias em 413, e da parte de Agostinho as cartas escritas à Anida Proba, avó de Demétrias, redigida em 411, e à Juliana, mãe de Demétrias, redigida entre 417 e 418.

É importante salientar que, em primeiro lugar, a carta de Agostinho a Proba (411) é anterior ao auge da controvérsia, mas já contém os princípios que o bispo defenderia contra

‘criacionismo’ (ABBAGNANO, 2007, p. 968).

Pelágio e a carta a Juliana (417/418) é uma resposta direta e consciente ao ensino de Pelágio. E, em segundo lugar, nessa época, a disputa entre agostinianos e pelagianos ainda ocorria e não havia definição da Igreja de Roma sobre o assunto, o que só ocorrerá em 418, após o Concílio de Cartago, em favor da causa africana e condenando Pelágio e suas ideias como heréticos.⁸

*

No início de sua carta, Pelágio chama a atenção da jovem para a natureza humana e para o livre-arbítrio, criados por Deus.

Em primeiro lugar, deves medir o bem da natureza humana por referência ao seu Criador, isto é, Deus. [...] Deus decide moldá-lo à Sua própria imagem e semelhança e mostra que tipo de criatura pretende fazê-lo. [...] O Senhor da Justiça quis que o homem agisse livremente, não por compulsão (Pel. Dem., 2,2).

O monge enfatiza o livre-arbítrio humano não como uma condição prévia para receber a graça divina, mas, inversamente, como um dom (ele mesmo) da graça de Deus. E é

8 Quando nos referimos à Igreja de Roma, admitimos que ainda no século V não se podia referir à Igreja Cristã como uma instituição monolítica e homogênea, com seu conjunto bem definido e consolidado de doutrinas e práticas, algo mais próximo do período medieval. Pelo contrário, nesse momento o que existe são igrejas, cada qual com suas particularidades, muitas vezes circunscritas às suas localidades, mas em busca de unidade doutrinária e institucional, combatendo heresias e outras crenças utilizando-se para isso, inclusive, da violência. Concordamos com Karfíková (2012), para quem esses setores regionais da Igreja – igreja africana, igreja italiana, igreja oriental – disputavam o poder teológico e o eclesiástico-político entre si, competindo pela influência sobre o império.

justamente aqui que ele tão logo interpõe os fundamentos de suas concepções sobre moral e conduta cristãs, expondo o corolário da natureza humana, para ele algo imprescindível.

É sugestivo esse encadeamento de ideias por parte do monge, pois trata-se de uma necessidade de afirmação perante o contexto de controvérsia, no qual suas posições sobre a natureza humana eram constantemente atacadas e criticadas por outros autores. Para Pelágio, aquele que persegue tais virtudes (mandamentos divinos e prescrições para uma vida santa) precisa entender que são possíveis de serem alcançadas. Aqui jaz sua defesa diante do que ele considerava o pensamento corrente, defendido principalmente por Agostinho, segundo o qual tais virtudes não eram possíveis de serem alcançadas pelo esforço humano. O monge, então, atribui essa visão a de pessoas “indolentes” ou “negligentes”:

Alguns, porém, para evitar o labor e procurar a virtude, atribuem toda a sua incapacidade à natureza, dizendo que lhes é impossível não pecar por causa da fraqueza da sua carne [...]. Se fosse realmente a natureza que pecasse, então ninguém poderia ser chamado de pecador; seria antes a natureza, e não a pessoa, a ser culpada [...] Deste modo, a malícia humana, sob o pretexto de defender a natureza, busca desculpa para o seu próprio pecado (*Pel. Dem.*, 3).

Pelágio afirma que a posição de Agostinho, que ele chama de “desculpa dos negligentes”, serve de justificativa para a preguiça moral e a falta de esforço. Ao chamar isso de “pretexto” e “desculpa para o seu próprio pecado”, ele está atacando indiretamente a piedade agostiniana como uma fa-

chada para a indolência.

Agostinho responde diretamente a essa acusação invertendo a lógica de Pelágio e argumenta que a verdadeira humildade, longe de ser uma desculpa, é a virtude fundamental, e que a verdadeira soberba é acreditar que podemos nos salvar por nossas próprias forças.

Teme, pois, a vã glorificação [...] Pois aquele que te ensina a orar de coração assim, não te ensina a confiar em tuas próprias forças [...] Pois há alguns que, querendo glorificar a natureza humana, têm medo da graça de Deus [...] E, para não parecerem precisar do divino auxílio para a sua vontade, preferem professar que lhes é suficiente o livre arbítrio, que receberam ao serem criados, do que aquele auxílio sem o qual o próprio livre arbítrio não pode ser liberto do cativeiro (Aug. *Ep.* 188, 4,7).

É clara a posição de Agostinho contra Pelágio, que ele associa a quem “quer glorificar a natureza humana”. O bispo argumenta que a própria vontade de ser piedoso é um dom de Deus e define a doutrina pelagiana como um medo de precisar da ajuda de Deus, uma relutância orgulhosa em admitir dependência. Isso é um ataque moral direto à motivação por trás do pelagianismo.

Ao advertir Juliana contra Pelágio, Agostinho escreve: [...] neste livro (carta de Pelágio) [...] uma virgem de Cristo leria que sua santidade e todas as suas riquezas espirituais devem surgir de nenhuma outra fonte senão dela mesma, e assim, antes de alcançar a perfeição da bem-aventurança, ela aprenderia a ser ingrata para com Deus (Aug. *Ep.* 188, 4).

Logo após ler isso, Juliana, patrona de Pelágio,⁹ defendeu-se e respondeu a Agostinho: “Mas Vossas Reverências sabem que eu e minha família estamos inteiramente separados de pessoas dessa descrição; e toda a nossa família segue tão estritamente a fé católica que jamais, em nenhum momento, se desviou dela ou caiu em qualquer heresia” (*Aug. Ep.* 188, 3). Esses textos indicam que Juliana estava firmemente convencida da autenticidade de Pelágio como um católico.

E para Yamada (2020, p. 70), ao contrário dos pensadores da igreja da época, Pelágio enfatiza em sua carta a igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito ao livre-arbítrio. É “nessa liberdade de escolher entre alternativas que se baseia a glória da mente racional [...] e é dela que deriva sua dignidade” (*Pel. Dem.*, 3, 1). Em seu pensamento, não apenas os homens, mas também as mulheres preservam a dignidade humana, e ambos podem igualmente exercer seu livre-arbítrio para alcançar recompensas futuras idênticas da parte de Deus. Embora possa parecer referir-se apenas aos homens, não se dirige exclusivamente a eles; pelo contrário, uma recompensa igual pela virgindade é prometida a ambos os sexos: “[...] você dedicou sua virgindade a Deus não porque foi ordenado, mas porque foi louvado, e você traduziu o conselho do apóstolo em uma lei para si mesma (*Pel. Dem.*, 9,3).

Ao contrário da carta de Pelágio, a carta de Agostinho carece não apenas da igualdade entre homens e mulheres no

⁹ De acordo com Oliveira (2015, p. 66), não apenas Juliana, mas também Paulino de Nola e o padre Sixto (futuro bispo de Roma) foram possíveis simpatizantes de Pelágio.

livre-arbítrio, mas também de qualquer incentivo para que as mulheres exerçam sua vontade livre e tomem decisões por si mesmas. Além disso, na carta de Agostinho para Proba, avó de Demétrias, o livre-arbítrio das mulheres foi mencionado, mas já não era recomendado como a preocupação mais importante. O bispo aconselhou Proba a tornar-se um exemplo para o restante da família, especialmente em seu papel na oração como viúva idosa. A necessidade da oração para a obtenção da piedade de Deus é fortemente enfatizada na carta:

Já te expliquei quem deves ser para orar. Agora ouve o que deves orar, objeto principal da tua consulta, pois te impressiona o que diz o Apóstolo: "Não sabemos o que havemos de pedir, como convém". Temes que te possa causar maior prejuízo orar como não convém do que não orar. (Aug. *Ep.* 130, 4,9).

Pelágio, por sua vez, descreve a oração como um meio de agradecimento e de obtenção de conhecimento: "Oramos para que sejamos dignos de conhecer a vontade de Deus [...] e para que Ele nos abra os olhos da lei" (*Pel. Dem.* 25,3). A oração, em Pelágio, não é para receber força interior para obedecer, mas para entender o que obedecer. A capacidade de cumprir a lei já está pressuposta.

Agostinho responde contradizendo a visão pelagiana, mostrando que devemos pedir a força para cumprir o mandamento – e o ataque a Pelágio é sutil:

Tais obras, que procedem dela (Demétrias) pelo livre arbítrio pessoal, sem o qual não se pratica o bem, não procedem, como esse autor (Pelágio) diz, "exclusivamente dela".

Porque, se o próprio livre arbítrio não é ajudado pela graça, não existiria sequer a boa vontade no homem. Diz o Apóstolo: “Deus é quem opera em vós o querer e o realizar, segundo a sua boa vontade”. E não apenas porque revela os preceitos, e assim sabemos o que devemos fazer, como creem esses inovadores, mas porque nos inspira a caridade, para que executemos mediante o amor o que aprendemos pelo conhecimento. (Aug. Ep. 188, 7).

Agostinho expõe, assim, que a verdadeira piedade que Demétrias pratica não é a que Pelágio descreve (confiando em suas forças), mas a descrita por ele, que é uma humilde súplica por ajuda.

Outra peculiaridade do conselho moral de Pelágio é não deixar a natureza humana e o livre-arbítrio inoperantes, mas fazê-los funcionar o máximo possível. Demétrias, portanto, não deve apenas buscar realizar sua própria vontade, mas, acima de tudo, a vontade de Deus exercitando seu livre-arbítrio. E o monge a aconselha, “não deixes que te enganem os exemplos daquelas mulheres que, ao se vangloriarem apenas de sua castidade, rejeitam a vontade de Deus e seguem os ditames de suas próprias vontades” (Pel. Dem., 10,2).

Pelágio afirmava que muitas mulheres fugiam da vontade de Deus sob o pretexto da fraqueza de sua natureza. Em seu pensamento, porém, ninguém “conhece melhor a verdadeira medida de nossa força do que Aquele que a deu a nós nem comprehende melhor o quanto somos capazes do que aquele que nos deu esta nossa própria capacidade de poder” (Pel. Dem., 16,3). Sua mensagem central é que a natureza humana não é tão fraca a ponto de ser incapaz de cumprir os mandamentos divinos.

Aqui, é evidente que Pelágio não exigia das mulheres uma perfeição inalcançável, mas uma completude possível — ou seja, o que elas poderiam realizar por si mesmas. Ele não advogava um perfeccionismo impecável, mas apenas pedia que as mulheres usassem seu livre-arbítrio para buscar a vontade de Deus na medida do possível: “Esta própria capacidade de fazer o mal também é boa — boa, digo, porque torna a parte boa ainda melhor, tornando-a voluntária e independente, não constrangida pela necessidade, mas livre para decidir por si mesma” (*Pel. Dem.*, 3,2).

Pelágio orienta Demétrias a individualizar-se e personalizar-se cada vez mais, na proporção em que se assemelha à imagem de Deus:

Se desejas que a extensão de tua intenção [...] seja unir-te a Deus em tudo, se desejas tornar leve e suave o jugo de Cristo [...] aplica-te agora a [...] avivar a fé ardente de tua recente conversão. [...] O que quer que plantes em ti desde o início permanecerá, e o resto de tua vida seguirá o curso traçado por teu começo. [...]: esforça-te já agora para ser o tipo de pessoa que desejas ser quando chegar o último dia. [...] O hábito de fazer o bem deve ser exercitado e fortalecido pela prática da meditação constante [...] a prática da conduta santa deve ser enraizada em um nível mais profundo. Então, de fato, a mente [...] usará a vantagem do longo hábito para adquirir a capacidade de viver bem e, maravilhada com suas próprias qualidades, chegará a supor que o que aprendeu lhe foi inato ou, de certo modo, já estava dentro dela” (*Pel. Dem.*, 13).

Nesta passagem, Pelágio explica de maneira prática como a sinergia¹⁰ (?????????) entre Deus e os seres humanos

10 A teologia cristã oriental sobre o sinergismo sustenta que “os seres

funciona e como as capacidades inatas e os caráteres devem ser individualizados e personalizados por meio da orientação da graça divina, da fé e do Espírito Santo. Em outros escritos, Pelágio afirma claramente que a vontade humana deve ser auxiliada pelo exemplo de Cristo¹¹ — um termo característico de sua teologia, que indica tanto a graça de Deus quanto a ação do Espírito Santo.

Além disso, é importante destacar que Pelágio enfatizou repetidamente na carta a iluminação espiritual pela palavra de Deus:

É por isso que tua alma deve ser iluminada por palavras divinas [...] pois o demônio foge rapidamente da alma que é iluminada pelo discurso divino, que está sempre ocupada com pensamentos celestiais, na qual a palavra de Deus, cuja força o espírito maligno não pode suportar, está constantemente presente" (Pel. Dem., 26,2).

Aqui é possível reconhecer claramente um modelo oriental de sinergia contínua entre a iluminação espiritual de Deus e o esforço humano por meio do livre-arbítrio para receber essa iluminação. É precisamente através dessa sinergia,

humanos sempre têm liberdade para escolher, em sua vontade pessoal (*gnômica*), caminhar com Deus ou afastar-se d'Ele", mas "o que Deus faz é incomparavelmente mais importante". A visão ortodoxa descreve essa relação como cooperação ou *sinergia* (*synergeia*). Usando as palavras de Paulo de Tarso aos Coríntios, somos "cooperadores (*synergoi*) com Deus". Embora não se possa alcançar plena comunhão com Deus sem o auxílio divino, o ser humano deve igualmente cumprir seu papel, sendo "guiado e precedido pela graça" para realizar obras espirituais (PAYTON JR., 2010, p. 151).

11 Como na obra *De natura*, por exemplo, que, apesar de não ter sido preservada na íntegra, chegou até nós através dos vários trechos incluídos integralmente na obra *De natura et gratia* de Agostinho de Hipona.

insiste Pelágio, que Demétrias pode repelir distintamente o poder demoníaco do mal. E ao distinguir graça divina e livre-arbítrio humano, Pelágio não os separa, mas faz com que ambos se interpenetrem mutuamente, colocando-os em uma continuidade sem rupturas.

Agostinho, por outro lado, ao enfatizar a natureza humana corrompida e o livre-arbítrio distorcido desde a Queda de Adão, separou a graça de Deus e o livre-arbítrio humano, tornando-os descontínuos. Assim, quando Pelágio destacava a sinergia entre Deus e a humanidade e o papel do livre-arbítrio, isso parecia a Agostinho meramente como esforços humanos vãos — como se tentassem alcançar a salvação por si mesmos.

**

Segundo Yamada (2020, p. 70-71), para se compreender o pensamento de Pelágio, é fundamental considerar que ele foi fortemente influenciado pelo quadro teológico oriental da instrução divina – *paideia* (παιδεία) – e da sinergia entre Deus e os seres humanos, ou seja, a *theósis* (θεότης) ou deificação – tornar-se semelhante a Deus participando de sua natureza divina ao viver em comunhão com Ele.

Aqui reside a incompreensão e o consequente confrontamento da posição de Agostinho em relação à Pelágio. O bispo de Hipona vê o mundo e a fé cristã através do platonismo plotiniano,¹² para quem o Ser é anterior e inalcançável ao

12 Por platonismo plotiniano referimo-nos às ideias de Plotino, filósofo egípcio do século III que viveu e estudou a filosofia platônica em Alexandria, tendo por mentor Amônio Sacas. A corrente filosófica defendida por Amônio Sacas, Plotino, Porfírio, Jâmblico, Proclo é chamada neoplato-

ser humano e à sua condição material. Talvez a perspectiva agostiniana ainda estivesse imersa em resquícios de maniqueísmo,¹³ como acusará mais tarde Juliano de Eclano.¹⁴

Apesar do duro e evidente embate entre essas duas grandes forças da igreja naquele momento – de um lado, Agostinho, representando a igreja africana, e de outro, Pelágio, representando um ascetismo urbano com profundas influências orientais –, é possível afirmar que tais orientações e prescrições ascéticas contribuíram para que a jovem Demétrias exercesse uma espiritualidade voltada para práticas piedosas e para o exercício do exemplo religioso intensificado por sua posição social, haja vista que, 26 anos depois, sabemos por uma carta escrita por Pseudo-Próspero que ela se tornou abadessa e que fora responsável por doar grande quantia de dinheiro para a construção de uma igreja (YAMADA, 2020, p. 81).

nismo e se caracteriza por uma interpretação espiritualista e mística das doutrinas de Platão, com influência do estoicismo e do pitagorismo. O pensamento de Plotino influenciou grandemente Agostinho de Hipona (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 12; 139; 152).

13 O maniqueísmo é uma corrente de pensamento de caráter dualista e gnóstico segundo a qual existe um princípio cósmico de trevas, assim como um princípio da luz. O que experimentamos em nossas vidas é fruto da guerra entre o reino da luz e o reino das trevas. O dualismo metafísico constituía o eixo do sistema Maniqueu. Agostinho de Hipona fora maniqueu durante nove anos de sua juventude (MATTHEWS, 2005, p. 107).

14 Juliano de Eclano foi um bispo italiano simpatizante destacado das ideias de Pelágio. Após 418, com a condenação de Pelágio no Concílio de Cartago, é Juliano quem passa a debater as ideias ditas pelágianas com Agostinho.

Referências

Documentação primária

AGOSTINHO, S. *A cidade de Deus (contra os pagãos)* – Partes I e II. Trad. de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 1990.

AGUSTÍN, S. Cartas 130, 188. In: *Obras completas de San Agustín*: Carta (2º). 124-187. v. 11a. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1987, p. 94-98.

Aug. Ep. = AUGUSTINUS (Agostinho). *Epistulae*. GOLDBACHER, Alois (ed.). *S. Aurelii Augustini Epistulae*, Pars 3: 124-184A. Viena: F. Tempsky, 1904 (CSEL, 44); Pars 4:185-270. Viena: F. Tempsky, 1911 (CSEL, 57).

Aug. Ciu. = AUGUSTINUS (Agostinho). *De ciuitate Dei (Libri I-X)*. *Corpus Christianorum Series Latina XLVII*. Turnhout: Brepols, 1955.

_____. *De ciuitate Dei (Libri XI-XXII)*. *Corpus Christianorum Series Latina XLVIII*. Turnhout: Brepols, 1955.

PELAGIUS. Letter to Demetrias. In : B.R. Rees, *The Letters of Pelagius and his Followers*. Woodbridge: Boydell, 1991, pp. 15-45.

Pel. Dem. = PELAGIUS (Pelágio). *Epistula ad Demetriadem*. MIGNE, Jean-Paul (ed.).

Patrologia Latina Cursus Completus, 30: *Sancti Eusebii Hieronymi Opera Omnia*, Tomus XI. Paris: Ex Typis Catholicae Migne, 1865, col. 16-46.

Obras de referência

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

- BUNSON, M. *Encyclopedia of Roman Empire*. New York: Facts on File, 1994.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- PAYTON JR., James R. *Light from the Christian East: An Introduction to the Orthodox Tradition*. InterVarsity Press, 2010.
- SANTIDRIÁN, Pedro R. *Breve dicionário de pensadores cristãos*. Aparecida: Santuário, 2001.

Obras de apoio

- ALMEIDA, Priscilla A. F. Tito Lívio e a caracterização do gaulês como o inimigo em *Ab Urbe Condita* (VII, 9-10, 26; XXX-VIII, 17), *Revista Graphos*, v. 22, n. 1, 2020, pp. 98-119.
- BENEDETTI, Pedro. [As relações entre as populações provinciais romanas e os bárbaros nas Gálias dos séculos IV e V \(c. 350-475 d.C.\)](#). 2023, 322 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- GONÇALVES, José Mário. *Religião e violência na África romana: Agostinho e os Donatistas*. 2009, 128 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
- HAMMAN, A. G. *Santo Agostinho e seu tempo*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- JACOBS, A.S. Writing Demetrias : Ascetic logic in Ancient Christianity, *Church History*, v. 69, n. 4, 2000, pp. 719-748.

- KARFÍKOVÁ, L. Grace and the will according to Augustine. Trans. Markéta Janebová. Boston: Brill, 2012.
- KURDOCK, A. Demetrias ancilla dei; Anicia Demetrias and the problem of the missing parton. In : COOPER, K. ; HILLNER, J. (Ed.) *Religion, Dynasty, and Patronage in Early Christian Rome*, 300-900. Cambridge, 2007, pp. 190-224.
- MATTHEWS, G. B. Santo Agostinho: a vida e as ideias de um filósofo adiante de seu tempo. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- PLINVAL, G. de. *Pélage, ses écrits, sa vie et sa reforme*. Payot: Lausanne, 1943.
- OLIVEIRA, Julio Cesar Magalhães de. O conceito de Antiguidade tardia e as transformações da cidade antiga: o caso da África do Norte. *Revista de E. F. e H. da Antiguidade*, Campinas, SP, n. 24, p. 123-135, jul. 2007/jun. 2008.
- WILKINSON, K. *Women and Modesty in Late Antiquity*. Cambridge, 2015.
- YAMADA, Nozomu. Pelagius' View of Ideal Christian Women in his Letters, *Scrinium*, v. 16, 2020, pp. 67-88.

A política do Backlash na Câmara Municipal de Vitória-ES.

Tanya Mayara Kruger¹

Introdução

A ascensão do bolsonarismo ao poder, em 2018, representou mais do que uma simples mudança de governo: sinalizou a consolidação de um novo regime discursivo no Brasil, baseado na lógica da ultrapolítica. De acordo com o filósofo Slavoj Žižek (2015), a ultrapolítica é uma forma de atuação política que rompe com o antagonismo democrático, substituindo o dissenso legítimo pelo enfrentamento moral absoluto. Nessa lógica, o outro político deixa de ser adversário e passa a ser tratado como inimigo existencial, alguém cuja mera presença deve ser eliminada, seja por invalidação simbólica, seja por violência física.

No contexto brasileiro, esse modelo encontrou terreno fértil. Como aponta o sociólogo Jessé Souza (2017), o bolsonarismo canalizou afetos sociais e os converteu em energia política. A figura do “comunista”, do “petista” ou do “militante de esquerda” passou a ser tratada como ameaça moral

¹ Doutoranda em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com financiamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: prof-tanyakruger@gmail.com

à nação, ao mesmo tempo em que os próprios valores democráticos foram esvaziados em nome de uma cruzada moralista.

Segundo Ricardo Fabrino Mendes (2019) a nova direita, o que caracteriza essa lógica é a despolitização da política: o conflito de interesses deixa de ser reconhecido como legítimo; em seu lugar, ergue-se uma guerra cultural que não admite negociação.

Nesse cenário, as mulheres, especialmente aquelas vinculadas a pautas feministas e progressistas, tornaram-se alvos preferenciais da nova direita. A ascensão de discursos ultraconservadores, sustentados por valores patriarcais, moralistas e anti-intelectuais, impulsionou um processo de *backlash*, conceito formulado por Susan Faludi (1991) para descrever reações organizadas e agressivas contra os avanços conquistados pelas mulheres. Segundo a autora, o *backlash* não se apresenta de forma aberta como antifeminismo, mas frequentemente se traveste de defesa da “família tradicional”, da “moral cristã” ou da “liberdade de expressão”, mascarando a real intenção de restaurar a ordem patriarcal ameaçada.

A dinâmica do *backlash* no Brasil se expressa tanto em nível nacional, com campanhas difamatórias contra políticas de igualdade de gênero, educação sexual e direitos reprodutivos, quanto em nível local, onde mulheres eleitas são sistematicamente deslegitimadas, hostilizadas e silenciadas. A Câmara Municipal de Vitória, no Espírito Santo, tornou-se um exemplo simbólico desse fenômeno. A vereadora Camila Valadão (PSOL), primeira mulher negra eleita para a Casa, tem

sido alvo constante de ataques misóginos e moralistas, em especial por parte do vereador Gilvan da Federal (PL), alinhado ao bolsonarismo.

Dessa forma, este artigo propõe analisar a relação entre a ascensão da nova direita no Brasil e o recrudescimento das violências políticas de gênero, ligadas a política do *Backlash*, como foco específico no contexto da Câmara Municipal de Vitória, capital do Espírito Santo. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender como o fortalecimento de discursos ultraconservadores — associados à deslegitimação de pautas feministas e à polarização ideológica — tem contribuído para a intensificação de práticas de silenciamento, intimidação e desqualificação dirigidas a mulheres que ocupam espaços institucionais de poder.

Violência política de gênero, controle e silenciamento: A política do *backlash* na Câmara Municipal de Vitória

A radicalização do discurso político conservador no Brasil, especialmente a partir da ascensão da nova direita, tem fomentado uma forma específica e grave de violência política: a violência política de gênero. Essa violência não se limita a ataques físicos, mas se manifesta em múltiplas dimensões — simbólica, psicológica, sexual e econômica, todas com o objetivo de deslegitimar e excluir mulheres dos espaços de poder. Essa dinâmica está intrinsecamente ligada ao que a teórica Susan Faludi (1991) chamou de *backlash*: uma reação organizada e agressiva contra os avanços femininos, que procura restaurar a ordem patriarcal em momentos em que esta

é percebida como ameaçada.

Flávia Biroli (2018) contribui para essa compreensão ao afirmar que a violência política de gênero não é um fenômeno isolado, mas uma expressão estrutural da resistência do patriarcado à entrada feminina no campo político formal. Isto é, a violência dirigida às mulheres que rompem com os papéis tradicionais não é um incidente pontual, mas parte de uma reação sistêmica que visa preservar uma lógica masculinista do poder. Tal resistência pode ser entendida como uma forma concreta de backlash, na qual a presença feminina nos cargos públicos representa uma ameaça às hegemonias simbólicas e materiais historicamente construídas.

Para Mona Lena Krook e Juliana Restrepo Sanín (2016) oferecem uma distinção essencial entre violência política motivada por posições ideológicas e violência política de gênero, que ocorre simplesmente pelo fato de a vítima ser mulher. Essa distinção permite compreender que os ataques não se dirigem necessariamente ao conteúdo político defendido, mas à presença política das mulheres enquanto corpos que subvertem o padrão normativo masculino. Essa invisibilização do corpo político feminino e seu assédio constante funcionam como uma estratégia de deslegitimização, típica do backlash.

No Brasil, o reconhecimento legal da violência política de gênero como crime pela Lei nº 14.192/2021 — com a inclusão do artigo 326-B no Código Eleitoral — representa uma vitória importante, mas tardia, diante de um cenário de crescente hostilidade. Casos emblemáticos, como os ataques misóginos proferidos por Jair Bolsonaro contra a deputada

Maria do Rosário, e o brutal assassinato da vereadora Marielle Franco — mulher negra, favelada e ativista — ilustram o caráter extremo dessa violência. Marielle, ao desafiar estruturas tradicionais de poder, encarnava as ameaças que o backlash procura aniquilar.

Contudo, essa conquista é tardia e insuficiente diante da intensificação do ambiente de hostilidade política, especialmente contra mulheres que rompem com os perfis tradicionais de representação — como as mulheres negras, periféricas, LGBTQIA+ ou explicitamente feministas.

O cenário de hostilidade institucional observado na Câmara Municipal de Vitória, Espírito Santo, ilustra de maneira exemplar as tensões agudas entre o conservadorismo reacionário e os avanços progressistas que marcam o atual contexto político brasileiro. A vereadora Camila Valadão (PSOL), primeira mulher negra eleita para essa Casa Legislativa, tem sido alvo de um padrão sistemático de ataques, sobretudo protagonizados pelo vereador Gilvan da Federal (PL), figura alinhada ao bolsonarismo e à nova direita.

Em 2021, durante uma sessão simbólica em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, Gilvan proferiu ofensas de natureza moral, religiosa e misógina, rotulando Camila como “satanista” e “assassina de crianças”, além de ridicularizar publicamente sua vestimenta. Esses episódios ultrapassam a esfera do conflito político tradicional e configuram uma estratégia deliberada de deslegitimização e silenciamento. Tal dinâmica está alinhada ao conceito de violência simbólica e psicológica, conforme definido por Tassia Pinho (2020), cuja

finalidade é desgastar emocionalmente as mulheres, promover seu isolamento político e, por consequência, levá-las à desistência da atuação pública.

O caso de Camila Valadão, portanto, é paradigmático da interseção entre violência política de gênero e práticas de ultradireita no Brasil contemporâneo. Ele revela como as estruturas institucionais podem se tornar campos de batalha onde a resistência à participação política feminina se manifesta por meio da intimidação constante e da tentativa de exclusão simbólica.

As agressões sofridas pela vereadora Camila Valadão (PSOL), bem como os ataques dirigidos à vereadora Karla Co-ser (PT), no interior da Câmara Municipal de Vitória, não podem ser interpretadas como eventos isolados, mas como parte de um movimento reacionário maior: o *backlash* político e cultural contra os avanços feministas e antirracistas no Brasil contemporâneo. Susan Faludi (1991), descreve uma ofensiva conservadora articulada — ainda que muitas vezes não declarada — que se ativa justamente em momentos de progresso dos grupos subalternizados, em especial das mulheres.

De acordo com Faludi (1991), o *backlash* não se apresenta necessariamente sob formas institucionais formais, mas frequentemente se manifesta como discurso moralizante, sátira pública, perseguição simbólica e manipulação midiática, camuflado sob retóricas de “preservação da família”, “liberdade religiosa” ou “moralidade pública”. No caso da vereadora Camila Valadão, a tentativa de desqualificação com termos como “satanista” e “assassina de crianças” —

proferidos por Gilvan da Federal (PL) — se insere exatamente nesse tipo de retórica, convertendo o debate político em cruzada moral e a divergência em ameaça existencial.

O episódio envolvendo Karla Coser, quando promoveu uma homenagem ao Dia da Consciência Negra com representantes de religiões de matriz africana, também ilustra a lógica do backlash: poucos dias depois, Gilvan subiu à tribuna com detergente e esponja para “purificar” simbolicamente o plenário, afirmando que “fizeram uma macumba aqui”. A ação não apenas expressa intolerância religiosa, mas revela a estrutura simbólica do conservadorismo reacionário, que se vale de performances públicas para criminalizar práticas culturais e espirituais associadas à negritude e às mulheres, configurando um caso de violência política com interseções de raça, gênero e religião.

A esse respeito, Flávia Biroli (2018) argumenta que a violência política de gênero não é apenas pessoal, mas estrutural: ela responde à tentativa das mulheres de reconfigurar o espaço político como um lugar de pluralidade, inclusão e disputa legítima de valores. Quando essa tentativa se materializa — como no caso de mulheres negras, de esquerda, e defensoras dos direitos reprodutivos ou da diversidade religiosa —, o sistema reage com brutalidade, desqualificando-as como não legítimas, transgressoras ou “perigosas”.

Esse tipo de violência, como apontam Krook e Restrepo Sanín (2020), pode ser ideológica (por defenderem pautas progressistas), mas frequentemente é de gênero, por estarem simplesmente ocupando um espaço que lhes foi histori-

camente negado. A hostilidade sofrida por Valadão e Coser, portanto, evidencia um projeto de exclusão política orientado por ideais ultraconservadores e uma visão monocultural do poder.

Assim, as manifestações em apoio a Camila Valadão — como o protesto diante da Câmara e a placa “Silenciadas nunca mais” erguida por Karla Coser — não são apenas atos de solidariedade, mas formas de resistência simbólica contra a normalização da violência política de gênero. Ao mesmo tempo, elas evidenciam a importância da presença coletiva de mulheres no legislativo, já que a reação ao silenciamento veio de outras parlamentares que reconhecem o ataque não apenas como pessoal, mas como estrutural e político.

Vale frisar que, apesar de todas as atrocidades ditas em sessão solene por Gilvan da Federal, assim como em grande parte dos casos no Brasil, as denúncias contra os ex-vereador foram praticamente todas arquivadas. Além disso, como já elucida Pinho (2020), é importante salientar que os Comitês de Ética são comandados, geralmente, por homens, logo, esses tendem a minimizar as denúncias feitas por mulheres, pois não consideram essas situações como decoro parlamentar.

O tratamento dado às denúncias feitas por Camila Valadão ilustra bem os mecanismos institucionais que atuam para coibir ou mitigar o impacto de denúncias de violência política de gênero, especialmente quando estas ameaçam estruturas conservadoras. O arquivamento de diversas representações pela Câmara Municipal de Vitória — em particular, a decisão do vereador Maurício Leite (Cidadania), relator de

parte dos processos, de que Gilvan da Federal “não extrapoliou as prerrogativas de seu mandato” e, portanto, seus atos configuravam apenas “opinião política” — revela, no mínimo, dois vetores de análise fundamentais.

O uso do regime interno da Câmara para arquivar processos que envolvem machismo e agressões verbais mostra como as próprias instituições legislativas podem preservar privilégios do poder masculino. A prerrogativa de mandato e o decoro parlamentar tornam-se escudos formais usados para negar a gravidade de ações que, em natureza, afetam não só a dignidade individual, mas também o próprio exercício da representação das mulheres.

Esse tipo de arquivamento atua como mecanismo de deslegitimização simbólica: ao definir que insultos, críticas de vestimenta ou intervenções agressivas não configuram quebra de decoro, a instituição manda uma mensagem de tolerância institucional à misoginia. É também uma resposta típica do fenômeno que Faludi identifica como *backlash* — na medida em que há uma reação institucional para conter o avanço das mulheres, reprovando formalmente denúncias e silenciando vozes dissidentes.

Contudo, apesar de tardio, no ano de 2024, houve uma notícia e uma vitória para o movimento feminista foi que, em quase três anos após o ocorrido, a Justiça Eleitoral acatou a denúncia contra o então deputado federal Gilvan da Federal (PL), em ação penal eleitoral por violência política de gênero que foi praticada contra Camila Valadão. Com a decisão da Justiça Eleitora, Gilvan agora passa a ser réu com base na Lei

14.192/21, que trata da violência contra a mulher candidata ou durante o exercício do seu mandato eletivo.

Entretanto, o caráter tardio dessa responsabilização revela outro eixo do *backlash*: mesmo com legislação em vigor, sua efetividade depende de esforços externos ao poder institucional local, como atuação do Ministério Público, repercussão midiática, mobilização social e pressão política. Isto é a lei existe, mas o aparato institucional local, legislativo municipal e corregedorias, muitas vezes funciona como um filtro que neutraliza acusações antes mesmo que sejam apreciadas em instâncias mais autônomas ou com respaldo legal mais firme.

Desse modo, a luta pela autonomia política das mulheres ainda enfrenta obstáculos persistentes e multifacetados — desde barreiras históricas, enraizadas em estruturas patriarcais, até novas formas de resistência, que se atualizam por meio de discursos conservadores e estratégias de silenciamento. Essas dinâmicas atuam de forma articulada para restringir o pleno exercício da cidadania das mulheres e limitar sua participação efetiva nos espaços de poder.

Conclusão

A ascensão da extrema direita no Brasil e no mundo tem instaurado um regime político que nega a pluralidade e persegue a diferença. A ultrapolítica não apenas aniquila o debate democrático, mas transforma a política em guerra cultural, com alvos bem definidos: o feminismo, as minorias e os direitos sociais.

O backlash, nesse contexto, emerge como força de contenção do avanço das mulheres, resgatando discursos arcaicos sob roupagens modernas e travestidos de “defesa da moral”. A violência política de gênero, por sua vez, representa a forma mais direta e brutal de reafirmar os limites da presença feminina no espaço público.

Por fim, embora a criminalização da violência política de gênero, com a Lei nº 14.192/2021, represente um avanço importante, a persistência desses episódios demonstra que as estruturas de poder ainda resistem à democratização profunda do espaço público. O backlash, nesse sentido, não é um obstáculo externo à democracia — é o seu paradoxo interno, uma reação visceral que emerge sempre que a lógica da exclusão é desafiada.

Nesse contexto, a autonomia política das mulheres, entendida como a capacidade de exercer plenamente seus direitos políticos, sem coação, intimidação ou violência, permanece profundamente comprometida. Como apontam Joan Tronto (1993), a exclusão das mulheres da política não é apenas quantitativa (sub-representação), mas qualitativa: envolve a constante deslegitimização de seus corpos, vozes e agendas dentro das instituições públicas.

Portanto, é possível afirmar que a violência política de gênero não representa uma falha pontual da democracia brasileira, mas sim a expressão de um conflito profundo entre os ideais democráticos e as práticas patriarcais que ainda dominam o campo político. O reconhecimento jurídico da violência é necessário, mas insuficiente. O desafio real está

em construir condições institucionais, culturais e sociais que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e o exercício pleno do poder político pelas mulheres, sem que isso implique em risco à sua integridade, dignidade ou liberdade de expressão.

Referências bibliográficas sugeridas:

BRASIL. Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. *Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018

ŽIŽEK, Slavoj. *Problemas no Paraíso: Do fim da história ao fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

MENDES, Ricardo Fabrino; ROCHA, Camila Rocha; RIBEIRO, Pedro Henrique. *Conservadorismo e nova direita no Brasil: bases sociais e ideológicas*. In: Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019.

SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. *Violence against Women in Politics: A Defense of the Concept*. *Politics & Gender*, v. 12, n. 4, 2016, p. 622–638.

PINHO, Tássia. *Violência política de gênero: a face oculta da exclusão feminina no poder*. Revista Estudos Feministas,

v. 30, 2022.

TRONTO, Joan. *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*. Routledge, 1993.

III EPGHIS

ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA - UFES



PPGHIS
UFES

PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA

APOIO:
ANPUH ES

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
ESPIRITO SANTO

UFES

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO